

Módulos 2 e 3

Flávio Limonci

Monica Grin

Volume 2

# História e Sociologia







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## História e Sociologia

Volume 2 – Módulos 2 e 3

Flávio Limonci

Monica Grin



SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério  
da Educação



Apoio:



# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente  
Masako Oya Masuda

Vice-presidente  
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História  
UNIRIO – Mariana Muaze

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Flávio Limoncic

Monica Grin

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Ana Paula Abreu-Fialho

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte

Marcelo Bastos Matos

## Departamento de Produção

### EDITORA

Tereza Queiroz

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Elaine Bayma

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Davi Daniel de Macêdo

Sanny Reis

### ILUSTRAÇÃO

André Dahmer

### CAPA

André Dahmer

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Verônica Paranhos

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

L734h

Limoncic, Flávio.

História e Sociologia. v. 2 / Flávio Limoncic, Monica Grin. -  
Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.  
240p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-558-2

1. História. 2. Sociologia. I. Grin, Monica. II. Título.

CDD: 901

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador  
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia  
Alexandre Cardoso

## Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Reitor: Roberto de Souza Salles

·  
·  
·  
·  
·

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitora: Malvina Tania Tuttman



**Módulo 2: A Sociologia no Brasil**

**Aula 11** – Grandes temas da Sociologia brasileira I: modernização, industrialização e urbanização I \_\_\_\_7

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 12** – Grandes temas da Sociologia brasileira I: modernização, industrialização e urbanização II \_\_\_\_23

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 13** – Grandes temas da Sociologia brasileira IV: o problema da desigualdade social I \_\_\_\_\_37

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 14** – Grandes temas da Sociologia brasileira III: o problema da desigualdade social no Brasil \_\_\_\_65

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 15** – Violência e criminalidade \_\_\_\_\_87

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Módulo 3: Desafios contemporâneos à reflexão sociológica**

**Aula 16** – Família e matrimônio: desafios à tradição \_\_\_\_\_117

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 17** – Identidades, diversidade cultural e multiculturalismo no mundo globalizado \_\_\_\_\_139

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 18** – Mudanças no mundo do trabalho I \_\_\_\_\_163

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 19** – Mudanças no mundo do trabalho II \_\_\_\_\_ 189

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Aula 20** – História e Sociologia \_\_\_\_\_ 215

Flávio Limoncic / Monica Grin

**Referências** \_\_\_\_\_ 233

# Aula 11

Grandes temas  
da Sociologia  
brasileira I:  
modernização,  
industrialização  
e urbanização I

## Meta da aula

Proporcionar ao aluno uma visão da ideologia nacional-desenvolvimentista, conforme desenvolvida pela Cepal na América Latina e pelo Iseb no Brasil.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que o Iseb identificava uma contradição entre o país moderno e o arcaico e que o Estado deveria ter um papel importante para a construção do primeiro;
2. reconhecer que a ideologia nacional-desenvolvimentista do Iseb percebia os problemas sociais do Brasil como resquícios do passado colonial, que seriam superados por meio da industrialização;
3. identificar a força da ideologia nacional-desenvolvimentista, ainda hoje presente nas visões de que a industrialização e o crescimento econômico são elementos fundamentais para a superação da pobreza no Brasil.

## Pré-requisitos

Para melhor compreender esta aula, você deve estar atento aos conteúdos das Aulas 4, 5, 6, 7, 8 e 9, uma vez que em todas elas foram tratados temas como modernidade e modernização no surgimento do pensamento sociológico e o pensamento social brasileiro.

## INTRODUÇÃO

Você já viu que, quando Marx, Durkheim e Weber organizaram as grandes balizas do que viria a ser o pensamento sociológico, fizeram-no em um contexto de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais pelas quais passava a Europa no século XIX. Para pensar tais transformações, que associavam a crise de uma ordem tradicional e a emergência da modernidade, esses três autores elaboraram conceitos tais como os de modo de produção capitalista, de solidariedade orgânica e de secularização.

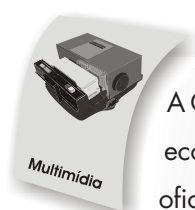
No momento em que tais conceitos eram aplicados à realidade europeia, nos Estados Unidos eram dados os primeiros passos da Escola de Chicago, profundamente associada à pesquisa empírica e à busca de soluções para os graves problemas urbanos e sociais então enfrentados pelo país, que também se modernizava aceleradamente na virada do século XIX para o XX.

O Brasil vivia, à época, situação bem distinta da europeia e da norte-americana. República recente, herdeira de um império solitário nas Américas que recém-abolira a escravidão e com uma economia de base agroexportadora, o Brasil surgia ante os olhos de seus pensadores sociais como arcaico e preso ao passado. Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento social buscou identificar as raízes do atraso brasileiro, da persistência do latifúndio, da baixa produtividade do trabalho e do insolidarismo. Como você viu, alguns autores, como Oliveira Vianna, propunham uma modernização conduzida pelo Estado autoritário, ao passo que outros, como Sérgio Buarque de Holanda, defendiam uma revolução democrática.

No pós-Segunda Guerra Mundial, tomou corpo o debate sobre a modernização dos países que passaram a ser então conhecidos como subdesenvolvidos, como o Brasil. Tratava-se agora de, por meio de estudos econômicos e sociológicos, identificar, com sistematicidade científica, os óbices ao desenvolvimento de tais países, propondo

políticas públicas para a sua modernização. Em 1949, com esse intuito, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tinha por objetivo pensar o subdesenvolvimento latino-americano e sugerir estratégias para sua superação. Fizeram parte da Cepal importantes economistas e sociólogos brasileiros que, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, participaram ativamente da proposição de políticas públicas e da reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro e José Serra.

## O pensamento da Cepal



A Cepal existe até hoje. Se você tiver interesse em temas econômicos latino-americanos, pode acessar seu *site* oficial: <http://www.eclac.org/default.asp?idioma=PR> para ter acesso a textos e dados.

O pensamento cepalino propunha-se a responder à seguinte questão: Qual o motivo do subdesenvolvimento dos países latino-americanos? Uma vez identificadas as causas deste, uma questão adicional se colocava: Como superá-lo? Os estudos da Cepal não tinham, portanto, um caráter meramente acadêmico. Longe disso, eles deveriam servir como base de ação, de formulação de políticas públicas com vistas à emancipação dos países latino-americanos de suas situações de pobreza e baixo crescimento econômico.

A partir dessas questões, o pensamento cepalino estruturou-se em torno de dois grandes temas, interligados: por um lado, um esforço para compreender as características das estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos, nelas identificando possíveis entraves

à modernização; por outro, compreender a dinâmica do comércio internacional entre o que chamava de países centrais e países periféricos. Os países centrais eram identificados às economias urbano-industriais, como os Estados Unidos e a Europa, e os periféricos eram os países subdesenvolvidos, exportadores de matérias-primas, como os latino-americanos.

O problema fundamental dos países subdesenvolvidos seria a falta de dinamismo de suas estruturas produtivas, baseadas na produção de produtos primários, nas quais a baixa produtividade do trabalho impediria uma produção maior de riquezas. Tais economias seriam voltadas para fora, ou seja, para a exportação de produtos primários, sofrendo, portanto, todas as oscilações do comércio internacional.

Mas o ponto fundamental relativo ao comércio internacional, e que reproduziria o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, é que haveria o que os cepalinos chamavam de deterioração dos termos de troca. O nome é complicado, mas quer dizer uma coisa relativamente simples: no comércio internacional, os países periféricos, exportadores de matérias-primas e importadores de bens manufaturados, sempre estariam em desvantagem em relação aos países centrais, exportadores de manufaturas e importadores de matérias-primas. Portanto, o comércio internacional reproduziria e aprofundaria as diferenças entre os países centrais e os periféricos, condenando os últimos ao subdesenvolvimento.

Como resolver esse dilema? Para a Cepal, a saída seria a realização, liderada pelo Estado, de um amplo processo de modernização, entendida como industrialização, e que deveria incluir a reforma agrária. Segundo essa visão, o latifúndio, ligado ao comércio internacional e, portanto, à deterioração dos termos de troca, seria um óbice ao desenvolvimento industrial, que justamente emanciparia os países latino-americanos dessa deterioração. Em suma, as economias latino-americanas deveriam deixar de ser exportadoras de matérias-primas e importadoras de produtos manufaturados para se tornarem, elas próprias, produtoras de

produtos manufaturados. Com isso, a produtividade do trabalho iria aumentar e as riquezas produzidas nos países neles permaneceriam, elevando a qualidade de vida de todos.

O pensamento da Cepal teria enorme influência não apenas nas idéias econômicas implementadas no Brasil nos anos 1950, durante o governo Juscelino Kubitschek, mas também na reflexão sociológica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb.

## O pensamento sociológico do Iseb



O Instituto Brasileiro de Estudos Superiores foi criado em, 1955 e fechado em 1964, pelos militares. Dele fizeram parte importantes sociólogos e economistas brasileiros, como Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré. Muito embora tais pensadores tivessem profundas diferenças entre si, o Iseb forjou a ideologia nacional-desenvolvimentista que foi fundamental para legitimar o processo de modernização do Brasil nos anos 1950.

O pensamento desenvolvido por economistas e sociólogos ligados ao Iseb foi fortemente influenciado pela produção cepalina e contribuiu para forjar as bases ideológicas do chamado nacional-desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek. De fato, o Iseb não se constituiu apenas como um grupo de reflexão sobre a realidade brasileira. Foi além, contribuindo para que, no plano das idéias, o país tomasse consciência do seu subdesenvolvimento e lutasse para dele emancipar-se.



Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Em seu governo, JK implementou o Plano de Metas, conjunto de medidas que deveria fazer o Brasil crescer “50 anos em 5” através da industrialização, exemplificada pela instalação da indústria automobilística. No governo JK foi construída também a nova Capital Federal, Brasília, que deveria expressar o novo Brasil, moderno e industrial, em contraposição ao país agrícola e arcaico que o presidente herdara quando assumiu a presidência.



O diagnóstico que os isebianos faziam da realidade brasileira não diferia, em essência, daquele realizado pela Cepal para os países latino-americanos de um modo geral. O Brasil seria ainda um país agro-exportador, marcado por relações arcaicas no campo e preso a um comércio internacional a ele desfavorável, que impediria o desenvolvimento de suas indústrias e a elevação da produtividade de seus trabalhadores. Seria preciso, portanto, romper com essa lógica, responsável não só pelo subdesenvolvimento como também pela persistência da pobreza, por meio da industrialização e da urbanização.

Esse ponto é importante: para o pensamento isebiano, a pobreza então existente era percebida como um legado do Brasil arcaico, latifundiário e agroexportador, sendo, portanto, passível de ser superada pelo que então era considerado o moderno, a cidade e a indústria. A conjugação da promoção do crescimento econômico via industrialização e a reforma agrária, que eliminaria o latifúndio e seu arcaísmo, era entendida, pois, como o caminho para a superação da pobreza e para a construção de um país mais justo e igualitário.

Nos anos 1950, segundo os isebianos, o Brasil estaria prestes a emancipar-se da herança de seu passado colonial. Durante a Segunda Guerra Mundial, um incipiente processo de substituição de importações teria dotado o país de algumas indústrias, como a siderúrgica de Volta Redonda, e, no segundo governo Getúlio Vargas (1951–1954) a criação de empresas estatais como a Petrobras teria sinalizado um novo papel do Estado na promoção da industrialização. A própria criação do Iseb sinalizaria esse momento propício à alavancagem de um novo Brasil, moderno e urbano-industrial.



**Companhia Siderúrgica Nacional**



**PETROBRAS**



## Atende ao Objetivo 1

1. A visão do Brasil como um país preso ao seu passado, e que dele deveria se emancipar, está presente, como você já viu, em importantes pensadores sociais brasileiros anteriores ao Iseb. Mas não apenas entre eles. Leia a seguinte passagem de Luís Edmundo, importante cronista brasileiro da primeira metade do século XX, sobre as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906):

Penetramos o século das luzes e ainda estamos em plena morrinha colonial. Ainda somos o que éramos quando aqui albergávamos o mau gênio do Sr. Luiz Vahia, o “onça”, a arrogância do Sr. Marquês do Lavradio, o “gravata”, e a palermice coroada do Sr. D. João VI, o “frouxo”. E assim continuamos a ser até o advento de Rodrigues Alves, até a obra magnífica de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, quando se transforma a cidade pocilga em Éden maravilhoso, fonte suave de beleza e saúde, centro para onde logo afluem estrangeiros que, até então, medrosamente nos visitavam, apavorados, todos, com a febre amarela: americanos, ingleses, italianos, alemães, que aqui chegam trazendo-nos, além de um esforço pessoal apreciável, capitais, estímulo, e o que é melhor ainda, a visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas (EDMUNDO, 1938, p. 25).

Identifique nesse texto os trechos em que Luís Edmundo contrapõe o arcaico ao moderno e nos quais ele identifica um ator central no processo de modernização do país, nos moldes do Iseb.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

São vários os momentos em que Luís Edmundo contrapõe o arcaico ao moderno em seu texto: século das luzes x morrinha colonial, cidade pocilga x Éden maravilhoso, febre amarela x fonte suave de beleza e saúde. Por outro lado, assim como os isebianos, Luís Edmundo localizava no Estado, representado por Pereira Passos, um ator central no processo de emancipação do peso do passado.

---

Ainda que compartilhando um núcleo de idéias comum, os pensadores isebianos divergiam entre si em alguns pontos. Dois autores podem ser indicados como representativos da principal clivagem no interior do pensamento isebiano: Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré.

Hélio Jaguaribe foi um dos fundadores, ainda em 1952, do chamado Grupo de Itatiaia, antepassado do Iseb que reunia intelectuais paulistas e cariocas visando ao estudo da realidade brasileira. Para Jaguaribe, o Brasil vivia nos anos 1950 o embate entre duas grandes forças: as forças do progresso, envolvendo todas as classes sociais interessadas na transformação social – burguesia industrial, trabalhadores urbanos e rurais – que formariam a maioria do povo brasileiro, e uma minoria retrógrada – a burguesia latifundiária, o setor mercantil da burguesia urbana e a pequena burguesia radical – interessada em manter o país na velha posição colonial de país exportador de matérias-primas. Em suma, as forças do progresso eram por ele identificadas à indústria e à cidade e, as do atraso, ao latifúndio agroexportador.

Para Jaguaribe, o conflito central da realidade brasileira não era o conflito entre capital e trabalho, o conflito de classes, portanto, mas o conflito entre modernizantes e arcaizantes, entre nação e antinação (identificada esta aos aliados locais do imperialismo, ou seja, aos interessados na manutenção do país

como uma economia agroexportadora). Assim, São Paulo surgia como o pólo do Brasil moderno, urbano-industrial, em contraposição a um Brasil ainda predominantemente arcaico e semifeudal, que, por restringir a ampliação do mercado consumidor de produtos manufaturados e a oferta de produtos primários para o mercado interno, obstaculizaria o desenvolvimento do Brasil moderno. Para superar tal situação, Jaguaribe sugeria que o Estado fosse o coordenador da economia, ao lado da burguesia empreendedora, de modo a superar os entraves do atraso.

No entanto, havia um problema para que isso ocorresse: a falta de poupança interna, a baixa capacidade de investimento da economia brasileira. Industrializar um país exige recursos vultosos que, na visão de Jaguaribe, deveriam ser buscados fora do Brasil, por meio de investimentos estrangeiros. Era esse ponto que marcava a divisão entre duas visões distintas no seio do Iseb: os que defendiam a participação do capital estrangeiro na industrialização do país, como Jaguaribe, que formava a ala desenvolvimentista do Instituto, e os que a ela se opunham, como Nelson Werneck Sodré, que formava uma ala mais nacionalista.

Nelson Werneck Sodré vinha de uma tradição intelectual completamente diferente da de Hélio Jaguaribe. De formação marxista, Sodré entendia a sociedade brasileira através da categoria de modo de produção. O Brasil teria tido em seu período colonial uma economia baseada no modo de produção escravista, ao qual teria se seguido uma transição para um modo de produção feudal, baseado no grande latifúndio agroexportador. Então, na conjuntura dos anos 1950, a questão principal a ser enfrentada não era a representada pelo conflito entre capital e trabalho, mas entre estes e os latifundiários feudais e seus aliados, como as frações mercantis da burguesia. Em suma, para Sodré, tratava-se de construir um modo de produção capitalista no Brasil, passo necessário para a constituição do socialismo. Para isso, era preciso industrializar o país em moldes capitalistas, e, nesse sentido, burguesia e trabalhadores deveriam atuar juntos contra o latifúndio, como também sugeria Jaguaribe.



## Atende ao Objetivo 2

### 2. Leia a seguinte passagem, de Wanderley Guilherme dos Santos:

Foi o “desenvolvimentismo” a última forma assumida por aquela ideologia que, nascendo com o próprio alvorecer do capitalismo no Brasil, teve por missão derrotar as sobrevivências ideológicas de uma estrutura arcaica e em decadência – a estrutura semicolonial predominante no país até a década dos 30 – ao mesmo tempo que vislumbrava e projetava as vias pelas quais deveria evoluir o sistema econômico nacional. Para tal fim, melhor dizendo, para ganhar ideologicamente a maioria das forças sociais, retirando-as de sob o controle das teses colonialistas, esmerou-se a ideologia do desenvolvimento – aqui entendida como a ideologia incumbida de derrotar as teorias coloniais e equacionar os meios do arranque capitalista inicial – em demonstrar que a liquidação da dependência econômica para com o exterior, assim como a solução das principais agruras sociais, poderiam ser obtidas com a expansão do capitalismo (SANTOS, 1963, p. 55-56).

Escreva um texto de dez linhas identificando, nas linhas de Wanderley Guilherme dos Santos, alguns dos elementos principais da ideologia desenvolvimentista presentes nas formulações do Iseb.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

São vários os caminhos que você trilhar em seu texto. Um que é bastante importante de ser aprofundado diz respeito a uma tese central da ideologia desenvolvimentista: a de que a superação do arcaísmo, a liquidação da dependência externa e o avanço do capitalismo no Brasil teriam por resultado na solução das principais agruras sociais brasileiras, como a pobreza.

---

## CONCLUSÃO

O Iseb foi fundamental não apenas para consolidar a ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil como também para criar uma visão dualista da realidade brasileira. De modo sucinto, pode-se afirmar que o pensamento dualista percebe a formação social brasileira como fracionada em duas formações antagônicas, uma moderna e outra tradicional, a segunda obstaculizando o livre desenvolvimento da primeira. Como consequência, o país é pensado a partir de dicotomias tais como *campo versus cidade*, *sertão versus litoral*, *Estado versus sociedade*, *público versus privado*, *nação versus imperialismo*.

A partir dessa visão, o Iseb buscava criar as bases ideológicas da superação do legado do passado colonial e abrir caminho para o Brasil urbano-industrial. Em suma, os ideólogos do Iseb percebiam a sociedade brasileira fracionada em atores modernizantes e arcaizantes, devendo os primeiros forjar uma aliança em torno de um amplo processo de industrialização, capaz de superar e derrotar os segundos. Para o Iseb, as profundas desigualdades sociais do país seriam fruto de seu subdesenvolvimento de sua insuficiente industrialização.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Converse com dez pessoas de idades variadas, dos vinte aos sessenta anos, a respeito de suas visões acerca do desenvolvimento econômico. Faça pelo menos as seguintes perguntas:

- Você acha que a industrialização é importante para o país?
- Você acha que a industrialização é importante para a superação da pobreza no Brasil?

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

É muito provável que uma parcela expressiva dos seus entrevistados responda afirmativamente às duas questões. Muito embora cinquenta anos de industrialização no Brasil não tenham sido capazes de superar a pobreza brasileira – pelo contrário, como será visto na próxima aula –, e a crítica ambiental tenha desenvolvido uma visão problematizadora da grande indústria, ainda é muito forte, nos dias de hoje, a visão que associa modernidade e riqueza à industrialização.

---

## RESUMO

No pós-Segunda Guerra Mundial, a Cepal buscou empreender uma análise das razões pelas quais as economias latino-americanas eram subdesenvolvidas. Segundo a Cepal, faltaria dinamismo interno a tais economias, marcadas pelo predomínio do latifúndio e da agroexportação. Para agravar o quadro, a deterioração dos termos de troca no comércio internacional entre países periféricos e países centrais reproduziria a falta de dinamismo interno de tais países, aprofundando ainda mais as diferenças entre centro e periferia. Para equacionar o problema, a Cepal sugeria a industrialização dos países latino-americanos.

No Brasil, o pensamento isebiano, fortemente influenciado pelo cepalino, forjou uma ideologia nacional-desenvolvimentista, segundo a qual o país deveria emancipar-se do legado do seu passado colonial, expresso no latifúndio, e industrializar-se. Haveria, portanto, uma convergência de interesses entre a burguesia industrial e o proletariado em sua oposição às forças do atraso, o grande latifúndio e a burguesia mercantil. Os problemas sociais do Brasil, em suma, seriam resultado da força do peso do passado, da insuficiência do seu capitalismo, e seriam superados, justamente, pela industrialização capitalista.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, você vai entrar em contato com a reflexão sociológica que buscou compreender as razões pelas quais o Brasil, ao contrário do que queriam os isebianos, industrializou-se e urbanizou-se no pós-Segunda Guerra Mundial aprofundando suas desigualdades sociais.

# Aula 12

Grandes temas  
da Sociologia  
brasileira I:  
modernização,  
industrialização  
e urbanização II

## Meta da aula

Apresentar as principais correntes do pensamento sociológico brasileiro que buscaram pensar a modernização do país a partir do esgotamento do pensamento cepalino.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a crítica ao pensamento dualista isebiano;
2. reconhecer a tradição sociológica do populismo e seus críticos.

## Pré-requisito

Para melhor compreender esta aula, você deve estar atento aos conteúdos da Aula 11, sobre o pensamento cepalino.

## INTRODUÇÃO

O pós-Segunda Guerra Mundial produziu uma ampla série de fenômenos políticos e sociais, como a crise dos impérios britânico e francês, a descolonização da África e da Ásia e a urbanização e industrialização de diversos países até então essencialmente agrários.

Para pensar sobre tais transformações, em particular o grande processo de transformação de sociedades de base agrária em urbano-industriais, a Sociologia, sobretudo a norte-americana, produziu ao menos três grandes correntes da chamada sociologia da modernização.

Uma primeira, representada por **Seymour Lipset**, identificava uma forte correlação entre modernização e democracia. Para Lipset, quanto mais próspera e urbanizada uma sociedade, mais probabilidade ela teria de ser democrática, em razão da expansão da sua classe média. Para o autor, ao privilegiar a competição eleitoral como forma de regulação dos conflitos sociais e por amortizar esses mesmos conflitos, colocando-se a meio caminho entre os possíveis pólos de radicalização, a classe trabalhadora e a burguesia, a classe média, oriunda do processo de modernização, surgia como a base social da democracia.

Uma segunda corrente é a representada por **Barrington Moore Jr.** Para ele, existiriam pelo menos três caminhos para a modernização, dependendo dos tipos de alianças de classes que presidissem o processo modernizador: o trilhado por países que realizaram a revolução burguesa, como a Inglaterra, França e Estados Unidos, resultando em países modernos e democráticos; o trilhado por países que se modernizaram por uma aliança entre a burguesia e setores das antigas classes dominantes rurais, sob a égide do Estado, resultando no fascismo, como a Itália e a Alemanha; finalmente, uma terceira via para a modernização seria a comunista, conduzida pelo Estado e trilhada pela União Soviética.

### **Seymour Martin Lipset (1922-2006)**

Foi professor de várias universidades importantes, como Stanford, Havard e Columbia e presidente da American Sociological Association, tendo desenvolvido trabalhos em diversas áreas da Sociologia, como sociologia da modernização, movimento sindical e estratificação social.

### **Barrington Moore Jr.**

Nascido em 1913 e falecido em 2005, foi professor da Universidade de Harvard e tornou-se um clássico da Sociologia ao escrever *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses no mundo moderno*.

**Samuel  
Huntington**

Nascido em 1927, é um dos mais polêmicos sociólogos da atualidade. Professor de Harvard, é geralmente identificado às correntes mais conservadoras do pensamento sociológico e, além de ter produzido estudos sobre a modernização, é o autor da tese do choque de civilizações. Segundo tal tese, o mundo pós-Guerra Fria seria marcado não mais por conflitos ideológicos, mas culturais, estando o Ocidente ameaçado por outras culturas, como a islâmica.

Ao otimismo de Lipset e aos múltiplos caminhos de Barrington Moore Jr., **Samuel Huntington** apresentava uma terceira visão, bastante pessimista, a respeito dos processos de modernização dos países atrasados. Para ele, tais processos resultariam em profundos conflitos políticos e sociais, como desdobramento da dissolução dos laços tradicionais de coesão social e da incorporação das massas recém-urbanizadas à arena política, desembocando, necessariamente, em regimes políticos autoritários.

No Brasil, principalmente a partir de 1964 e ao longo dos anos 1970, os sociólogos tinham de lidar com uma situação bastante diferente da dos norte-americanos. Enquanto estes lidavam com perspectivas teóricas e com realidades concretas distantes dos próprios Estados Unidos, o desafio que se colocava aos sociólogos no Brasil era o de compreender o fracasso do nacional-desenvolvimentismo isebiano.

Ao contrário do que queriam os isebianos, a modernização brasileira, entendida enquanto industrialização e urbanização, não havia resultado em melhoria das condições de vida da maior parte da população brasileira, tampouco a burguesia industrial brasileira havia se revelado anti-imperialista. Pelo contrário, convivera, até com bastante conforto, com o que o Iseb entendia como imperialismo. E, por falar em imperialismo, o latifúndio, tido como um seu aliado, não havia sido desmontado pela reforma agrária, o que implica dizer que o latifúndio não se revelara, como queriam os isebianos, um óbice à modernização. Para coroar as desilusões isebianas, o golpe militar de 1964 havia sepultado a experiência liberal-democrática iniciada pela Constituição de 1946, ambiente político no qual o próprio Iseb havia florescido. Portanto, os sociólogos dos anos 1960 e 1970 dedicaram-se a refletir sobre a modernização brasileira a partir de uma situação bastante diferente daquela, muito mais otimista, que se colocava diante dos isebianos nos anos 1950.

Diante de tal cenário, o pensamento sociológico brasileiro empreendeu esforços em diferentes direções, criticando o dualismo cepalino, repensando as opções e estratégias dos diferentes atores

sociais, como o Estado e a burguesia nacional, diante dos desafios da industrialização, e repensando também as relações entre o Estado e os trabalhadores naquilo que ficou conhecido como a República Populista.

## As críticas ao dualismo isebiano

Foi nos anos 1970 que as críticas ao dualismo isebiano se intensificaram, por sua incapacidade estrutural em compreender o processo de modernização capitalista pelo qual o país passava, em que o acelerado crescimento econômico não se fazia acompanhar pela melhoria efetiva da qualidade de vida e da incorporação de massas ao circuito produção/consumo. A obra fundamental de crítica ao dualismo foi, sem dúvida, a de Francisco de Oliveira, que demonstrou como a persistência e o aprofundamento das desigualdades sociais nos anos 1970 eram frutos do desenvolvimento capitalista brasileiro, que articulou distintos padrões de acumulação com a acumulação propriamente capitalista, esta dando o sentido ao todo. Oliveira demonstrou, assim, como a persistência e o aprofundamento das desigualdades sociais eram frutos do desenvolvimento capitalista, não da insuficiência deste, como queriam os isebianos. Uma outra crítica importante ao dualismo isebiano foi desenvolvida por Luciano Martins. Utilizando o conceito de modernização conservadora, inspirado em Barrington Moore, Martins entendia que a modernização brasileira teria sido feita por meio de uma coalizão de elites, na qual a diferenciação das estruturas econômicas nas quatro décadas posteriores a 1930 não teria afetado o padrão de dominação secularmente existente no Brasil. Tal qual na Prússia dos *junkers*, teria ocorrido, no Brasil, uma coalizão entre interesses agrários e industriais, resultando em uma “modernização pelo alto”. Para Martins, as assimetrias percebidas na sociedade brasileira (seu estudo é do início da década de 1970, portanto cronologicamente próximo ao de Oliveira) seriam plenamente modernas, não resquícios herdados do passado.

Portanto, ao contrário do que queriam os isebianos, o latifúndio brasileiro, entendido por estes como herança arcaica e aliado do imperialismo, teria se revelado, pelo contrário, um aliado do próprio processo de modernização capitalista do país.



### Atende ao Objetivo 1

1. Leia os trechos a seguir de uma crônica escrita em 1921 por Lima Barreto, sugestivamente intitulada *15 de novembro*.

Em seguida, escreva um texto de, pelo menos dez linhas, comparando este texto com o de Luís Edmundo, lido na aula passada, no que diz respeito à visão que ambos tinham da realidade brasileira, com ênfase na questão do dualismo.

Escrevo esta no dia seguinte ao do aniversário da proclamação da República. Não fui à cidade e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. (...) Entretanto, li com tristeza a notícia da morte da princesa Isabel. (...) Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República. Isso me acudiu porque topei com as palavras de compaixão do Senhor Ciro de Azevedo pelo estado de miséria em que se acha o grosso da população do antigo Império Austríaco. Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas da cidade. Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar. Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi. Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? (BARRETO, 1995, p. 45- 46).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Se na aula anterior foi dado a Luís Edmundo o crédito de expressar, bem cedo, uma sensibilidade dualista para a realidade brasileira, crédito também deve ser dado a Lima Barreto como um dos primeiros intelectuais brasileiros a perceber que a convivência do considerado moderno e do atrasado, da riqueza associada ao primeiro e da pobreza ao segundo, era uma convivência de contemporâneos. Ao contrário do que queria Luís Edmundo, para Lima Barreto a miséria reinante no Rio de Janeiro de sua época não era um resquício da cidade colonial, mas uma produção da cidade republicana.

---

Se a persistência das desigualdades sociais não eram heranças do passado, como queriam os isebianos, como deveriam ser explicadas? Quais seriam os papéis assumidos no processo de modernização pelas diferentes classes sociais e pelo Estado brasileiro?

## **O papel das classes sociais e do Estado no processo de modernização**

Um tema recorrente na literatura sociológica sobre a modernização brasileira refere-se à fragilidade da burguesia nacional e do conseqüente papel assumido pelo Estado na condução do processo de modernização. Para Luciano Martins, a frágil burguesia industrial brasileira teria desenvolvido um padrão

meramente reativo à liderança do Estado, o grande protagonista do processo de modernização, advindo daí o seu caráter autoritário. Martins utilizaria também o conceito de desarticulação social para explicar o processo brasileiro, chamando a atenção para a fragilidade do processo de sedimentação das classes burguesas dominantes em países de industrialização recente e acelerada, ensejando as condições para que o Estado e sua burocracia passem a desenvolver um papel central na gestão da economia e no processo de acumulação capitalista.

Também João Manuel Cardoso de Mello afirmava ser a burguesia industrial nacional, ancorada em indústrias leves e com frágil poder de acumulação, incapaz de definir um padrão de acumulação alternativo àquele que levasse à estatização dos novos setores econômicos. Pensando a modernização capitalista brasileira como a de um capitalismo tardio, o autor entende que o país industrializou-se quando, em nível internacional, o capitalismo já havia atingido sua fase monopolista. Neste cenário, só o Estado teria as condições de mobilizar recursos para os investimentos necessários à transformação da economia brasileira, particularmente em função da fragilidade de um esquema endógeno de acumulação de capital em relação às inversões exigidas pelo capitalismo monopolista.

Esta tradição, que opõe o Estado forte à sociedade desarticulada, não se restringe aos autores brasileiros, tampouco à realidade brasileira. De fato, é interessante notar como a teoria da burguesia fraca se repete em formulações sobre inúmeras outras formações sociais, com trajetórias e atores sociais distintos da experiência brasileira. Geralmente, as burguesias fracas e os Estados fortes são localizados nos países subdesenvolvidos, ao passo que as burguesias fortes e Estados instrumentais são localizados nos Estados Unidos e na Europa, com a exceção de países de industrialização tardia, como a Alemanha. Adam Przeworski, no entanto, chama a atenção para a fragilidade de tal visão sobre a burguesia como elemento explicador da autonomia do Estado e demonstra como, exemplificando com os casos inglês, francês e mesmo o alemão, inexistente relação causal

entre fragilidade da burguesia e autonomia do Estado: em todos estes países teriam se forjado burguesias com projeto de classe, ao passo que o Estado teria permanecido largamente autônomo. No caso brasileiro, Sônia Draibe afirma que Luciano Martins, ao enfatizar os aspectos autoritários da modernização capitalista brasileira, feita na ausência de uma burguesia conquistadora, e baseada em uma coalizão elitista de formato oligárquico, corre o risco de transformar a moderna burocracia econômica em ator isolado do processo de industrialização.

Também Eli Diniz desenvolveu uma crítica a essa visão do papel reativo da burguesia nacional no processo de modernização capitalista do País. Afirma a autora que, embora a primazia do Estado na transição para uma moderna economia capitalista, no Brasil, seja incontestável, ela não deve levar a que se descaracterize o importante papel de instituições da sociedade civil, como as entidades empresariais, enquanto espaço de articulação, proposição e defesa de interesses dotado de dinamismo próprio.

A fragilidade da burguesia nacional, assim como da classe trabalhadora brasileira, também está presente em uma das tradições que se tornariam centrais para a análise da modernização brasileira. A que a entende dentro dos marcos conceituais do populismo.

## **A tradição do populismo**

Francisco Weffort, Otávio Ianni e muitos outros sociólogos brasileiros pensaram a modernização brasileira a partir do conceito de populismo. Apesar das diferenças entre eles, pode-se afirmar que, para tal tradição, entre 1930 e 1964, o Brasil teria se urbanizado e industrializado nos moldes de uma República Populista.

A República Populista teria sido resultado, de um lado, de uma crise de hegemonia da classe dominante, já não mais agro-exportadora mas ainda incapaz de liderar um projeto de classe urbano-industrial e, de outro, da falta de consciência de classe

das massas trabalhadoras, recém-urbanizadas e incapazes de compreender e agir politicamente enquanto classe trabalhadora. É nesse cenário que surge o líder populista, dotado de carisma e capacidade de mobilizar as massas, manipulando-as em troca de políticas sociais e cujo objetivo final é fazer avançar o processo de urbanização e industrialização.

Para Weffort, o sistema populista se desenvolveu no período de crise da oligarquia e do liberalismo, que se aprofundou a partir dos anos 1920 e 1930. A partir de então, quando a urbanização e a industrialização se aprofundaram, a sociedade brasileira teria vivido um complexo processo de incorporação das massas à arena política, o que teria ensejado algum grau de autoritarismo na condução da vida pública, fosse o autoritarismo de Vargas entre 1937 e 1945, fosse o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes da democracia de 1946-1964, com destaque para o próprio Vargas em seu segundo governo (1951-1954). O populismo expressava, também, na visão de Weffort, a debilidade dos grupos dominantes urbanos quando, diante da iminência de constituição de um capitalismo nacional, tiveram de substituir as oligarquias tradicionais, de base agrária, na condução da vida pública.

Em outras palavras, para Weffort o populismo seria resultado da crise de hegemonia da oligarquia e da emergência de uma nova aliança de poder no interior do aparelho de Estado. No entanto, esta aliança seria caracterizada pela ausência de hegemonia, ou melhor, pela incapacidade de qualquer um dos novos sócios do poder em construir uma nova hegemonia, resultando em um Estado de Compromisso. Nas condições do Compromisso, a instabilidade política que marcou o período até 1964 teria tido sua gênese na personalização do poder, na imagem, meio real e meio mítica, da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e na necessidade de participação, no jogo político-institucional, das massas populares urbanas.

Segundo Weffort, o fundamento do que ele chama de sistema populista seria uma:

Estrutura institucional de tipo autoritário e semicorporativa, orientação política de tendência nacionalista, antiliberal e antioligárquica; orientação econômica de tendência nacionalista e industrialista; composição social policlassista mas com apoio majoritário das classes populares (WEFFORT, 1980, p. 84-85).

Uma outra abordagem do populismo é a de Francisco de Oliveira, que o define como a revolução burguesa no Brasil. Para Oliveira, ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a brasileira teria prescindido de uma ruptura total do sistema de poder, mantendo parte do poder das classes proprietárias rurais. A revolução brasileira teria se caracterizado, em verdade, pela construção de um novo modo de acumulação, voltado para dentro, tendo sido preciso, para tal, a adequação das relações de produção:

O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma de união do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso (OLIVEIRA, 1975, p. 30-31.)

O conceito de populismo, ainda que largamente utilizado hoje em dia, começou a ser crescentemente criticado por historiadores a partir de fins dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Ângela de Castro Gomes, principalmente, criticou a visão de que os trabalhadores teriam se deixado manipular por líderes populistas, o que encerraria a percepção de que o Estado seria todo-poderoso e, os trabalhadores, passivos. Criticando também a visão, encerrada no conceito de populismo, de que os trabalhadores brasileiros não teriam consciência de classe, a partir da visão de que não existe uma consciência de classe correta, Gomes afirma que, no período em

questão, teria se consolidado, entre a classe trabalhadora brasileira e o Estado, um pacto, ao qual denomina trabalhista, segundo o qual a classe trabalhadora teria obtido ganhos simbólicos e materiais em troca de apoio ao projeto trabalhista.

## CONCLUSÃO

O período compreendido entre 1930 e 1964, e que é o cerne das reflexões da sociologia brasileira da modernização, acabou por ser largamente compreendido a partir do conceito de populismo.

Para além da crítica a tal conceito formulado por, dentre outros, Ângela de Castro Gomes, é importante salientar que o conceito de populismo acabou por extrapolar o circuito acadêmico para penetrar no debate público. Ao fazê-lo, ele ganhou uma dimensão pejorativa, desqualificadora. Populista é, como diria Gomes, o inimigo, o outro, o que coopta as massas populares e as manipula. Com isto, não só toda uma tradição política, o trabalhismo, é desqualificada, como a própria classe trabalhadora é percebida como incapaz de compreender-se a si própria e os seus interesses.

Esta é uma das razões pelas quais Gomes rejeita a utilização do conceito de populismo. Se a função dos conceitos é contribuir para produzir compreensão sobre um determinado fenómeno, o fato de o conceito de populismo ter adquirido uma dimensão negativa acaba por contaminar sua função. Assim, ele pode acabar por produzir não compreensão, mas condenação sobre um período fundamental da história do Brasil.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 2

Leia o poema a seguir de Lisindo Coppoli sobre Getúlio Vargas, publicado em 1953, e identifique os elementos que podem ser associados à tradição do populismo.

#### Fala o pai dos pobres

Trabalhadores do Brasil! Meus filhos!  
Lembro-me bem de vós, nem poderia

.....

Sois vós, trabalhadores maltrapilhos,  
Os detentores da soberania,

Vós, que, perseverando, haveis de, um dia,  
Pôr nossa pátria sobre novos trilhos. c  
Que a vossa grande fé não esmoreça;

.....

.....

Firmes em nossos ideais tão nobres,  
Sempre, em mim, vós tereis o mesmo pai,  
E em vós eu terei sempre os mesmos pobres!

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

## Comentário

São vários os elementos do poema que podem ser identificados à tradição do populismo, a começar de seu título. A visão de Getúlio como pai dos pobres remete à visão destes como menores, portanto, como tendo a necessidade de serem tutelados pelos mais velhos. Por outro lado, a idéia de pai remete também à necessidade de proteção, como se os trabalhadores brasileiros não tivessem capacidade de, por si sós, tomarem suas próprias decisões. Por outro lado, o princípio da cooptação dos pobres pelo poder está sempre presente, assim como a idéia de que, no fundo, o líder, apesar de revelar-se como protetor dos pobres, implementa o poder em favor dos ricos.

Em suma, o poema de Coppoli inspira-se no famoso ditado de que Vargas seria o pai dos pobres e a mãe dos ricos.

---

## RESUMO

O desenvolvimentismo cepalino, ao se revelar incapaz de produzir compreensão sobre a modernização brasileira, deu lugar a novas interpretações sobre esta. A crítica ao dualismo, uma análise mais detida sobre o papel dos agentes sociais e a tradição teórica do populismo foram, todas, tentativas de análise que objetivavam compreender as razões pelas quais o Brasil modernizou-se e industrializou-se sem, contudo, realizar as reformas tidas como necessárias pela Cepal, como a agrária, e sem superar seus graves problemas sociais.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai entrar em contato com um dos temas mais polêmicos do pensamento sociológico brasileiro, e de grande atualidade, que é um desdobramento das reflexões feitas nas Aulas 11 e 12 sobre a modernização brasileira: o problema das desigualdades sociais.

# Aula 13

Grandes temas  
da Sociologia  
brasileira IV:  
o problema da  
desigualdade  
social I

## Meta da aula

Identificar as dimensões da desigualdade social no contexto europeu e as formas pelas quais ela vem sendo representada historicamente na reflexão sociológica.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a dimensão sociológica do tema da desigualdade social;
2. identificar as especificidades históricas das desigualdades sociais;
3. reconhecer as diferentes linguagens da sociologia que buscam representar o tema das desigualdades sociais.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade ao estudar esta aula, reveja a Aula 4, sobre Durkheim e Marx, que tratava a questão social na Europa do século XIX, e as Aulas 10 e 11, sobre tensão racial, preconceito e integração do negro; a Aula 12, sobre desigualdade social; e a Aula 14, sobre modernização, industrialização e urbanização. Elas são relevantes para a compreensão do tema da desigualdade social.

## INTRODUÇÃO

A pobreza – e sua versão mais severa, a miséria – é um fenômeno tão presente na vida brasileira que, muito provavelmente, você já a considera parte da paisagem social, ou seja, você caminha hoje pelas ruas dos grandes centros urbanos e invariavelmente esbarra na miséria. Pessoas nas ruas pedindo dinheiro, os chamados “sem-teto”, os doentes, os famintos, os abandonados, os carentes, que já compõem “naturalmente” a paisagem urbana nas grandes cidades no Brasil e no exterior. Por outro lado, você também observa os mais ricos, os mais aquinhoados, aqueles que exibem suas riquezas por meio de bens de consumo: carros, roupas caras, jóias e, provavelmente, você também os enxerga como parte da paisagem urbana. Entretanto, se paramos para refletir detidamente sobre a pobreza e a riqueza, a miséria e a opulência, a carência e a fartura, é provável que o que antes era “naturalmente” parte da paisagem transforme-se em um problema, em uma questão e, até mesmo, em um desafio. Esse é o movimento que a sociologia realiza. Ela se pergunta: a pobreza e a riqueza sempre existiram? É justo que a sociedade se divida entre ricos e pobres? Por que uns tem muito e outros nada? Qual é a distância tolerável que deve separar ricos de pobres? Quando a desigualdade social se transforma em um risco para a ordem social?

Essas perguntas cercam um fenômeno típico da modernidade que buscaremos tratar na presente aula: a *desigualdade social*. Esse fenômeno, especialmente a partir do século XIX, transforma-se, por assim dizer, em um dos maiores problemas da modernidade – de difícil solução – enfrentados no Brasil e no mundo. Nem todos, contudo, estão realmente atentos a essa questão. Poucos se indagam sobre como as sociedades conseguem conviver e se manter em ordem, ou seja, sem revoluções ou guerras civis, frente à desigualdade social. Muitas vezes os mais ricos são indiferentes aos pobres, e alguns pobres muitas vezes imaginam que é “natural” que outros tenham muito dinheiro e que eles não tenham quase nada.

Alguns se resignam diante da desigualdade; outros, porém, podem pensar que essa distância social é uma injustiça. Há, ainda, aqueles que podem naturalizar essa distância atribuindo-a à vontade de Deus. Nessa perspectiva, convém perguntar: será que você realmente enxerga a desigualdade social no Brasil? Em que circunstâncias você identifica a desigualdade social? Que razões você identifica para a desigualdade social? Como você ajuíza sobre a distância entre ricos e pobres? Qual é a distância tolerável? Qual é a sua opinião sobre a desigualdade social? Como você se vê em um país socialmente desigual? Por que alguns países são mais socialmente desiguais do que outros? Quais as razões filosóficas, históricas e sociológicas da desigualdade social? Ainda que reconheçamos em nosso cotidiano as imagens da desigualdade social, nem sempre a consideramos com a profundidade que ela merece. Em muitos casos, reconhecemos a desigualdade mas não enxergamos as razões da sua emergência histórica, sequer nos envolvemos diretamente com os seus impactos sobre os indivíduos e a sociedade ou, vale dizer, com as possibilidades de contribuir para a sua superação.



Você deve dirigir sua atenção agora para as questões que mobilizaram o surgimento da Sociologia desde o século XIX. Lembre-se de Durkheim (Aula 4): como uma sociedade pode se manter coesa mesmo quando seus indivíduos encontram-se em posições desiguais? Como uma sociedade pode se desenvolver pacificamente mesmo quando os interesses dos indivíduos são distintos ou quando alguns indivíduos são mais recompensados do que outros? O que assegura a paz social quando alguns podem ter acesso a uma maior quantidade de bens de consumo e à propriedade, enquanto outros não podem? Essas são questões que, desde autores como Hobbes, Locke, Rousseau, Adam Smith, Durkheim e Marx, desafiam a imaginação filosófica e sociológica no Ocidente.

## As origens da desigualdade segundo Rousseau

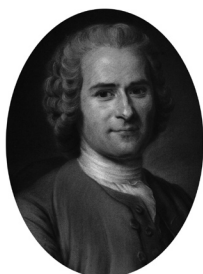
Muitos pensadores nos séculos XVII e XVIII se inquietavam com as condições de emergência da ordem social. Como é possível a sociedade? Como homens com *status* diferenciados podem viver em sociedade? Se os homens são naturalmente egoístas, como eles podem viver em sociedade? Mesmo considerando todos os homens como parte de uma mesma natureza humana, intrigava a esses pensadores o porquê de alguns tornarem-se mais poderosos do que outros. Por que alguns alcançavam a glória e outros não? Por que alguns possuíam reconhecimento e propriedades e outros não? Por que alguns possuíam riquezas e outros não? Se para esses pensadores, sobretudo os chamados **contratualistas**, os homens nascem iguais, ou seja, são parte de uma mesma humanidade, que os filósofos do direito natural chamavam “natureza humana”, o que, então, os teria tornado desiguais? Autores contratualistas como Rousseau, por exemplo, buscaram compreender a origem das desigualdades entre os homens pelo chamado **método heurístico**. Tratava-se de pensar em uma situação hipotética, mas logicamente

### **Contratualistas**

Escola que floresceu na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Teve como mais conhecidos representantes, Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704) e Rousseau (1712-1778). Ainda que esses autores não pensassem exatamente da mesma maneira, adotaram uma mesma estrutura conceitual a fim de afirmar o poder do consenso na manutenção da sociedade e do Estado. Para Hobbes, as paixões levam os homens ao pacto a fim de garantir a paz social; para Locke, a razão é o motor do consenso entre os homens; para Rousseau, a busca da felicidade instituída como vontade geral permite o contrato entre os homens.

### **Método heurístico**

Parte da pesquisa que visa favorecer o acesso a novos desenvolvimentos teóricos ou descobertas empíricas. Define-se procedimento heurístico como um método de aproximação das soluções dos problemas, que não segue um percurso claro mas que se baseia na intuição e nas circunstâncias a fim de gerar conhecimento novo.



### **Jean-Jacques Rousseau**

Nasceu em Genebra em 1712 e morreu em Ermenoville em 1778. Filósofo suíço, escritor e teórico político, foi um dos mais relevantes filósofos do iluminismo francês. Suas idéias influenciaram os líderes da Revolução Francesa. Em 1755 escreveu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, trabalho no qual os temas da desigualdade e da injustiça são tratados como resultado da competição e da hierarquia na sociedade. Para ele, da própria civilização viriam os males que afligem o homem civilizado. Em estado natural os homens seriam iguais, a civilização é que se encarrega de introduzir a desigualdade. É autor de uma vasta obra que inclui seu mais conhecido trabalho: *O contrato social*.

plausível, que permitisse refletir sobre as razões das desigualdades entre os homens. **Rousseau** vislumbrava uma natureza humana segundo a qual, na origem dos tempos, os homens teriam nascidos rigorosamente iguais, destituídos de propriedade, razão ou poder, aos que ele chamava “bom selvagem” ou “homem natural”. Eram desprovidos de interesse e cobiça. Somente quando se introduz entre os homens a necessidade do trabalho, da sobrevivência, com o surgimento da sociedade, surgem a vontade de poder, o desejo de subjugar o outro, a inveja e a cobiça. Essa diferenciação fundamentada na propriedade permite a escravização de uns por outros, inaugurando as desigualdades entre os homens. Nos termos de Rousseau, a civilização, a sociedade civil, retiraria o homem da sua bondade natural e original, tornando-o competitivo, egoísta e individualista.

As desigualdades identificadas especialmente por Rousseau, derivam da observação de uma sociedade marcada por diferenciações quanto à posição social, ao *status* e ao poder político. Na reflexão antropológica de Rousseau, a desigualdade não está na origem. Está justamente na vida civilizada, na vida em sociedade. Ele desenha a evolução do homem até o surgimento da sociedade, de maneira hipotética, como ele diz no *Discurso*: “Começemos por prescindir dos fatos e imaginemos a existência fictícia de um estado de natureza que teria precedido a entrada dos seres humanos em sociedade.” Na verdade, a sua crítica é também uma denúncia que se dirige ao Antigo Regime, ou seja, ao regime absolutista e às desigualdades que ele reproduz que acabam por separar os indivíduos: desigualdades de origem moral, social e política. Se os homens nascem iguais, então, pela lógica de Rousseau, não seria a desigualdade algo natural. A desigualdade é, para Rousseau, resultado da civilização, do interesse privado, da transformação do bom selvagem em homem egoísta.

## Pobreza e desigualdade da perspectiva da Sociologia

A compreensão sociológica da desigualdade social só ganhará maior nitidez com a Revolução Francesa. Era preciso que um acontecimento político e histórico trouxesse à cena pública a pobreza em sua versão mais aguda – a miséria, *les malheureux* –, como dizia Saint-Just.



**Figura 13.1:** Tomada da Bastilha (*Prise de la Bastille*) de Jean-Pierre Louis Laurent Houel (1735-1813).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bastilha>

A revolução colocou de ponta-cabeça todo o edifício do Antigo Regime, antes acomodado na hierarquia, no privilégio, nas diferenças de *status* e nas suas desigualdades. Descortinava-se, então, um mundo de pobreza tão avassalador que a própria liberdade pela qual se lutava na Revolução Francesa foi perdendo espaço para a luta que emergia como mais relevante: a luta pela igualdade. A pobreza seria, a partir da Revolução Francesa, compreendida como uma questão social contra a qual o ideal da igualdade, através do estado e da política, se afirmaria. Agora, a oposição entre igualdade e desigualdade social marcaria a preocupação não apenas dos revolucionários, mas também dos estudiosos dessa nova sociedade que se inaugurava com a Revolução Francesa.

Você agora é convidado a pensar em diferentes cenários sociais e nas transformações históricas das noções de riqueza e pobreza.

**Cenário 1:** Pensemos no Antigo Regime, no ano hipotético de 1737. Em algum lugar da França havia um camponês, o Sr. Jean-Paul, que era pobre, mas não passava necessidade. Era capaz de se alimentar, de ter acesso ao moinho e à proteção do senhor ou do proprietário – provavelmente um aristocrata – das terras em que ele vivia. Suas relações com esse senhor eram marcadas pela diferenciação de *status* e de direitos. A desigualdade social era um dado quase natural dessa diferenciação. O Sr. Jean-Paul podia se sentir um pouco injustiçado por ser pobre, mas não ao ponto de achar que ele poderia alterar aquela situação. Aquele era um dado da tradição e até, em uma perspectiva religiosa, uma vontade divina imutável. Ele, nesses termos, não se imaginava no lugar do seu senhor. O seu horizonte de desejo não incluía a possibilidade de alguma mobilidade social. Lembre que nessa época as idéias ilustradas de liberdade e igualdade conduzidas mais amplamente pela Revolução Francesa não estavam popularizadas. Tampouco os direitos do homem e do cidadão. Aguarde, pois mais adiante teremos outros cenários.



Pensemos um pouco mais nos significados da desigualdade social. Provavelmente quando você pensa em desigualdade social você a traduz como uma noção ligada à esfera econômica, como expressão das desigualdades entre ricos e pobres ou, em linguagem mais sociológica, desigualdades entre classes sociais. A tradução econômica da desigualdade social é uma das mais conhecidas e possui uma história que você já viu em aulas anteriores. Nasce com a modernidade no século XIX, com o advento da sociedade industrial e do mercado de trabalho. Mas, antes disso, a desigualdade social já era um problema mesmo para os filósofos sociais, como vimos em Rousseau. Quando a igualdade política e social se torna relevante, isto é, objeto de desejo dos indivíduos, a desigualdade passa a ser vista como uma injustiça, um desvio da idéia de que todos os homens nascem iguais. Antes da Revolução Francesa, no Antigo Regime, a desigualdade social não era uma questão política, sequer uma questão de justiça. A ordem social era hierarquicamente diferenciada, com cada segmento social, que podemos chamar casta, ocupando um lugar previamente conhecido e legitimado pela tradição. A ordem dos nobres ou aristocratas, do clero, dos burgueses e dos camponeses. Antes da modernidade, as possibilidades de mobilidade de um segmento ou casta social para outros eram raras. A nobreza, o clero, a burguesia e os camponeses, todos estavam marcados pelos seus lugares de origem, de nascimento, e exerciam uma função própria nos segmentos do quais eram parte, como vimos no caso do camponês Jean-Paul. Raramente, no Antigo Regime, o indivíduo de um segmento colocava em dúvida o seu lugar de origem a fim de almejar posições em outros segmentos. As idéias iluministas já no século XVIII reproduzem, especialmente no ambiente burguês, a crítica à estrutura social e política rígida e hierárquica do Antigo Regime. A Revolução Francesa é resultado, com efeito, de uma crescente insatisfação inicialmente manifestada pela burguesia, casta social mais próxima da nobreza, insatisfeita com os privilégios da última. Observa-se entre a burguesia e a nobreza o que alguns autores chamam privação relativa, ou seja, quanto mais próximo você se encontra de outro segmento social que possui privilégios que o seu grupo de origem não possui, maiores

**Status quo**

Expressão latina para designar o estado atual das coisas ou das situações.

as chances de que você perceba a sua posição na sociedade como uma expressão de injustiça. “Por que o conde de Lion tem privilégios e eu, um empresário burguês, não?” “Se eu tenho mais dinheiro que o conde, por que não posso ter os mesmos privilégios que ele?” Essa percepção, já no final do Antigo Regime, da injustiça naquela estrutura social hierarquizada e rígida acalentaria o desejo político de alterar esse **status quo**. A Revolução Francesa seria, também, a consequência política daquela percepção de injustiça que nasce ainda no Antigo Regime. A expansão dos direitos civis, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – “todos os homens são iguais...” –, trouxe a expectativa de uma ordem social mais igualitária. A igualdade – um alvo no horizonte dos desejos do agora cidadão – transforma-se em um ideal a ser atingido e tudo o que contraria esse objeto do desejo passa a ser negativamente denominado “desigualdade”.

**Atende ao Objetivo 1**

1. Comente os seguintes aspectos dos itens retirados da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: O que se entende por igualdade na Declaração? Como conciliar igualdade e garantia da propriedade? Como a liberdade é considerada na Declaração?

## Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: 26 de agosto de 1789



Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as causas únicas da infelicidade pública e da corrupção dos governos, resolvem expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar seus direitos e seus deveres, a fim de que os atos do poder legislativo e os do poder executivo, podendo ser, a cada instante, comparados com a meta de toda instituição política, sejam mais respeitados, a fim de que as reclamações dos cidadãos, fundadas de agora em diante sobre princípios simples e incontestáveis, se destinem sempre à manutenção da constituição e à felicidade de todos. Por conseguinte, a Assembléia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Artigo 1. Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundamentadas senão sobre a utilidade comum.

Artigo 2. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são: a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 4. A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique a outrem; assim sendo, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem outros limites senão os que assegurem aos demais membros da sociedade o gozo desses direitos. Tais limites não podem ser determinados senão pela lei.

Artigo 6. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm direito de concorrer, pessoalmente ou pelos seus representantes, na sua formação. Ela tem de ser a mesma para todos, quer seja protegendo, quer seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais aos seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a capacidade deles, e sem outra distinção do que a de suas virtudes e talentos.

Artigo 10. Ninguém deve ser molestado pelas suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública, estabelecida pela lei.

Artigo 17. Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, dela ninguém pode ser privado, salvo quando a necessidade pública, legalmente verificada, o exigir evidentemente e com a condição de uma justa e prévia indenização.

## Comentário

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 foi objeto de dois sentimentos opostos. Se por um lado ela representava a possibilidade de um mundo novo, mais livre e igualitário, valores saudados na era da ilustração pelos chamados progressistas, por outro, observava-se uma reação a esses valores, sobretudo pelos conservadores, adeptos da chamada tradição moral e, em alguns casos, da tradição religiosa. Para estes a tentativa do povo francês de instaurar os sagrados Direitos do Homem e de conquistar a liberdade política não fez mais do que atirar esse mesmo povo na barbárie. Para estes, a liberdade poderia gerar anarquia e a igualdade poderia favorecer um governo tirânico. Para os socialistas, décadas mais tarde, a Declaração era incompleta, pois não abolia a propriedade privada. Ao contrário, resguardava-a. Era uma salvaguarda ao Estado liberal. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Revolução resultavam para alguns em mudanças inéditas e justas e para outros significava promessas vãs e irresponsáveis cujo resultado era exatamente o oposto do que o que aqueles fenômenos políticos propunham.

## Revolução Industrial, pauperismo e desigualdade social



Não era apenas na França que o fenômeno da pobreza mostrava a sua cara. Na Inglaterra, ou melhor, em Londres, em Manchester, nas cidades industriais inglesas, o fenômeno da pobreza está acompanhado, paradoxalmente, do fenômeno da opulência. Podemos observar, sobretudo no século XIX, no ápice da Revolução Industrial inglesa, alguns importantes indicadores desse cenário: o fortalecimento do Império britânico por meio da aventura colonizadora, o aumento da riqueza, especialmente da riqueza móvel e da propriedade dos burgueses, a alta produtividade nas indústrias o crescimento urbano, as manufaturas no campo e nas cidades etc. Observamos, simultaneamente, o aumento da pobreza, a indigência, a exploração dos trabalhadores com longas jornadas de trabalho, o trabalho infantil, a prostituição, a miséria, a marginalidade. Estamos diante de um interessante paradoxo que mobilizou a imaginação sociológica no século XIX. Você talvez se pergunte: será que todos os avanços alcançados pela Revolução Industrial só foram possíveis à custa de muita miséria? Essa pergunta era formulada pelos sociólogos, demógrafos e pelos economistas do século XIX que buscavam desvendar esse cruel paradoxo.

## As explicações para a pobreza e para a desigualdade social

### **Adam Smith**

Nascido em 1723 na Escócia. Economista e filósofo, chamado “pai da economia moderna”, considerado um dos maiores teóricos do liberalismo econômico. Acreditava que a iniciativa privada deveria estar livre da intervenção do governo. Para ele, o mercado livre, movido pelos interesses egoístas dos indivíduos, é levado pela “mão invisível” a promover algo que não era parte do interesse individual: o bem-estar da sociedade. Seu livro mais conhecido é *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações* (1776). Morreu em 1790 em Edimburgo.

O paradoxo da coexistência do pauperismo e da opulência mobilizaria pensadores liberais e empreendedores, que identificavam nessa nova situação social uma clara ameaça à manutenção da sociedade. Ainda na época de **Adam Smith**, no final do século XVIII, acreditava-se que os indivíduos eram dotados de interesses, mas que eram também dotados de sentimentos morais. Uma nação, para Adam Smith, não poderia ser rica e próspera se toda a sua população não experimentasse os benefícios dessa riqueza. O que adiantaria uma nação rica se grande parte de sua população permanecesse pobre? Impunha-se aqui um dilema moral. Adam Smith, partilhando essa crença moral com alguns filósofos sociais do seu século, imaginava que o próprio mercado, por meio do que ele chamava “**mão invisível**”, encarregar-se-ia de tornar harmônica a sociedade uma vez que, segundo ele, o padeiro precisaria do açougueiro e vice-versa. Da mesma maneira, o empresário precisaria do trabalhador e vice-versa. Como o mercado auto-regulável está baseado na interdependência de seus membros, seria natural que a sociedade pudesse ser organizada pelo próprio mecanismo das trocas de mercado. Esse mecanismo beneficiaria a todos. Entretanto, ao longo do processo de revolução industrial, concluía-se que o mercado, deixado livre, ou seja, o mercado auto-regulável, era mais imperfeito do que perfeito. Favorecia mais aos que já detinham a propriedade dos meios de produção (o empresário) do que aqueles que tinham de vender a sua força de trabalho. Com as cidades inchando e com o aumento de mão-de-obra disponível,

### **Mão invisível**

Metáfora utilizada por Adam Smith (1723-1790) para descrever o resultado não intencionado das ações dos indivíduos preocupados com o seu próprio interesse. No livre mercado, quando os indivíduos perseguem seus próprios interesses, tendem a promover também o bem da sua comunidade. Há uma mão invisível que dirige os interesses privados em direção a um benefício público.

tornava-se fácil para o empresário impor as suas condições, quase sempre para ele vantajosas (salários baixos e longa jornada de trabalho para os trabalhadores). Aquela velha moral que Adam Smith acreditava pudesse controlar os apetites de acumulação de capital através do mercado não se sustentou ao longo do século XIX. A crença no ***laissez-faire***, até mais ou menos 1870, tomava conta do mercado e muitos trabalhadores pagaram a conta dessa liberdade ou liberalidade econômica. O *laissez-faire* continha o princípio de que a fome é o melhor regulador para a valorização do trabalho. Acreditavam seus adeptos que o Estado e o governo não podiam promover políticas assistencialistas, pois, ao contrário de resolver a situação de indigência do trabalhador, tornava-a mais aguda, pois estimulava o ócio. Para eles, se o Estado garante o mínimo aos trabalhadores, por que razão os trabalhadores trabalhariam?

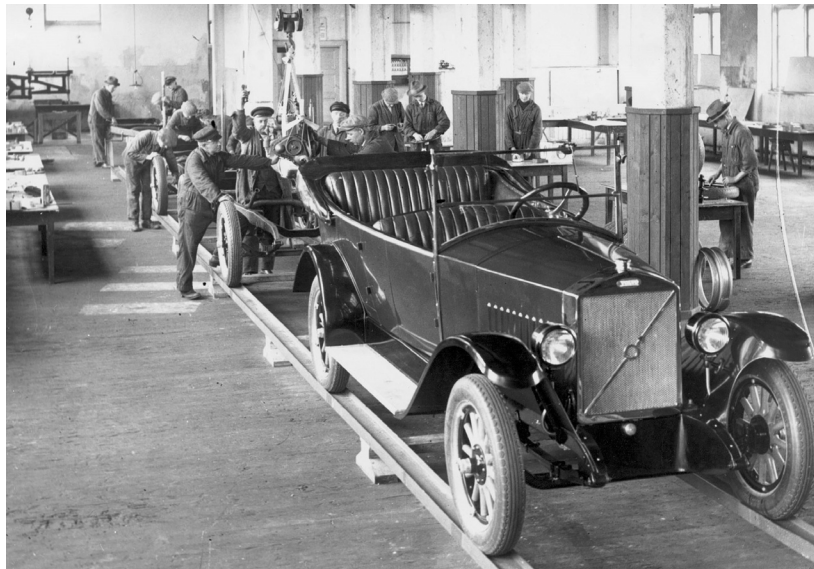
Voltemos aos cenários hipotéticos:

**Cenário 2:** Manchester, uma cidade industrial inglesa, emprega vários trabalhadores operários em suas fábricas e na produção de minério. Bob, trabalhador que migra do interior para essa cidade em busca de trabalho, enfrenta graves problemas de sobrevivência. Tinha sido convencido de que na cidade teria mais chances de sobreviver dignamente. No campo a sua situação era completamente precária. Estava desempregado e a sua paróquia não conseguia mais garantir a sua sobrevivência. Na cidade, as condições de trabalho em uma indústria revelaram-se demasiadamente injustas. catorze horas de trabalho, com um salário de fome, praticamente sem chances de habitação ou alimentação digna. Para Bob, a sua situação, ou melhor, a da sua classe social, permanece bastante precária. O que ele observa é que entre ele e o seu patrão a privação é absoluta, ou seja, as chances de que ele possa em algum momento melhorar suas condições de vida são remotas. Entre ele e o seu patrão existe um fosso, uma desigualdade de tal extensão que, na imaginação dele, nem em um século ele igualaria essa diferença de escala.

### ***Laissez-faire***

Significa literalmente “deixar fazer”, expressão utilizada pela filosofia econômica do século XVIII para a defesa da existência do mercado de trocas livre de qualquer protecionismo.

Tornou-se uma expressão associada ao liberalismo do século XIX em sua crítica a qualquer intervenção do Estado no funcionamento do mercado.



Não demorou muito para que essa situação se transformasse em um caldeirão explosivo, sobretudo quando a classe trabalhadora, vivendo em condições indigentes e indignas, deixada à míngua sem qualquer mecanismo de proteção à sua sobrevivência, resolve reivindicar melhores condições de trabalho e de existência. Para que você tenha uma idéia, hoje em dia, os mecanismos de proteção ao trabalhador (após muitas lutas políticas) não permitem o seu completo abandono e indigência. Hoje os governos em sociedades liberais devem garantir salário mínimo, seguro-desemprego, hospitais gratuitos, educação gratuita, legislação trabalhista, etc., especialmente quando o mercado de trabalho por si só não garante emprego e salário suficiente para todos. Isso não significa que em toda ordem liberal esses bens e serviços estejam plenamente garantidos e assegurados.

No passado, entretanto, o cenário europeu do mercado auto-regulável, do *laissez-faire*, da acumulação de capital, da propriedade dos meios de produção, da riqueza, do consumo, da mais-valia, – ao lado da indigência, da pobreza, do mercado imperfeito, da exploração, da desumanização do trabalhador, da miséria, do abandono e da prostituição – configura o que passa a ser objeto de interesse da sociologia: a desigualdade social. A desigualdade social que se inaugura a partir do século XIX, sobretudo com a Revolução Industrial, ganhará contornos mais ou menos acentuados conforme a sociedade de que se trate.

Numa sociedade liberal, por exemplo, há proprietários que compram a força de trabalho (uma mercadoria como outra qualquer) e há trabalhadores que vendem a sua força de trabalho. Para que o trabalhador não fique ao sabor da lei da oferta e da procura, ou seja, ao sabor de um empresário, naquela ordem capitalista selvagem, muitas décadas de luta política e reivindicações sociais foram necessárias para a implantação de um estado, o **estado de bem-estar**, que garantisse condições menos injustas e menos desiguais para os trabalhadores. Esse era ao menos o desafio de sucessivos governos em diversas ordens liberais no mundo. O tratamento da questão da desigualdade significava o questionamento sobre os fundamentos da ordem social. Não é à toa, e você aprendeu isso nas aulas iniciais, que a sociologia surge nesse contexto a partir da pergunta formulada por Durkheim: diante de tanta desigualdade, o que mantém coesa a sociedade? A iminência do conflito social diante da desigualdade entre patrões e trabalhadores foi densamente tematizada por Marx e Engels, como você já viu. As desigualdades sociais, desde o século XIX, se tornariam o tema preferencial da sociologia, uma vez que é da inquietação com essa questão que a reflexão sociológica foi consolidando o seu campo de observação na sociedade.

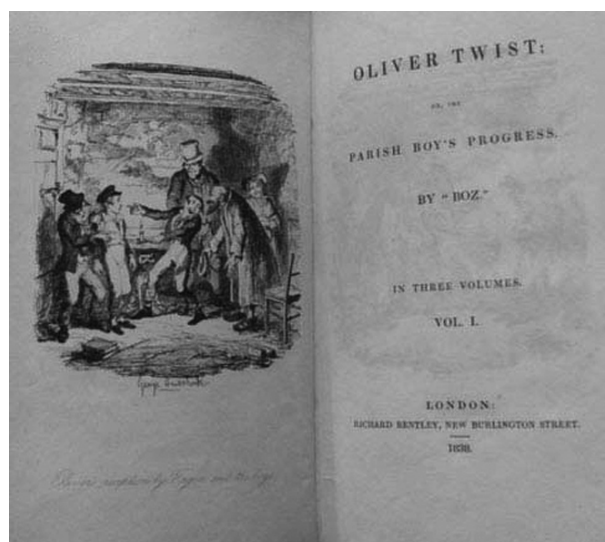
### **Estado de bem-estar**

Conhecido também como *Welfare State*, concepção de organização do Estado que observa o indivíduo como detentor de direitos – desde o seu nascimento até a sua morte – a um conjunto de bens e serviços, como saúde, educação, seguro-desemprego, entre outros, que devem ser garantidos prioritária e obrigatoriamente pelo Estado. Essa concepção ganha maior vigor com a “Grande Depressão de 1929, nos Estados Unidos, que afetou o mundo todo, deixando os trabalhadores completamente desprovidos de proteção para a sua sobrevivência. Pode-se dizer que o estado de bem-estar é o oposto do *laissez-faire*.



## Atende ao Objetivo 1

2. O filme *Oliver Twist*, baseado no romance de Charles Dickens, a melhor ilustração da Londres do século XIX, é repleto de personagens que povoam tanto o mundo nobre, civilizado, quanto o mundo da pobreza e da marginalidade, ambos na Inglaterra do século XIX. Após assistir ao filme (a última versão é do diretor Roman Polansky), discorra sobre como a questão social, ou a questão da desigualdade social, é retratada no filme. Elabore uma tipologia de personagens do submundo londrino e da *upper class* (classe alta, classe dos ricos). Como eles se comportam e se há sentimentos morais. Se você não tiver acesso ao filme, a leitura do livro pode garantir a compreensão da atividade.



## Comentário

*Oliver Twist* revela um cenário social bastante elucidativo dos problemas de degradação humana e moral que o novo mundo industrial-urbano promovia na vida de amplos segmentos populacionais na Inglaterra do século XIX. Menores abandonados e sem qualquer proteção do Estado, trabalhadores desempregados, alcoolismo, prostituição, delitos, violência, problemas que podem ser até hoje observados em diversos centros urbanos no mundo todo. Os tipos sociais que aparecem no filme nos dão bem a idéia de como os mentores da revolução do trabalho, que apostavam no “trabalho” e na cultura do trabalho como expressão de um projeto civilizacional, não necessariamente previram os custos sociais desse projeto. A desigualdade social emerge fortemente nesse contexto.

Certamente você, a essa altura da nossa conversa, já compreende que o surgimento do livre mercado no contexto europeu promoveu uma clara desigualdade entre os que detêm a propriedade e os que dependem das oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. Algumas das justificativas ao mercado liberal nem sempre enxergavam as injustiças por ele promovidas, sobretudo para os que permaneciam abaixo ou na linha da necessidade. Algumas justificativas dos defensores do livre mercado apelavam para a idéia de que os maiores responsáveis pela pobreza dos trabalhadores eram eles mesmos. A naturalização da idéia do livre mercado pelos liberais do século XIX transforma a desigualdade social em um fenômeno cujos responsáveis são os próprios indivíduos. Alguns desperdiçariam as oportunidades oferecidas pelo mercado e outros as aproveitariam. A **meritocracia** seria uma expressão dessa crença, tanto quanto a idéia do *self made man* (o homem que faz a

### **Meritocracia**

Critério de seleção dos melhores considerando-se o desempenho individual. Confere honra e *status* a determinados indivíduos devido ao talento e ao mérito, punindo os que fracassam. A meritocracia tem gerado desigualdades sociais e vem também servindo como um mecanismo de discriminação social nas sociedades modernas.

si mesmo). A sociedade liberal americana até hoje acalenta a crença de que o mercado é cenário que seletivamente apontará quem são os mais capazes, os vencedores, e quem são os menos capazes, os perdedores. O problema está no talento de cada indivíduo.

**Cenário 3:** Susan, afro-americana é atualmente recepcionista de uma clínica em Chicago e ganha \$800,00 por mês para trabalhar seis horas de segunda a sexta. Antes de conseguir esse trabalho, ela estava desempregada e sua experiência anterior ao desemprego era de garçoneiro de um bar. Do passado para cá ela experimentou uma leve mobilidade em sua condição social. Antes, na sua fase desempregada, o Estado lhe garantia um seguro-desemprego, o que era insuficiente para que ela realizasse as expectativas de consumo de bens materiais e culturais. Seu horizonte de expectativa a convence de que ela ainda pode alcançar a posição de alguém que agora se encontra acima dela na pirâmide social. Uma boa imagem para se pensar nesse otimismo é a chamada metáfora do túnel: o carro de **B** está em uma fila paralela ao carro de **A** em um túnel. A fila de **A** anda um pouco e avança. **A**, portanto, avança sua posição em relação a **B**. Imediatamente **B** imagina, ou melhor, tem a expectativa de que a sua fila irá igualmente andar. Não há nada em **B**, a não ser as condições do trânsito, que o torne incapaz de alcançar a posição de **A**. Voltando ao nosso Cenário 3, podemos dizer que Susan não percebe a sua desigualdade em relação a alguma outra pessoa que tenha, por exemplo, um salário maior do que o dela, como uma injustiça ou como uma fatalidade. Para ela, essa diferença de posição é apenas uma contingência. As posições podem, de uma hora para outra, se alterar.



Essa percepção da desigualdade social possui um alto grau de tolerância, ao contrário do nosso Cenário 2. Entretanto, nessa mesma sociedade norte-americana, Susan poderia se sentir injustiçada se percebesse a desigualdade social como algo motivado pelo preconceito racial ou preconceito de gênero. Ou seja, por ser negra e mulher, sua condição no mercado é prejudicada em relação, por exemplo, a um homem branco. Nesse caso, o racismo e o machismo que ela percebe no mercado, na hora de arrumar um emprego, são a principal razão da injustiça que produz a desigualdade social.

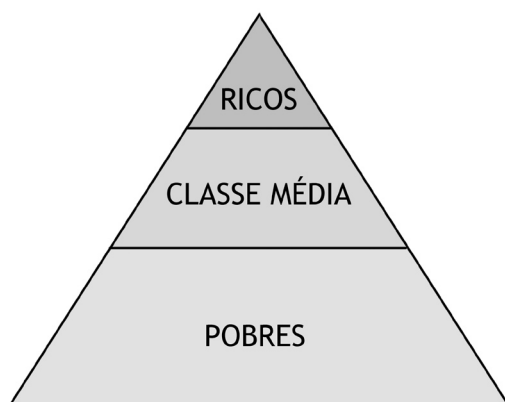
As sociedades modernas e liberais, sobretudo após a Revolução Francesa, inauguraram a idéia de igualdade como um princípio de justiça moral e distributiva, como um valor que deveria ser acalentado por todos. Cada uma dessas sociedades cria horizontes de expectativas de que se em uma **situação A** o indivíduo ainda carece de condições adequadas de vida, ou seja, sobrevivência, direitos políticos, sociais, liberdade e autonomia, no momento seguinte, numa **situação B**, ele poderá galgar melhores posições. A legitimação da ordem social tem se dado pela manutenção da crença de que as expectativas acalentadas se cumprirão em algum momento. Nas situações em que as desigualdades persistem e onde, portanto, raramente se cumprem as expectativas de mobilidade social,

maiores as chances de insatisfação e de abalo na ordem social. A pergunta que os sociólogos se fazem é: por que em países como o Brasil, por exemplo, onde as desigualdades persistem, a legitimidade da ordem social não é radicalmente abalada? Alguns asseveram que a maior ou menor mobilização para a revolta entre os pobres varia de cultura para cultura. Cada cultura estabelece quais são os bens mais desejáveis e se é tolerável que alguns tenham mais do que outros. O fato é que, historicamente, na medida em que o Estado foi interferindo no mercado a fim de amenizar as injustiças produzidas nesse mesmo mercado, acalentou-se entre os cidadãos expectativas de expansão de direitos. Para tomar mais uma vez o exemplo europeu, primeiro assistimos à emergência dos direitos civis que garantiam que os indivíduos eram iguais e livres; segundo, os direitos políticos que garantiram que o cidadão tinha direito à representação no Parlamento e que podia escolher seus representantes no mundo da política, respeitadas algumas barreiras (sexo, idade e em alguns casos renda); e em terceiro, os direitos sociais que garantiriam saúde, educação, seguro-desemprego, direito à associação em sindicatos, etc. Mais recentemente já se fala em direito ao reconhecimento das diferenças, ou seja, grupos historicamente discriminados – mulheres, gays, negros etc. – seriam agora reconhecidos pelo Estado por meio de benefícios diferenciados (cotas de gênero, cotas raciais, reconhecimento do casamento entre gays etc.). Esse ponto será mais bem tratado na Aula 18 sobre o multiculturalismo.

Historicamente, as desigualdades sociais, ainda que prevaleçam em muitas sociedades no mundo, são cada vez menos toleradas por aqueles que as sofrem mais diretamente: os pobres. A luta pela diminuição do fosso entre ricos e pobres é permanentemente acalentada, e o horizonte de expectativas de consumo dos mais pobres está cada vez mais próximo, ainda que como desejo, do que é mais comumente cultivado pela classe média e pelos mais ricos. No Brasil, hoje, e você já deve estar observando isso, uma leve melhora na capacidade de compra do trabalhador o leva a adquirir bens de consumo que até há pouco tempo não era comum.

Computadores e até carros, por exemplo. Em alguns países a diminuição da desigualdade é mais acelerada. Em outros é mais lenta, às vezes estática ou mesmo descendente, ou seja, os ricos, em situações de crise severa, podem observar mobilidade descendente, tornando-se mais pobres.

## Como a Sociologia foi construindo o tema da desigualdade social



O tema da desigualdade social tem sido dos mais importantes na Sociologia. Desde o seu surgimento no século XIX, a Sociologia vem se estruturando como a ciência do social, e nesses termos o tema da desigualdade social é também estruturante dessa disciplina. O estudo da desigualdade social vem ao longo do tempo se transformando para dar conta das transformações do próprio significado e das percepções sobre a desigualdade social. Vários instrumentos analíticos surgiram para dar conta de um tema tão complexo: a sensibilidade antropológica para a cultura como variável importante para se compreender as formas como a desigualdade se expressa

em diferentes contextos; a reflexão sociológica para se pensar o impacto moral da desigualdade social nas sociedades modernas; os instrumentos de mensuração, a estatística, para aquilatar os momentos de diminuição da desigualdade social, de constância e persistência, ou de aumento da desigualdade.

As pesquisas quantitativas, as pesquisas de opinião, realizam periodicamente essas medições. No Brasil, por exemplo, os censos e as medições e projeções de mobilidade, os índices de desenvolvimento social são, por lei, realizados regularmente pelos institutos de pesquisa estatais (IBGE, Ipea, etc.). São, portanto, várias as linhas de pesquisa sociológica que se dedicam a compreender o tema da desigualdade social. A sociologia cultural tratará o tema da desigualdade atenta às formas de consumo priorizados em cada cultura, às noções de riqueza e pobreza, aos hábitos de consumo, à organização social do mercado. A sociologia do direito focalizará suas preocupações no tema da justiça social e da justiça distributiva. Até que ponto a desigualdade social de um determinado contexto viola a concepção de justiça culturalmente construída? Sociologia das diferenças, busca compreender as correlações entre diferença étnica, racial e de gênero e as desigualdades sociais, ou seja, em que medida a mulher, o negro ou o gay, estão mais sujeitos à discriminação no mercado e em que medida isso os torna socialmente desiguais em relação, por exemplo, quer no caso do Brasil, ou no dos Estados Unidos, aos homens brancos? Na Sociologia do trabalho, pode-se observar a questão do mercado de trabalho, das formas de organização dos trabalhadores e da mobilidade social. O tema das classes sociais e da estratificação social encontra-se diretamente relacionado ao tema da desigualdade social. Nesses termos, como você pode observar, a disciplina sociológica é basicamente estruturada pelo tema da desigualdade social, pelas suas razões, efeitos e percepções.

## CONCLUSÃO

Você pôde acompanhar nesta aula o lugar estruturante que o tema da desigualdade social ocupa na reflexão sociológica desde o século XIX. Talvez tenha ficado bem claro para você que a desigualdade social deve ser compreendida historicamente, uma vez que a desigualdade adquire novos contornos, sobretudo quando consideramos historicamente a expansão dos direitos e as expectativas que esses novos direitos geram nos cidadãos. O desafio para a Sociologia tem sido reconhecer as especificidades desse fenômeno, suas expressões culturais, mas não apenas isso. A pergunta relevante é: por que esse fenômeno persiste no tempo? Por que governos sucessivos não conseguem de forma eficaz diminuir os efeitos desse fenômeno para a vida dos indivíduos, e mesmo para sucessivas gerações? Por que as políticas públicas desenvolvidas por governos democráticos não são capazes de diminuir a desigualdade? O importante a reter do fenômeno da desigualdade social é a sua persistência na história e, em consequência, o grau de insatisfação e frustração de expectativas que ela promove, sobretudo naqueles que são suas maiores vítimas.

### *Atividade Final*

---

#### **Atende aos Objetivos 1 e 2**

Desenvolva uma pesquisa na internet ou usando outros recursos sobre estágios de desigualdade social, comparando países como Estados Unidos, Rússia e Índia, e procure identificar se a desigualdade nesses contextos nacionais apresenta-se com as mesmas características ou se as diferenças culturais e de desenvolvimento afetam a forma como a desigualdade social aparece. É possível utilizar um critério para comparar esses diferentes países?

### *Comentário*

É comum, quando se pensa os exemplos de desigualdade social, atribuir-se características específicas à desigualdade social conforme a cultura do país de que se trate. Em muitos casos, o que significa riqueza para uma cultura pode não necessariamente significar para outra. Um bem de consumo em uma cultura pode nada valer nada em outra. Entretanto, para aqueles que pensam em um mundo globalizado, ou melhor, em um mercado globalizado, os bens de consumo que circulam em um país podem circular em outros e há formas de comparar e medir as desigualdades entre os países. Há, portanto, diferentes abordagens para lidar com esse tema.

---

## **RESUMO**

A percepção da desigualdade social nasce quando a luta pela igualdade e pela extensão de direitos começa a povoar corações e mentes dos indivíduos, sobretudo após a Revolução Francesa. É importante, também, observar os contornos históricos do fenômeno e a maneira pela qual ele resulta de certas percepções sobre a ineficácia das sociedades liberais de realizarem igualdade, justiça e direitos sociais.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, você terá a oportunidade de aprofundar um pouco mais o seu conhecimento sobre o tema da desigualdade, conhecendo-o mais de perto no contexto brasileiro. Há um cenário de desigualdade social específico para o caso brasileiro? Por que, mesmo sendo tão aguda a desigualdade social no Brasil, não temos revoluções, desordem social, guerra civil?



# Aula 14

Grandes temas  
da Sociologia  
brasileira III:  
o problema da  
desigualdade  
social no Brasil

## Meta da aula

Apresentar as dimensões da desigualdade social no contexto brasileiro, suas representações históricas e sociológicas.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a dimensão sociológica do tema da desigualdade social no Brasil;
2. reconhecer as especificidades das desigualdades sociais no contexto histórico brasileiro;
3. identificar as diferentes linguagens da Sociologia que buscam representar o tema das desigualdades sociais.

## Pré-requisitos

Para que você encontre mais facilidade no estudo desta aula, você deve fazer uma revisão da Aula 4 sobre Durkheim e Marx que tratava a questão social na Europa do século XIX; das Aulas 10 e 11 sobre tensão racial, preconceito e integração do negro; da Aula 13 sobre desigualdade social; e da Aula 14 sobre modernização, industrialização e urbanização, que são relevantes para a compreensão do tema da desigualdade social.

## INTRODUÇÃO

Você viu na aula passada a maneira pela qual a desigualdade social transforma-se em uma questão historicamente relevante no contexto europeu. Uma vez articulada ao princípio da igualdade, bandeira levantada desde a Revolução Francesa, a desigualdade transforma-se em um desvio, em uma distorção social, mobilizando a reflexão sociológica talvez como nenhum outro fenômeno da modernidade. A expansão dos direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XIX e XX, promoveria maiores expectativas de liberdade, de representação política e de benefícios relacionados ao trabalho, à saúde e à educação. Tal como no contexto europeu, no Brasil o problema da desigualdade social tem sido dos mais desafiadores. Os governos se sucedem, e o problema da desigualdade social permanece. Talvez mais do que em alguns países da Europa e da América do Norte, a desigualdade social no Brasil possui vida longa e, pode-se dizer, permanece ainda hoje um dos seus mais graves problemas. Um olhar mais detido sobre os segmentos menos aquinhoados presentes na nossa estrutura de **estratificação social**, revela que poucos foram os episódios históricos em que, motivados pela insatisfação com as condições da desigualdade social, promoveram instabilidade política ou desordem social. O risco de uma revolução, de uma revolta, ou de uma guerra civil não chegou a representar uma real ameaça na nossa história republicana. Essa “calmaria” é tanto mais curiosa quando sabemos que não apenas o Brasil é o país mundialmente conhecido por possuir uma das maiores taxas de desigualdade social, como também, conforme nossos economistas e sociólogos, a melhora nos indicadores econômicos não vem significando necessariamente uma diminuição do abismo que separa ricos e pobres nesse país. Por que a desigualdade social é um dos fenômenos mais persistentes no Brasil? Por que as tentativas, por parte dos governos, de diminuição da desigualdade surtem pouco efeito? Vista de uma perspectiva histórica, a desigualdade parece ser um problema crônico desde

### **Estratificação social**

A maneira pela qual em determinadas sociedades os indivíduos, castas ou classes se diferenciam e se hierarquizam socialmente. O processo de estratificação social constitui uma característica universal das sociedades, embora a sua expressão possa ser particular conforme o tempo histórico e o tipo de sociedade.

o período colonial escravista, não se transformando sequer com o advento do trabalho livre e com a emergência de um mercado capitalista na Primeira República. Por que, então, os brasileiros mais empobrecidos não tentaram mudar o *status quo*? Por que nunca houve uma revolta popular capaz de promover uma verdadeira reforma social nesse país? Por que não surgiu entre os brasileiros um sentimento de injustiça capaz de ameaçar a ordem social, ou a paz social?

Essas são certamente questões difíceis de responder, sobretudo quando identificamos um paradoxo: o Brasil vem nas últimas décadas apresentando mudanças vigorosas em sua trajetória política e econômica (crescimento econômico, democratização política, estabilidade democrática, modernização tecnológica etc.) e, não obstante, a desigualdade social apresenta-se ainda bastante acentuada. Ou seja, o abismo entre ricos e pobres, a despeito daquelas mudanças, permanece bastante acentuado. O bolo cresce, mas é mal distribuído. Nesta aula, você será convidado a compreender ou a identificar algumas das razões históricas e sociológicas para a permanência das desigualdades sociais no Brasil.

## Raízes históricas das desigualdades

Pode-se dizer que o Brasil já nasce desigual. Você provavelmente já leu ou já ouviu falar sobre os grandes latifúndios no Brasil, com seus senhores, proprietários de grandes extensões de terras e de escravos. Já conhece, provavelmente, algumas histórias sobre latifúndios monocultores, também chamados *plantations*, ou seja, terras que produziam exaustivamente um produto para exportação (cana ou café, por exemplo). Ou sobre a população pobre que, por não possuir terras, vivia quase sempre dos favores, da dádiva e dos caprichos de seus senhores. O Brasil colônia configurava-se, portanto, em um abismo entre os senhores proprietários de terra, que

eram servidos, obedecidos e respeitados, e os demais segmentos – escravos e homens livres pobres – que nada ou pouco possuíam e que viviam na órbita do mandonismo e da proteção de seus senhores. O fim da escravidão não foi capaz de alterar sobremaneira esse abismo. O advento da república, tampouco.

Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão (...) Sei que falando assim serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade, mais para cima, fazendo-se chegar ao nível do art. 179 da Constituição do Império que nos declara todos iguais perante a lei (Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, 1884).

Voce já deve ter ouvido falar em Joaquim Nabuco. Abolicionista que era, acalentou a utopia de que o Brasil pudesse não apenas eliminar a escravidão, mas também democratizar a terra, tornar a todos menos desiguais. Essa profecia, todavia, não se cumpriu. Vejamos.

Na Primeira República, temos então um cenário social aprisionado pela cultura do mandonismo, do coronelismo, do voto de cabresto, em um país cuja maior parte da população vivia em áreas rurais. Mesmo nos centros urbanos as condições de trabalho doméstico e mesmo fabril para as populações mais pobres eram bastante precárias. Do ponto de vista político, a oligarquia, embora funcionasse segundo as normas democráticas da representatividade, permanecia restrita a alguns poucos, e a maioria da população ficava fora do mundo da política e dos direitos.

Durante o Estado Novo, observam-se algumas melhoras nos direitos trabalhistas, e o Estado centralizado passa a legislar mais diretamente sobre o mundo do trabalho, especialmente o urbano, mas também intervindo, na medida do possível, no fechado mundo dos coronéis, do mandonismo e dos interesses privados. É nessa época que a legislação trabalhista ganha uma expressão mais inclusiva e mais atenta às reivindicações dos trabalhadores.

A criação do salário mínimo é uma iniciativa desse período, tanto quanto a jornada de oito horas de trabalho, a aposentadoria, a carteira de trabalho, o direito a férias e ao descanso remunerado. É interessante observar como um direito social e a elaboração de leis que regulam o trabalho são vistos pelos segmentos mais pobres como uma dádiva associada à imagem de Getúlio Vargas, ou seja, à imagem de um “grande pai”, muito mais do que uma conquista social na qual os trabalhadores seriam os protagonistas.



Vejamos o depoimento de um trabalhador rural, descendente de escravos: “Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura (...) Antes de Getúlio não tinha lei. Nós éramos bicho. A Princesa Isabel só assinou, Getúlio é que libertou a gente do jugo da escravidão” (RIOS; MATTOS, 2005, p. 56).

A idéia de que o fim da escravidão não é obra da princesa Isabel, mas de Getúlio Vargas, demonstra a percepção dos trabalhadores rurais de que muito pouco havia mudado, até o governo de Getúlio Vargas. Pode-se dizer, então, que o Brasil sempre esteve aprisionado a uma cultura política sedimentada em laços de dependência entre trabalhadores e patrões e trabalhadores e governos. Tal dependência esfriou e acomodou a vontade e a predisposição para o conflito e para a mudança do cenário das desigualdades sociais.



Os anos 1960 exibiram um clima de descontentamento em vários países (nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis, na França, o maio de 1968, nesse mesmo ano em Praga, a luta contra a opressão da União Soviética, em algumas colônias africanas, a luta pela libertação e independência). No Brasil, nessa mesma conjuntura, temos a luta contra a exploração do trabalho no mundo rural e pela reforma agrária (o movimento das ligas camponesas). Apenas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, pode-se observar um vigoroso movimento dos trabalhadores que acabaria por representar uma real ameaça à estabilidade política em pleno regime militar. Os sindicatos do ABC e a fundação do Partido dos Trabalhadores representariam um ponto de inflexão nas lutas políticas por maior igualdade social. Os governos democráticos brasileiros, desde então, vêm sendo mais e mais pressionados a promoverem políticas de redistribuição de renda a fim de diminuir o enorme abismo que separa ricos de pobres nesse país. Historicamente, o que se observa é um avanço na proteção dos direitos do trabalhador, sem que isso signifique uma diminuição substantiva das desigualdades sociais no Brasil. Nota-se também um claro desenvolvimento econômico por meio da industrialização. O Brasil, portanto, não é um país pobre. O Brasil é um país desigual.



## Expansão dos direitos associados ao mundo do trabalho no Brasil republicano:

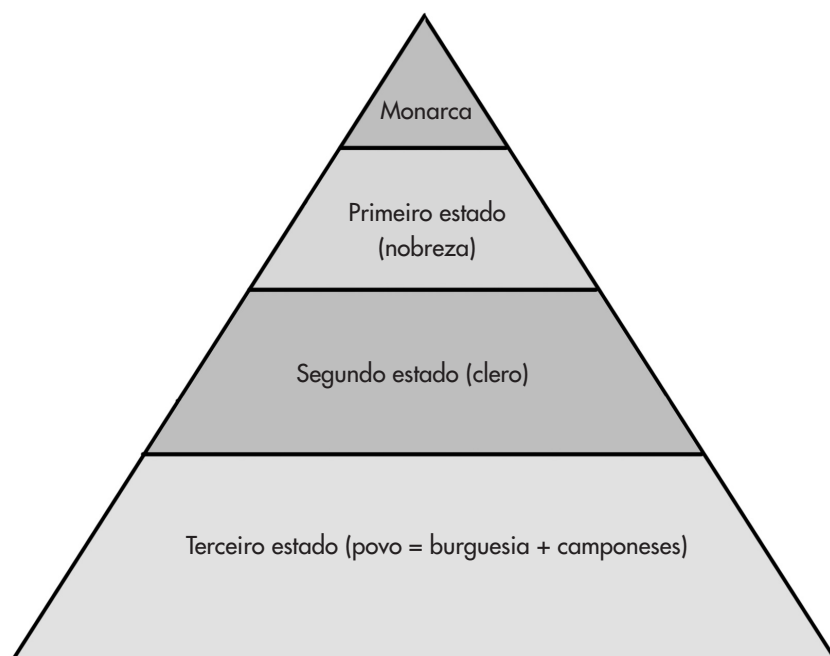
<b>Trabalhador na primeira república:</b>	<b>Trabalhador durante o governo Vargas:</b>	<b>Trabalhador nos anos de 1980 e depois:</b>
<p>1) Ainda que existam algumas leis de proteção ao trabalhador, na prática ele é ainda dependente dos interesses do proprietário da terra, também chamado “coronel”. O Brasil era um país recém-saído da escravidão.</p> <p>2) O segmento dos trabalhadores nesse período é basicamente rural, com forte presença de libertos e imigrantes.</p> <p>3) As atividades fabris, nos centros urbanos, são ainda carentes de regras de proteção ao operário.</p> <p>4) Algumas formas de associativismo, sobretudo de ajuda mútua, crescem nesse período como uma forma de autoproteção dos trabalhadores, diante de um Estado que pouco realizava na área social.</p>	<p>1) O Brasil continua um país fortemente rural, mas a centralização do poder em Vargas contrabalança o forte poder dos estados e dos proprietários rurais na primeira república.</p> <p>2) Getúlio Vargas avança nos direitos sociais e trabalhistas, criando as primeiras leis que buscam beneficiar os trabalhadores (férias, horas extras, aposentadoria, 13º. salário, jornada de trabalho de 8 horas, carteira de trabalho). Nesse período, uma legislação trabalhista é elaborada: a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).</p> <p>3) A industrialização ganhará enorme impulso na era Vargas, especialmente a indústria nacional.</p>	<p>1) O Brasil já é um país urbanizado e industrializado. O poder de barganha dos trabalhadores e o novo sindicalismo, que incluía a greve como importante instrumento de pressão junto aos patrões, tornam os trabalhadores atores mais organizados e autônomos na busca por direitos.</p> <p>2) Justiça do trabalho. O poder judiciário é cada vez mais chamado a regular e arbitrar sobre os impasses nas negociações entre trabalhadores e empregadores.</p> <p>3) O terceiro setor – comércio e serviços – ganhará um enorme impulso em um mercado consumidor com forte expansão no país.</p> <p>4) Os trabalhadores se tornam consumidores cada vez mais exigentes de bens de consumo, alargando seus horizontes de desejo.</p>

Você pôde ver que historicamente, desde o fim da escravidão, os trabalhadores brasileiros experimentaram alguns avanços em seus direitos na medida em que o país foi se desenvolvendo economicamente. Como dissemos antes, o crescimento econômico brasileiro não significou necessariamente o aumento da renda de cada cidadão. Enquanto alguns puderam tirar maior proveito desse bolo, outros sequer conseguiram ter acesso à educação ou à saúde. As desigualdades regionais permanecem acentuadas, se comparamos as regiões mais ao Sul com as regiões mais ao Norte. O leque das desigualdades vai além das desigualdades de renda. Essas, embora mais conhecidas, não dizem tudo sobre as configurações das desigualdades no Brasil. Há desigualdades pessoais, de cor, de sexo, classes, região, escolaridade etc. A questão

que se coloca então é: como, diante de uma visível transformação do Brasil, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a expansão econômica e a democratização política, o progresso social brasileiro mostra-se ainda lento? A Sociologia vem tentando responder a esse paradoxo de várias maneiras: a concentração de poder pelas elites, o egoísmo das elites, a indolência do brasileiro, a tristeza impressa na alma do brasileiro, a miscigenação, a submissão aos interesses internacionais, o paternalismo, o patriarcalismo, o conformismo etc. Ainda que essas explicações “culturalistas”, associadas à nossa história de escravidão e à nossa cultura rural, garantam-nos algum entendimento de por que no Brasil a pobreza ainda vigora e a resignação ou apatia política também, a Sociologia vem adotando hoje um entendimento menos cultural para se pensar a inércia política e a ausência de maiores conflitos da parte de amplos segmentos da população pobre e miserável.

### ***Privação absoluta e privação relativa***

Observe esta pirâmide do antigo regime:



#### ***Privação absoluta***

É a definição dada às pessoas que se encontram em uma situação abaixo do padrão de vida considerado aceitável. Tal situação se manifesta por carências generalizadas de elementos indispensáveis à sobrevivência razoável, especialmente quando comparadas aos níveis de satisfação considerados aceitáveis pela sociedade.

#### ***Privação relativa***

Refere-se à distância da condição real de vida de um indivíduo e o que esse mesmo indivíduo considera que deveria ser a sua condição de vida por mérito ou por compensação social. A privação relativa é o descompasso entre o que um indivíduo possui e o que ele deseja.

**Alexis de Tocqueville**

Nasceu na França em 1805 e morreu em 1859. É autor de *Democracia na América* (1840), *O Antigo Regime e a Revolução* (1856). Historiador, pensador político e sociólogo, Tocqueville ficou conhecido: 1) por ter revelado ao mundo o funcionamento da democracia nos Estados Unidos, a partir de observações feitas em cidades americanas entre 1831 e 1832 para estudar o sistema penitenciário americano; 2) por seu trabalho sobre a Revolução Francesa, no qual mostrava as causas da Revolução como parte ou consolidação de um processo de centralização do poder que se inicia com o absolutismo.

**Alexis de Tocqueville**, um importante autor francês que escreveu sobre a Revolução Francesa em meados do século XIX, elabora a seguinte tese: quando a distância entre ricos e pobres é muito acentuada, as chances de que os pobres possam se rebelar contra os ricos é quase inexistente. Pare ele o pobre camponês (terceiro estado), mesmo descontente com os impostos que pagava, seria incapaz de deslegitimar a autoridade do seu senhor, do aristocrata (primeiro estado) para quem ele trabalhava. A distância no estilo de vida, na cultura, no poder e nas posses é de tal monta, que era quase impossível que esse camponês se imaginasse no lugar daquele aristocrata. Já com o burguês, a distância é percebida como menor em relação ao aristocrata (na verdade o burguês se vê mais próximo do aristocrata que pertence a outro estado – primeiro estado –, do que do camponês que faz parte do seu próprio estado – terceiro estado). A diferença de origem ou de nascimento, uma diferença que, pode-se dizer, é de natureza mais simbólica, é o que separa o aristocrata do burguês em uma sociedade assim hierarquizada. A revolta do burguês é tanto maior, quanto ele percebe que nada o impede, além da diferenciação de origem, de ocupar o lugar do aristocrata. Não há nenhum impedimento quanto à capacidade, quanto ao conhecimento, quanto à formação que o torne diferente do aristocrata. O maior ressentimento do burguês é saber que ele tem, em muitos casos, mais dinheiro e até mais propriedades que muitos aristocratas e não possui, em contrapartida, nenhum poder ou direito político. Para Tocqueville, a Revolução Francesa é mais o resultado do sentimento de injustiça que se apodera do burguês que não aceita os motivos da distância que o separa do aristocrata, do que uma revolução na qual os camponeses seriam os mais aguerridos protagonistas. Para este autor, o burguês se sentiria mais próximo e igual ao aristocrata, do que ao camponês. A privação absoluta que caracteriza a distância entre o aristocrata e o camponês no antigo regime foi muito menos decisiva para a revolução do que a privação relativa que caracterizaria a distância, bem menor, que separa o burguês do aristocrata. Essa, segundo o autor, certamente mais decisiva para os desdobramentos da Revolução Francesa.

Você deve estar se perguntando a razão pela qual Tocqueville aparece em uma narrativa cujo objeto é a desigualdade social no Brasil. Pois bem, o tema da privação absoluta e da privação relativa, inaugurado por Tocqueville, interessa-nos muito. Você se lembra, no parágrafo anterior, sobre a inércia e a passividade dos segmentos pobres e miseráveis, considerando a brutal desigualdade social que marcaria a nossa trajetória histórica? Vamos então imaginar algumas situações brasileiras nas quais podemos identificar a privação absoluta e a privação relativa.

### **Exemplo 1:**

Em 1907, Sebastião da Silva, nascido livre no final do século XIX, migra com sua família de Valença para a Baixada Fluminense, a fim de encontrar um trabalho na plantação de laranja que se iniciava nessa região. Quando lá chega, descobre que as condições de trabalho são precárias, mas, sem alternativas, resolve permanecer. Ele sabia que essa plantação de laranja se fazia na propriedade do Sr. Pedro Alcântara, que ele poucas vezes teve a oportunidade de ver. As suas relações se restringiam ao demais trabalhadores na plantação e ao administrador ou, melhor dizendo, ao capataz da propriedade. Ainda que Sebastião se sentisse insatisfeito com as condições do trabalho e com o pouco que ganhava, ele jamais imaginou que qualquer reclamação pudesse ser dirigida diretamente ao Sr. Pedro. Ele jamais imaginou, talvez nem em sonho, que pudesse estar no lugar do Sr. Pedro, a quem ele mal conhecia. A sua insatisfação não se transforma em revolta, pois ela não consiste no desejo de desalojar o proprietário da terra e tomar o seu lugar. Para Sebastião isso seria algo impensável. Permanece trabalhando nessa terra, até que decide migrar para a cidade do Rio de Janeiro com sua família.

### **Exemplo 2:**

Em 2002, João Ribeiro é um operário negro da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Ele tem segundo grau completo e possui formação técnica. Em seu trabalho possui todos os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição de 1988.

Suas condições de trabalho são bastante razoáveis, e seu salário lhe permite cuidar de si e de sua família. Sua área na CSN é a de beneficiamento de minério. Paulo Almeida, seu companheiro de área, além de operário, ocupa a função de supervisor do setor em que ambos trabalham. João que tem a mesma formação de Paulo, não consegue compreender por que Paulo foi escolhido para supervisionar. Ele se ressentido do fato de que, no trato pessoal, é bem mais sociável que Paulo, mas ainda assim, preferiram Paulo a ele para ocupar essa função. Todas as noites quando encosta a cabeça no travesseiro, imagina que ele poderia estar no lugar de Paulo e que talvez o fato de ele ser negro e Paulo branco tenha contribuído para a escolha de Paulo. Ele imagina que a discriminação racial seja a única explicação para a sua preterição do cargo de supervisor. Ele então denuncia ao sindicato o seu desconforto.



---

### Atende ao Objetivo 1

1. Com base nas definições dos conceitos de privação absoluta e privação relativa, comente os dois exemplos anteriores. Crie mais dois exemplos de situações do passado e do presente que possam expressar o significado daqueles conceitos.

#### Comentário

O que se pretende aqui é avaliar o entendimento que você manifesta de dois importantes conceitos – privação relativa e privação absoluta – para que possa entender por que a desigualdade social não produz necessariamente revolta social.

---

## Pirâmide social no Brasil

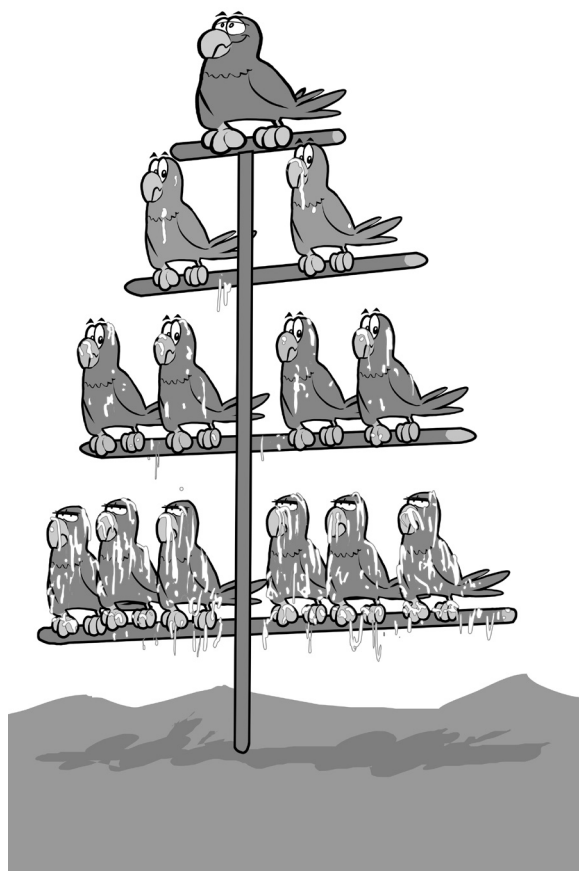
Vamos identificar a imagem da pirâmide social brasileira. Imagine a sociedade brasileira como uma pirâmide. No topo da pirâmide, ou seja, no menor lugar da pirâmide, encontramos os mais ricos, os mais abastados da sociedade. Provavelmente empresários, grandes proprietários rurais (plantadores de soja, por exemplo), profissionais liberais empregadores, alta classe média. No meio da pirâmide, o que chamamos de segmentos médios, trabalhadores autônomos, profissionais liberais, servidores públicos, trabalhadores do terceiro setor. Na base da pirâmide, operários, trabalhadores, domésticos, trabalhadores agrícolas, sem ocupação. É claro que a fronteira entre cada segmento da pirâmide, não é rígida como no antigo regime. Aqui as fronteiras são mais maleáveis. Nada, em princípio, impede que o operário possa se transformar em um proprietário autônomo ou um proprietário empregador. As diferenças salariais também não são suficientes para explicar as diferenças na pirâmide social. Há operários de determinados ramos da indústria que podem receber um salário formal mais significativo do que um servidor público. Entretanto, quando imaginamos a pirâmide, não podemos apenas levar em conta a renda do indivíduo. Seu grau de escolaridade, condições de moradia, cor, sexo, número de pessoas na família, tudo isso concorre para que você se encontre em algum ponto daquela pirâmide. Nada impede, ademais, que a sua posição, ao longo da vida, mude. A mobilidade social é uma evidência importante disso.





### Atende ao Objetivo 3

2. Comente a figura a seguir e tente relacioná-la com o que você entende por desigualdade social.



a. Como a sociedade brasileira é percebida? Escolha entre as figuras seguintes a que melhor retrate a sociedade brasileira e justifique.

b. Com base nas mesmas figuras, como você acha que deveria ser a sociedade brasileira? Justifique.

Tipo A: Sociedade com uma pequena elite no topo, poucas pessoas no meio e muitas na base

```
XXX
X
X
X
X
X
XXXXXXXXXXXXX
```

Tipo B: Sociedade com uma pequena elite no topo, mais pessoas no meio e a maioria na base

```
X
XXX
XXXXX
XXXXXXX
XXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
```

Tipo C: Poucos no topo, maior parte no meio e algumas pessoas na base

```
X
XXX
XXXXX
XXXXXX
XXXXXXX
XXXXXXXXX
XXXXXXX
```

Tipo D: Uma sociedade em que a maioria das pessoas está no meio

```

      X
     XXX
  XXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
  XXXXXXX
     XXX
      X
  
```

Tipo E: Sociedade em que muitas pessoas estão perto do topo e poucas estão na base

```

  XXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
  XXXXXXX
  XXXXXXX
     XXX
      X
  
```

(SCALON, 2004, p. 34-35)

## Comentário

No Brasil todos salientam, quando perguntados, que a sociedade brasileira é e sempre foi desigual. Poucos sabem, todavia, discorrer sobre essa desigualdade, comunicar as razões históricas e sociológicas para a prevalência desse fenômeno. Esse exercício é uma maneira de motivar você a buscar imagens e linguagens que o torne mais próximo da compreensão do fenômeno da desigualdade.

## **Raízes sociológicas da desigualdade social**

Você deve estar lembrado da Aula 9, sobre a Sociologia no Brasil dos anos 1950, na qual vimos que a “nova Sociologia” era uma observadora privilegiada de um país “laboratório” que, ao final do Estado Novo, experimentava uma grande transformação. Um parque industrial em pleno crescimento, desenvolvimento urbano, democratização e novos atores sociais atuando no processo de modernização. Nesse cenário em pleno processo de transformação, observa-se a afirmação da Sociologia como uma importante ciência, localizada cada vez mais nas universidades, e pronta a desvendar esse Brasil, por meio do diagnóstico de suas fragilidades e desigualdades sociais. O tema da modernização, da igualdade, e do universalismo seduzia os sociólogos dos anos 1950, levando-os a contrastar o Brasil que existia do Brasil que se queria. Olhava-se menos para o passado e muito mais para o futuro. Uma Sociologia crítica se consolidava com a tarefa de mostrar que obstáculos do Brasil real impediam a modernização do Brasil e que o saber sociológico talvez pudesse desempenhar algum papel nesse processo de mudança em direção ao futuro.

Para essa Sociologia, as relações sociais transformam-se na chave a partir da qual os binômios da sociedade brasileira emergiam como condição para uma necessária igualdade, verdadeiro ideal a ser alcançado. É nesse cenário que as desigualdades ganham maior evidência. Superar a desigualdade significaria acabar com a desigualdade racial, de gênero e com a desigualdade de classes. Essas desigualdades eram evidência tanto da injustiça presente na sociedade brasileira, quanto da má distribuição da renda nacional. A pergunta que se impunha era: Quais deveriam ser os caminhos para a mudança? Bem ao contrário da Sociologia pioneira dos anos 1920 e 1930, como você viu na Aula 7, cuja matriz interpretativa valorizava os binômios e as ambigüidades sem pretender necessariamente transpô-los. O interesse estava no diferencial brasileiro, na especificidade de nossa trajetória histórica

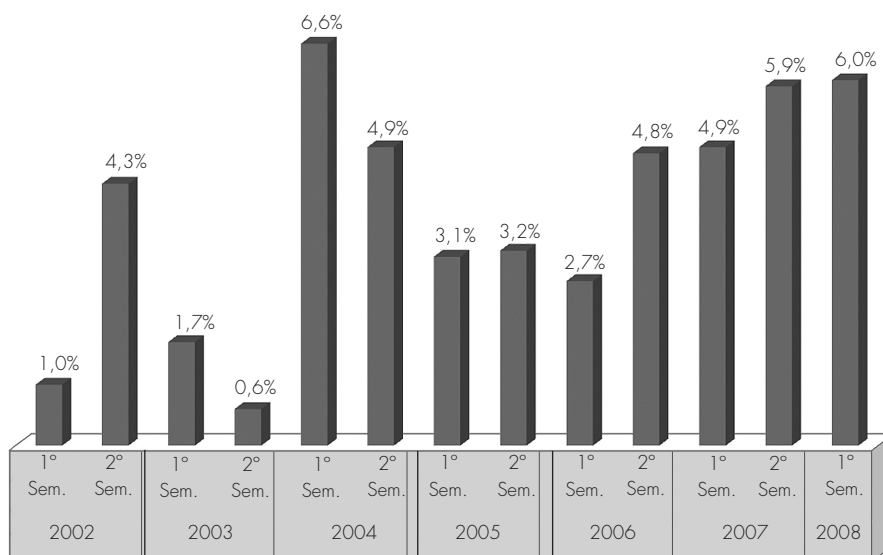
e de nossa cultura. Já na Sociologia dos anos 1950, importavam os temas universais. A igualdade nos países democráticos era um alvo que todos deveriam aceder. Não se quer a diferença cultural. Se quer para o Brasil justiça, igualdade, democracia (alvos universais). Nesses termos, a superação das diferenças entre homem/mulher, branco/preto, patrão/empregado, etc. fazem parte das pretensões críticas da nova Sociologia dos anos 1950. Essas questões levantadas pela Sociologia não significavam, todavia, uma tomada de consciência dos atores sociais em suas formas de relação na sociedade. O Brasil real estava longe de realizar os ideais definidos pelos sociólogos. A Sociologia desse período era crítica e idealista. Acreditava que poderia intervir e mudar o mundo, ou ao menos, a sociedade brasileira.

Vemos, já desde os anos 1970, especialmente no período militar, cuja liberdade de expressão estava comprometida, a valorização não de instrumentos analíticos mais críticos, como na Sociologia dos anos 1950, e sim dos instrumentos de uma Sociologia quantitativa cuja análise privilegiaria as estatísticas e medições matemáticas das desigualdades sociais no Brasil, também pela comparação com outros países. Os números agora fariam por si. O investimento em pesquisas estatísticas, em pesquisas comparadas com outros países, informada pela Sociologia quantitativista norte-americana, transformaria a linguagem da Sociologia em uma linguagem também matemática e de base econômica. Crescimento econômico, desenvolvimento, modernização, crise, milagre econômico, PIB, IDH, os números do Brasil nos *rankings* mundiais, todos esses ingredientes passam a orientar a Sociologia nos anos 1970 e depois. Com a democratização do país, nos anos 1980, quanto mais se desenvolve o país, mais agudo e interessado é o olhar dos sociólogos para os índices de pobreza, de desigualdade, para o PIB *per capita*, para o índice de desenvolvimento humano, entre outros. Nesses termos, algumas abordagens sociológicas passam a utilizar os indicadores e índices sociais para pensar sociológica e comparativamente o Brasil. Seguem alguns dos instrumentos utilizados por essa Sociologia quantitativista.

**IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano. Esse índice é desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Abrange 177 países e tem por finalidade ser um indicador confiável de qualidade de vida das populações. Quais são os itens medidos de qualidade de vida? Expectativa de vida, taxa de alfabetização, taxa de matrícula escolar e PIB *per capita*. Foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub Haq. Esse relatório existe desde 1993. Você já deve ter ouvido falar em Belíndia. Essa é uma expressão cunhada pelo economista Edmar Bacha, segundo a qual o Brasil pode ser dividido em dois: uma parte mais rica, cujo IDH é próximo ao europeu (populações do Sul e Sudeste) e uma outra parte cujo IDH está próximo da Índia (populações do Norte e Nordeste). O fato é que o Brasil hoje ocupa a 70ª. posição em um ranking de 177 países. Alguns associam a melhora da posição do Brasil no ranking às políticas públicas, como o bolsa família, por exemplo, que estaria distribuindo mais a renda.

**PIB:** Produto Interno Bruto (a soma de tudo o que o país produz no ano).

A importância do PIB é que ele representa o conjunto da produção de bens e serviços por meio de três grandes setores: agropecuária, indústria e serviços. Concorre também, sob a ótica da demanda, o consumo de famílias, governos e construção civil, exportações e importações. Observe uma série histórica do PIB brasileiro.



Na série histórica do PIB é possível identificar um oscilante, mas real crescimento econômico do país que não necessariamente se traduz em uma melhora significativa do coeficiente de GINI. O Brasil permanece um país socialmente desigual.

**Distribuição de renda:** coeficiente de GINI.

Parâmetro utilizado internacionalmente para medir a concentração de renda. O coeficiente de GINI varia de 0 a 1. 0 (zero) significa, hipoteticamente, que os indivíduos teriam a mesma renda. 1 (um) significa que apenas um indivíduo possui toda a renda do país. Quanto mais próximo de zero, melhor e mais equitativa a sociedade e maior é a distribuição de renda no país; quanto mais próxima de 1, mais desigual é a sociedade.

## CONCLUSÃO

Agora, depois da Aula 13 e desta aula, você já pode se sentir mais familiarizado com o complexo problema da desigualdade social. Focalizar o problema da desigualdade no Brasil significa conhecer também as especificidades históricas e as idiosincrasias em que esse fenômeno se revela no Brasil. A compreensão histórica da desigualdade social é também uma importante maneira de se tratar a desigualdade, além do que sugerem os índices, os coeficientes, as medições matematicamente precisas. A história nos permite ver que além dos números da desigualdade, há um problema social histórico e culturalmente identificável, ainda hoje uma pesada herança que deve ser bem compreendida para ser devidamente superada.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Como você pôde observar, as políticas econômicas do governo Lula têm surtido efeito significativo, uma vez que o país experimenta hoje um PIB cada vez maior, mesmo considerando a crise econômica mundial. Por outro lado, você deve estar acompanhando nos jornais as políticas públicas implementadas pelo governo Lula nos últimos anos. Essas políticas, como o presidente sempre salienta, pretendem ser redistributivas. Ou seja, seu governo busca promover a chamada transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres, a fim de debelar a desigualdade social brutal do Brasil. Há políticas direcionadas à educação e também à saúde.

Escreva um texto, identificando uma ou mais dessas políticas públicas, e avalie se elas podem efetivamente diminuir as desigualdades sociais. Ao final, procure pensar sobre o que outros fatores que não apenas os econômicos podem explicar a persistência das desigualdades sociais no Brasil. Conclua, emitindo sua opinião, sobre se o Brasil que você observa nas ruas, nas escolas, nas moradias, nos hospitais da sua cidade, é o mesmo que você observa nos números do crescimento econômico, tão divulgados pela imprensa. Sua cidade é uma evidência de que o crescimento econômico vem beneficiando a todos e portanto diminuindo a desigualdade social?

### Comentário

Espera-se que você possa pensar no paradoxo entre crescimento econômico, ou seja, crescimento do PIB, e permanência de uma ainda forte desigualdade social. Estimulá-lo para que busque compreender as desigualdades sociais não apenas por meio da economia e dos seus instrumentos de medição (índice, indicadores, gráficos, etc.). Pretende-se ao final que compreenda que a vontade política e as demandas sociais, nas condições de desenvolvimento econômico, são fundamentais para a diminuição da desigualdade no Brasil.

---

## RESUMO

A desigualdade social no Brasil, numa perspectiva histórica, não pode perder de vista a possibilidade de elaboração de questões decisivas que mostram como nesse campo o Brasil está enredado em paradoxos e como alguns conceitos, como privação absoluta e privação relativa, fornece-nos algumas chaves para se pensar em por que, diante do abismo entre ricos e pobres, não houve revolta, guerra civil ou rebelião liderada pelos segmentos mais empobrecidos da sociedade brasileira. A Sociologia vem enfrentando o tema das desigualdades desde os anos 1950 de diversas formas.

## Informações sobre a próxima aula

Você verá na próxima aula um dos mais importantes e desafiadores temas da Sociologia brasileira: o tema da violência e da criminalidade. O problema da violência, que está associado também ao da desigualdade social no Brasil, ganhou contornos inimagináveis nas últimas décadas. A Sociologia brasileira tem tido um papel fundamental na identificação das raízes do problema da violência e na orientação de formulação de políticas públicas para melhor combatê-la.

# Aula 15

Violência e  
criminalidade

## Meta da aula

Levar você à compreensão sociológica do fenômeno da violência, em suas várias expressões, e seu impacto para a vida em sociedade.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a dinâmica histórica do fenômeno da violência e a sua complexificação, sobretudo a partir do século XX;
2. reconhecer as várias expressões da violência nas sociedades complexas e como a Sociologia as classifica e as explica;
3. reconhecer o problema da violência no Brasil.

## Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você releia as Aulas 4 (sobretudo no ponto em que Durkheim mostra as razões da anomia social), 6 (a Escola de Chicago foi uma das primeiras a tematizar sociologicamente o tema da violência), 13 e 14 (as desigualdades sociais podem ser compreendidas como um dos fatores fundamentais para a compreensão da violência e da criminalidade).

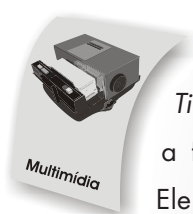
## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil entrou no grupo dos países mais violentos do mundo. Hoje o Brasil possui altos índices de **violência** urbana (violência praticada nas ruas, como assaltos, sequestros, extermínios etc.); violência doméstica (praticada no próprio lar); violência contra o idoso, contra a criança e contra a mulher (em geral praticada pela família, pelos pais, pelo marido, namorado, ex-companheiro, entre outros). O problema da violência no Brasil é dramático, particularmente porque atinge mais diretamente jovens de 15 a 24 anos. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que o padrão de violência atinge mais diretamente o jovem e está relacionado ao uso de armas de fogo. Enquanto na maioria dos países predominam as mortes por acidentes ou por suicídios, no Brasil o homicídio se sobrepõe a outras formas de morte. Segundo a OMS, o Brasil é o terceiro colocado em taxa de óbito no *ranking* de homicídios juvenis (48,5, por grupo de 100 mil jovens na faixa etária entre 15 a 24 anos). Quando se trata da população como um todo, o Brasil é o segundo colocado em homicídios atrás apenas da Colômbia. Essas informações foram fornecidas a partir de 1996.

### **Violência**

Do latim *violentia*; verbo *violare*, que significa tratar com violência, profanar, transgredir.

Refere-se à palavra latina *vir* que significa força, potência, violência, emprego de força física.



*Tiros em Columbine*, do cineasta Michael Moore, expõe a fascinação dos americanos pelas armas de fogo. Ele mostra várias cidades norte-americanas e, em uma delas, encontra-se o colégio Columbine, local onde ocorreu o assassinato de 14 estudantes que foram mortos por dois de seus colegas.

Você já foi vítima de algum tipo de violência? Hoje, nos grandes centros urbanos brasileiros, esta pergunta é muito comum. Pode-se dizer, quase óbvia. Quantos de nós somos vítimas cotidianas de diversas formas de violência? A violência não é um fenômeno que possa ser definido apenas de uma maneira. A Sociologia, desde a sua emergência no século XIX, busca explicar o fenômeno da violência e depara-se com diversos desafios para compreendê-lo em sua totalidade e universalidade. A violência, para a Sociologia, configura-se de modo geral em um desvio na trajetória de afirmação de sociedades modernas que, em tese, deveriam ser coesas e solidárias, conforme normas legais e morais consensuadas pelos cidadãos. Historicamente, à medida em que as sociedades iam se tornando mais complexas, com níveis de desigualdade social cada vez maiores, mais diversificadas foram suas formas de expressão da violência e os significados dados pela Sociologia a esse fenômeno: da violência doméstica, tão comum em sociedades patriarcais, até formas mais organizadas e ideológicas de violência, ou seja, violência de tipo terrorista que pode significar a morte de civis inocentes.

No século XIX, tal como visto na aula sobre Durkheim, a tão desejada coesão social, diante da ausência de igualdade e justiça social, não poderia, segundo ele, se estruturar plenamente. A sua teoria, nesse caso, era a teoria do controle social, ou seja, enquanto não estivessem amadurecidas essas condições – justiça social e igualdade de oportunidade – a sociedade liberal emergente iria padecer de “patologias sociais”. Patologias sociais seriam desvios estruturais (desigualdades sociais, diferenciação de classes), ou formas de desvio de conduta frente às normas estabelecidas, fossem elas legais, morais, ou religiosas. Não se tratava, pois, apenas de punir o indivíduo desviante com prisão, punição, torturas etc., mas de discipliná-lo, educá-lo e normatizá-lo para a vida do trabalho e para a vida social. É nesse contexto que as instituições penais de correção, polícia, hospitais psiquiátricos, asilos, internatos e escolas técnicas surgem para disciplinar e assegurar a manutenção de uma moralidade individual e o bem-estar e a coesão da sociedade.



**Figura 15.1:** Hospital psiquiátrico.

<http://www.alzheimermed.com.br/imagens/biografias%5Cneuro27.jpg>

A questão da violência como violação de normas – quer por indivíduos ou grupos, quer pelas estruturas de poder – surge no século XIX, no contexto de formalização dos direitos associados ao estado liberal democrático. O direito à vida e às liberdades implicava obrigações por parte do estado que tinha de garantir pleno acesso à justiça em caso de violação daqueles direitos. Ao longo dos séculos XX e agora no século XXI, observamos o alargamento dos direitos, seja no campo econômico, social e político. Hoje o reconhecimento de grupos com identidades singulares, como você verá na Aula 17, e mesmo a preservação do meio ambiente, por exemplo, refletem novos campos de atuação da justiça e dos direitos. O não reconhecimento e respeito por indivíduos com base em sua cor, raça, opção sexual e credo pode significar manifestação de intolerância e violação de direitos, com penalização prevista em lei. Humilhar ou empregar violência contra alguém, por exemplo, por conta de sua raça, pode significar prática de discriminação racial ou racismo. O racismo é hoje no Brasil um crime inafiançável. Qualquer ato que viole esse leque amplo de direitos, além de outros, como veremos adiante, significa alguma forma de violência. Atentar contra a vida, contra a propriedade, contra direitos políticos, contra o consumidor, contra a criança e o adolescente, contra o idoso, contra *gays*, contra negros, contra mulheres, contra o meio ambiente, significa

empregar alguma forma de violência contra direitos adquiridos. Pode-se dizer que, quanto mais os direitos são expandidos, maior é o leque de violências reveladas e denunciadas. Se antes o emprego da violência contra o meio ambiente era objeto de indiferença e omissão, hoje as ações legais contra esse tipo de violência são cada vez mais vigorosas e precisas.



## A violência pela lente da Sociologia

É possível garantir uma definição sociologicamente objetiva e que ao mesmo tempo dê conta de todas as manifestações empíricas da violência? É possível compreender o conceito de violência como universal, ou seja, como um conceito que dê conta dos contextos culturais e nacionais nos quais emerge? A violência é um fenômeno universal?

Quando a Sociologia trata o fenômeno da violência, ainda que ela queira garantir a universalidade do conceito, ela não pode desconsiderar as suas dimensões particulares, ou seja, culturais. Considere o exemplo da **ablação do clitóris** ou mutilação desse órgão genital. Para os ocidentais, essa prática para alguns, religiosa, de origem mulçumana e, para outros, um rito de passagem para a vida adulta, ou seja, uma prática de origem étnica, em geral é considerada uma manifestação de extrema violência contra as meninas que nascem nos contextos dessa cultura. Uma prática dessas, sob leis brasileiras, por exemplo, seria altamente condenável. Já entre os povos da África subsaariana, nada mais é do que uma prática legítima oriunda dessas culturas. Longe de ser considerado um ato de violência, a ablação do clitóris é um importante rito de iniciação e de entrada na vida adulta para esses povos. O que a Sociologia pode dizer sobre essa expressão de relativismo cultural?

O relativismo, ou seja, a atitude segundo a qual as normas e os valores são variáveis, dependendo de cada cultura e/ou sociedade, é importante no trabalho do sociólogo que pretende conhecer um grupo ou uma cultura diferente da sua própria. Através do relativismo, ele pode evitar emitir juízos de valor em relação a grupos de cultura diferente. Em alguns casos, contudo, ele não pode simplesmente concluir que tudo é relativo. Se assim fosse, nenhuma objetividade científica seria garantida ao seu trabalho. Neste caso, a violência, como um sério desvio de conduta, pode ser reconhecida como algo (empregar força física ou impingir dor a alguém) presente em todas as culturas e condenável de um ponto de vista universal. Mas nada disso é simples. Se por um lado, a ablação do clitóris

### ***Ablação do clitóris***

Conhecido também como cliteridectomia; ação de tirar, retirar, amputar. Estima-se que haja hoje no mundo cerca de 130 milhões de mulheres que sofreram essa mutilação.

Essa prática é mais comum, contudo, na África subsaariana.

Em geral, essa ablação é praticada em meninas, ou em bebês. Atinge também as adultas, sob pressão social.

é vista pelos ocidentais como um desvio, uma violência praticada contra meninas inocentes, por outro, práticas comuns no Ocidente (liberdade sexual, direitos da mulher, casamento gay, aborto, por exemplo), seriam provavelmente vistas pelos africanos subsaarianos como violações à religião e à autoridade masculina consideradas em sua própria cultura como moralmente legítimas.

A universalidade da violência não é uma formalidade apenas. Alguns atos de desvio ou de violência são tabus em toda parte. São quatro os comportamentos universalmente condenáveis:

1. o incesto entre mãe e filho, entre pai e filha, entre irmão e irmã;
2. o rapto e a violação de uma mulher casada;
3. o homicídio ou ato de matar alguém do seu grupo;
4. o roubo.



---

## Atende ao Objetivo 2

1. Observe o depoimento de Ayaan Hirsi Ali, uma feminista de origem somali, altamente crítica da cultura do Islã:

O sujeito chegou para nos circuncidar a todas. Ele usou uma tesoura, tinha anti-séptico, mas não tinha anestesia. Como um dos objetivos é garantir que você se manterá virgem, o costurar os lábios da vagina é mais importante do que cortar o clitóris. Há muitas histórias que contam para explicar o corte. Minha avó acreditava que o clitóris ia crescer e crescer e ficaria pendurado entre as pernas. Ficaria até maior que um pênis. Outra superstição é que quando o bebê nasce, se o clitóris da mãe não tiver sido cortado, pode enforcar o bebê. A razão mais comum é que quando a menina entra na adolescência, ela fica excitada sexualmente com facilidade. Como prevenção corta o clitóris antes da puberdade. Não existe um sistema específico para o corte. Depende de quem faz. Há meninas que morrem porque tentam tirar todo o seu clitóris e elas têm hemorragia. Mortes acontecem por causa

do instrumento utilizado: tesouras, navalhas e até cacos de vidro (On Faith, *Washington Post*. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/video/2008/4/16/VI2008041602291.html>>.).

a. Comente essa passagem a partir de suas próprias concepções sobre violência.

---

---

---

---

---

---

---

---

b. Na sua opinião, essa prática pode ser justificada pela função ritual que ela desfruta nos contextos cultural de origem, ou você, em hipótese alguma, justificaria essa prática? Explícite:

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Um dos grandes desafios das ciências humanas tem sido lidar com o relativismo cultural. Há cientistas sociais que têm dificuldades para lidar com práticas que eles até acham violentas, mas que na cultura em que elas se dão, são plenamente legitimadas. Como classificar essas práticas? Até onde podemos considerá-la uma forma de violência? A partir de que critérios devemos classificá-la assim? Esse tem sido um dilema bastante presente, sobretudo nos contextos pós-coloniais marcados também pela violência do colonizador ocidental. Quanta violência e violações de normas culturais locais foram praticadas pelos impérios europeus, pelos colonizadores europeus desde o século XVI? Como um ocidental pode denunciar a violência das culturas locais na África e na Ásia, quando a violência que seus ancestrais empregaram

nesses contextos foi tão inclemente e tão duradoura? Desde o final dos anos de 1940, no contexto do final da Segunda Guerra e das lutas de libertação pós-coloniais, tudo o que se relaciona a esses contextos, cuja diferenciação cultural em relação ao Ocidente é bastante óbvia, é em grande medida objeto de reconhecimento e de relativismo cultural.

---

## Exemplos de violência contra a humanidade

Marx, no século XIX, dizia que a violência é a parteira da história, e Lênin acrescentaria que o século XX seria, sem dúvida, o século das guerras e das revoluções. Você que já vive no século XXI, ao olhar retrospectivamente para a história, não terá dúvida de que tanto Marx quanto Lênin estavam certos em suas “profecias”. Guerras, revoltas, conflitos e revoluções são uma constante na história do século XX. A pergunta é: o século XXI será capaz de superar o século XX em violência?

Para que se tenha uma idéia, só nas duas grandes guerras, o número de mortos foi de cerca de 70 milhões. E quantas pessoas, entre soldados e civis, ficaram mutiladas? Um dos exemplos de violência mais conhecido no século XX, no contexto do mundo ocidental, é o da violência racial ou genocídio étnico. Após a guerra de secessão nos Estados Unidos, e após o chamado período de reconstrução, observamos uma onda de ódio racial no sul dos Estados Unidos que se utilizava do argumento da inferioridade racial dos negros. O eugenismo do século anterior, ou seja, do século XIX, deu sustentação “teórica” e “científica” para práticas racistas que junto aos interesses políticos e econômicos envolvidos no sul dos Estados Unidos reforçavam o ódio racial e a violência contra os negros. O exemplo dos Estados Unidos é interessante, pois tratava-se, já nesse contexto, de uma república democrática, que tinha acabado de abolir a escravidão e possuía uma constituição fundamentalmente liberal. Os negros, ex-escravos, seriam, para a supremacia branca,

cidadãos de segunda classe, a despeito da constituição americana. Leis raciais no sul dos Estados Unidos garantiam a supremacia dos brancos e a segregação racial. Os negros que não respeitassem os limites estabelecidos pelo critério de separação racial (não freqüentar os mesmos lugares que os brancos, por exemplo; não votar, não freqüentar escolas e universidades dos brancos), eram, não raro, vítimas de extrema violência ou seja, podiam ser mortos sem maiores conseqüências para os seus agressores. O casamento inter-racial era legalmente proibido. A segregação racial só será abolida nos Estados Unidos pela luta do movimento pelos direitos civis já nos anos de 1960.



### **Guerra de Secessão**

Também chamada Guerra Civil americana. Essa guerra foi travada entre o sul dos Estados Unidos, escravocrata e latifundiário, e o norte, em franco processo de industrialização, entre os anos de 1861 e 1865. Uma das principais razões da chamada Guerra de Secessão teria sido a abolição da escravidão. Essa guerra é considerada uma das mais violentas travadas em contexto norte-americano. Para que se tenha uma idéia, 970 mil pessoas morreram, ou seja, cerca de 3% da população naquela ocasião.



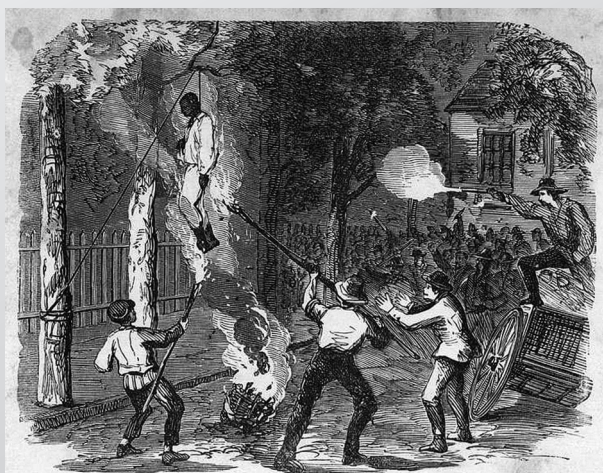
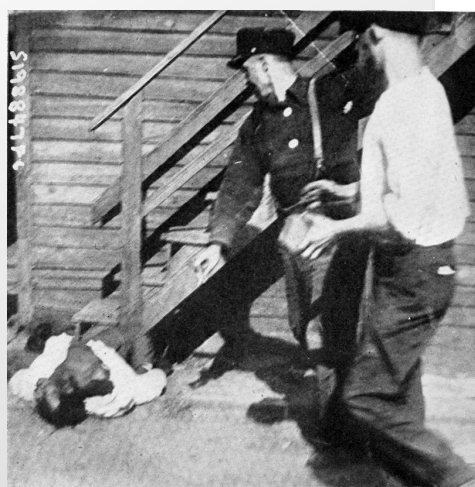
### **Período da reconstrução**

O período de reconstrução que se inicia ainda na guerra civil e vai até 1877, caracteriza-se pelos esforços para garantir a união do país e assegurar a inclusão dos ex-escravos à sociedade, através dos Civil Rights Act de 1866. Desse modo os negros adquirem direitos constitucionais que lhes permitem a plena cidadania. A insatisfação dos sulistas e supremacistas brancos em relação a essa igualdade legal entre negros e brancos acaba promovendo reações cujo impacto político irá resultar no fim desses direitos e na afirmação da segregação racial que dura até os anos de 1960.



## Ku Klux Klan

Movimento secreto de supremacistas brancos que surge no período de reconstrução como uma reação “privada” aos direitos legal e publicamente adquiridos pelos negros após a Guerra de Secessão. A KKK destilava seu ódio racial através de atos de extrema violência e crueldade. Eles se comportavam como membros de uma seita e se vestiam de uma maneira peculiar e assustadora. Para marcar a sua presença no locais de violência praticada, queimavam cruzes, sempre para intimidar e apavorar suas vítimas.



<http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/dgkeysearchresult.cfm?num=0&word=violence&s=1&notword=&d=&c=147,182,169,154,160,149,161,203,&f=&k=0&lWord=&lField=&sScope=&sLevel=&sLabel=History%20%26%20Geography&imgs=20&pNum=>

Outro exemplo de violência do século XX que se tornou paradigmático, e que você certamente já conhece bastante, é o genocídio praticado contra judeus pelo regime nazista alemão entre 1933 e 1945. O anti-semitismo, que é uma forma de racismo, se disseminou em quase toda a sociedade alemã, e não apenas entre os membros do partido nazista. Muitos cidadãos comuns na Alemanha nazista empregaram alguma forma de violência contra os judeus. Quebravam suas lojas, demitiam-nos de seus empregos, humilhavam-nos em público, os discriminavam em espaços públicos, obrigando-os a usarem a estrela amarela para serem obrigatoriamente vistos como judeus. A determinação dos nazistas de eliminarem os judeus da face da Terra significou, ao final da guerra, a morte de 6 milhões de judeus de maneiras as mais variadas, violentas e surpreendentes. Além da fase de perseguição racial aos judeus – depois sua exclusão do convívio social e dos direitos civis em todos os lugares onde se observa a ocupação nazista – eles serão objetos da chamada solução final. Auschwitz é a experiência concentracionária mais emblemática para se pensar a violência na sua expressão severamente radical e sombria. A indústria da morte criada pelos nazistas associava ciência e tecnologia para realizar o encarceramento e a morte de maior número de pessoas com menor custo, de maneira nunca antes vista na história. Todavia, não se tratava apenas de matar os judeus e os inimigos do regime nazista. O mais chocante foi a capacidade que a violência nazista mostrou de desumanizar, ou seja, extrair dos judeus (homens como quaisquer outros) a sua humanidade, a sua dignidade. Por essa razão, quando se pensa no holocausto, pensa-se em crime contra a humanidade, contra o respeito por aquilo que há de humano no homem. O holocausto pode ser então compreendido como um crime contra a humanidade, praticado em corpos de homens também judeus. Daí o seu caráter paradigmático: a um só tempo universal (crime contra a humanidade) e tão particular (a obsessão contra os judeus).



**Figura 15.2:** Crianças submetidas a experimentos médicos em Auschwitz.

Fonte: <http://www.shamash.org/holocaust/photos/>



[http://resources.ushmm.org/film/display/main.php?search=simple&dquery=Auschwitz&cache\\_file=uia\\_BzkTwl&total\\_recs=85&page\\_len=25&page=1&rec=11&file\\_num=1394](http://resources.ushmm.org/film/display/main.php?search=simple&dquery=Auschwitz&cache_file=uia_BzkTwl&total_recs=85&page_len=25&page=1&rec=11&file_num=1394)



Você provavelmente já leu muito sobre o holocausto, sobre o anti-semitismo, sobre Auschwitz. Mas há uma passagem de Primo Levi, em seu livro *É isto um homem?* que talvez você não conheça. Nela, Primo Levi, um sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, que mesmo sobrevivendo ao holocausto, não consegue conviver com a memória desse evento e, 42 anos após a guerra, suicida-se, chama a nossa atenção para a radicalidade da violência, que muitas vezes pode aparecer em pequenos detalhes:

É isto um homem?

Voces que vivem seguros em suas casas aquecidas.

Vocês que, voltando à noite, encontram comida quente e rostos amigos:

Pensem bem se isto é um homem,

Que trabalha no meio do barro,

Que não conhece a paz,

Que luta por um pedaço de pão,

Que morre por um sim ou por um não.

Pensem bem se isto é uma mulher,

Sem cabelos e sem nome,

Sem mais força para lembrar,

Vazios os olhos, frio o ventre,

Como uma rã no inverno.

Pensem que isto aconteceu:

Eu lhes mando essas palavras.

Gravam-na em seus corações

Estando em casa, andando na rua,

Ao deitar, ao levantar,

Repitam-nas aos seus filhos.

Ou, se não, desmorone-se a sua casa.

A doença os torne inválidos,

Os seus filhos virem o rosto para não vê-los.

(LEVI, 1988, p. 9)

Apenas após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de “Crime contra a humanidade” terá vigência. Em 1945, o Tribunal de Nuremberg tipifica esse crime que depois será ratificado na Assembléia Geral da ONU em 1946. Após essa definição de “Crime contra a humanidade”, os historiadores passaram a olhar para o passado de forma mais criteriosa e atenta. Quantos crimes, quanta violência, não teriam sido cometidos antes do holocausto, que só a partir de 1945 seriam considerados crimes contra a humanidade?



---

## Atende ao Objetivo 2

2. Busque na história do pós-Segunda Guerra Mundial, exemplos de violência contra a humanidade e comente, além dos seus aspectos mais universais (formas de violência coletiva), suas características mais específicas: quem são os agressores, quem são as vítimas, as razões para a violência e por que devem ser considerados crimes contra a humanidade?

### Comentário

Vários dos chamados “crimes contra a humanidade” foram perpetrados após a Segunda Guerra Mundial. Esses crimes, em muitos casos, reproduziram formas de preconceito, abusos políticos, interesses econômicos, rivalidades étnicas, rivalidades religiosas. Essa atividade fará com que você fique atento para as contínuas manifestações de violência na história e, em que medida, um evento de rara violência não necessariamente serve como constrangimento para que outros não sejam praticados.

Após a guerra, em 1948, a ONU proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Até que ponto pode-se considerar esse documento uma utopia? Você se lembra de alguns dos pontos que compõem a Declaração?

## **Declaração Universal dos Direitos Humanos**

- Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião pública ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.
- Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- Todo o ser humano tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
- Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.
- Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crenças.
- Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.



### Atende ao Objetivo 1

3. Discorra sobre as seguintes questões:

a. Até que ponto você considera universal a Declaração dos Direitos Humanos?

---

---

---

---

---

---

---

---

b. O Brasil têm respeitado a Declaração? Em que situações o Brasil desrespeitou a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

---

---

---

---

---

---

---

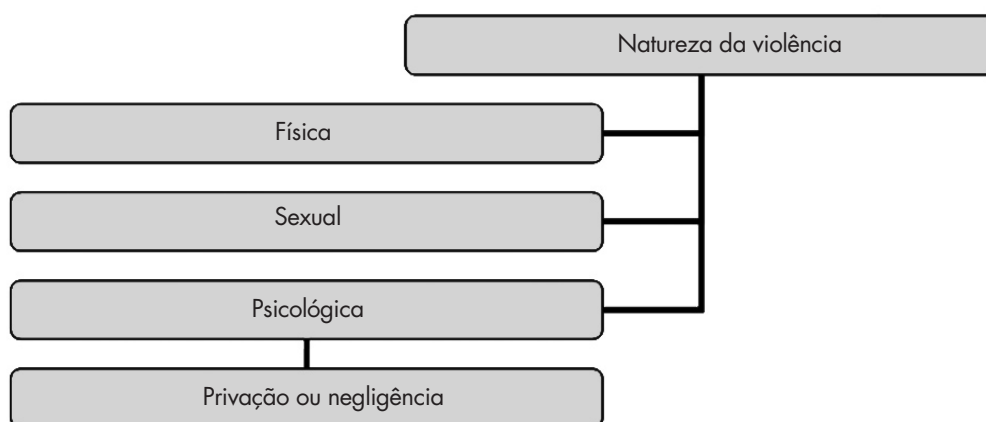
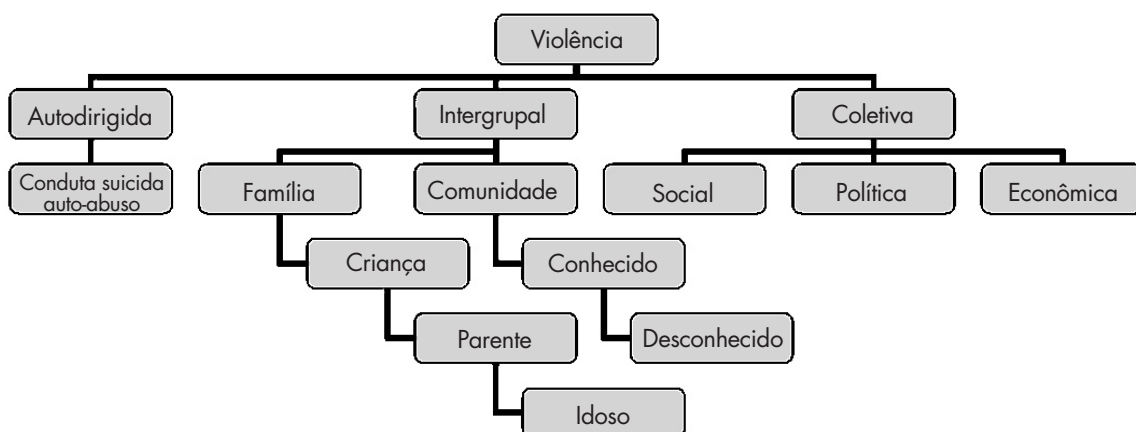
---

### Comentário

A Declaração completou, no ano 2008, sessenta anos de existência. A sua influência nos tratados internacionais têm sido vigorosa, mas, ainda assim, há muitos países que violam suas cláusulas e vários direitos ali descritos permanecem, em algumas culturas, desrespeitados. O grande problema da Declaração é se ela continua atual, diante das transformações em curso no mundo e se ela é verdadeiramente representativa das visões de mundo e de culturas de diferentes povos que compõem o mundo.

## Tipologia da violência

Você pode ver que a violência é um fenômeno universal, embora suas manifestações possam apresentar características particulares, culturalmente específicas. Veremos agora um esquema mais geral, sobre como a violência pode ser tipificada nas sociedades ocidentais:



A tipologia da violência nas culturas ocidentais estende-se da violência que o indivíduo comete sobre si mesmo, até as formas de violência que ele empregará contra a sua própria família, comunidade e coletividade. Dentro dessas categorias, temos a violência contra a criança (agressão física, pedofilia), contra os parentes (agressão, extorsão) e contra os idosos (violência

física, extorsão, privação ou negligência). Essas podem ser tanto de natureza física, sexual, psicológica ou através de privação ou negligência. A violência na comunidade pode ser empregada contra um conhecido (estuprar uma conhecida ou parente, por exemplo) ou um desconhecido (praticar roubo seguido de morte). Já a violência coletiva é mais difusa, caracterizando-se pela violência de natureza política (impedir que um indivíduo exerça seu direito de voto, ou que se manifeste politicamente em público, por exemplo); natureza econômica (violência contra o consumidor, ou qualquer forma de crime econômico contra o patrimônio público, extorsão feita por civis ou feita por autoridades do estado); ou de natureza social (impedir que um indivíduo utilize o elevador social por sua cor de pele ou discriminar alguém por conta de suas preferências sexuais).



---

### Atende aos Objetivos 2 e 3

4. Você compreende agora que a violência pode ser melhor apreendida através de uma tipologia bastante complexa, que não se resume apenas à violência física, embora essa seja a mais comum. Com base na tipologia vista, eleja ao menos dois tipos de violência, duas vítimas de violência e duas naturezas de violência para construir um ensaio. Utilize exemplos de violência que você observa mais comumente no Brasil, ou mesmo na sua cidade.

---

---

---

### Comentário

A tipologia da violência sugerida, garante que você entenda a dimensão mais variada da violência e como ela pode estar referida desde a violência individual ou violência auto-infligida até a violência de natureza mais institucional. Através dessa tipologia você percebe o papel da violência na vida social ou coletiva, daí porque a importância desse fenômeno para a Sociologia.

## Violência no Brasil

Você já deve ter feito a seguinte reflexão: o Brasil é um país extremamente violento, seus índices de criminalidade são altíssimos, a imprensa e a televisão mostram diariamente cenas de violência doméstica, violência nas ruas contra desconhecidos, violência institucional, violência policial, violência do tráfico de drogas, corrupção. Nós mesmos somos testemunhas diretas de violência nas ruas e em casa, ou somos as próprias vítimas dessa violência cotidiana. Você certamente conhece alguém próximo que já foi vítima de alguma forma de violência. Temos a impressão de que a violência está em todos os lugares e que os governos e as polícias não são capazes de coibi-la. É como se vivêssemos sob domínio do pânico e do medo, sem garantias de que a violência terá um fim. Ao mesmo tempo, todavia, somos românticos o suficiente para acharmos que o brasileiro é um povo cordial, pacífico e solidário. Esse juízo generoso nos assola quando estamos diante de alguma comparação com outros povos e outras sociedades. Como resolver, então, esse paradoxo?

Historicamente, a violência no Brasil, pode-se dizer, inicia-se com as formas de mando e de autoridade que se estabeleceram ainda no período colonial, através de dois tipos de escravidão: a indígena e a do africano e depois crioulo (escravos nascido no Brasil). Uma cultura de violência e mandonismo seria aqui reproduzida, especialmente entre senhores de terras e escravos, e depois com os chamados coronéis já no Brasil republicano. Essa violência nas relações privadas se reproduziria em todos os seguimentos sociais, dos mais altos aos mais baixos na pirâmide social (senhor X escravo; patrão X empregado; rico X pobre; branco X preto; homem X mulher; adulto X criança; forte X fraco; armado X desarmado; Estado X cidadão; militar X civil; favela X asfalto). Mesmos nos segmentos economicamente mais baixos, há sempre alguma forma autoritária, machista que submete mulheres a homens, ou crianças a adultos, velhos a jovens. Essas relações desiguais

marcaram e ainda marcam a sociedade brasileira e, mesmo com a constituição democrática de 1988, assistimos e estamos expostos a toda forma de violência.

No Brasil, também observamos uma tendência histórica de consolidação simbólica de características não violentas associadas ao brasileiro. Para muitos dos nossos pensadores e mesmo para o senso comum, a violência no Brasil seria um desvio de rota, um desvio moral, de um povo que não seria genuinamente violento. Boas leis, boa disciplina e educação trariam o povo para o seu verdadeiro trilho. Sempre ouvimos falar que o Brasil é pacifista, ou seja, que nunca fomos assolados por guerras violentas ou por genocídios (embora alguns considerem a chamada Guerra do Paraguai, no século XIX, como uma experiência altamente violenta, quase um genocídio contra a população do Paraguai). Sempre nos ensinaram que o brasileiro seria um povo desprovido de ódio de classe e de ódio racial e que seria extremamente hospitaleiro e cordial. Nesses termos, a dita “alegria” do povo brasileiro sempre foi acalentada e enfatizada, a despeito da desigualdade, da violência e da injustiça social. Para muitos, o brasileiro diante de um cenário de miséria, de desigualdade e injustiça, prefere se resignar a fazer uma revolução.

Vários especialistas em violência tentam transpor essas razões simbólicas e buscam nas razões estruturais, a explicação para a violência no Brasil. De modo geral, eles buscam na estrutura social as razões mais diretas para o aumento da violência. Salientam o fato de que tanto as desigualdades e exclusões econômicas, sociais e culturais quanto o autoritarismo, que regula as relações sociais e, ademais, a corrupção, o racismo, as intolerâncias e o sexismo, seriam fatores fundamentais para se refletir sobre a produção e reprodução da violência no Brasil. Ou seja, a desigualdade, a injustiça social e os preconceitos seriam as razões mais plausíveis para o aumento da violência.

Os adeptos das razões estruturais criticam a visão jurídica ou policial, que considera especificamente o crime contra a vida e

contra a propriedade, a razão fundamental da violência. Para esta visão jurídico-policial, o aumento nos índices de criminalidade e a banalização desses crimes estariam na origem do fenômeno da violência. A melhor forma de combater o crime seria, nesse caso, a sua total repressão (invasão de favelas, perseguições nas ruas, podendo resultar em prisão ou morte). Já a visão sociológica é criticada pelas instituições de segurança pública como demasiadamente submetida à cultura dos direitos humanos e, nesses termos, insuficiente para resolver pragmaticamente o problema da violência e da criminalidade. Na visão dos sociólogos, a violência seria uma expressão de anomia social, uma manifestação atípica, um desvio da boa e ética sociedade (instituições normativas e disciplinares orientariam as políticas propostas). Os sociólogos criticam também a idéia de uma cidade partida na qual os “não-violentos” estariam sitiados, segregados pelos “violentos” (arrastões, conflitos favela X asfalto, bala perdida, seqüestros); por fim, criticam a visão de que a sociedade brasileira apenas por acidente seria violenta, ou seja, tal característica não faria parte da sua “essência”. Salientam o fato de que, ao tomar a violência como acidental, acabam por torná-la uma “tendência”, uma “onda”, uma “crise”, um “surto”, ou seja, algo passageiro.



## O desafio de solucionar o problema da violência no Brasil



Desde os anos de 1980, as ligações entre tráfico de drogas e de armas têm tido impacto avassalador nas formas de expressão da violência na cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, as favelas se transformaram em um perigoso abrigo do tráfico de drogas, submetendo a população das favelas ao seu mando. Nessa visão da violência advinda do tráfico, sugere-se a imagem do "cidadão de bem", tornando-se a vítima preferencial dos traficantes, e cidadãos cercados, sitiados, vivendo no meio de uma guerra civil, entre tiros de traficantes e policiais. Dados mais recentes mostram que mais de 60% do município do Rio de Janeiro tem alguma conexão com a droga. Dessa experiência, que tem início nos anos de 1980, extraiu-se a mentalidade de que a polícia tinha que ter atuação imediata contra os traficantes, a saber, invadindo favelas, prendendo traficantes ou suspeitos, matando traficantes, como se tal atuação fosse secar a fonte de onde saem esses "marginais".

Contra essa visão, o confronto direto e nas ruas se mostraria improdutivo, uma vez que o poder público e os serviços públicos ao não se instalarem nas favelas, mantém as condições mesmas de produção de novos excluídos, despossuídos e desempregados que vão encontrar no corpo do tráfico de droga o seu melhor abrigo e algum mecanismo de poder e reconhecimento (especialmente se ele puder estar armado).

Dois eventos trágicos e de extrema crueldade marcaram a cidade do Rio de Janeiro na última década: a chacina de Acari e a chacina da Calendária. A primeira chacina, trata-se do seqüestro, por policiais, de 11 jovens, entre os quais sete menores, moradores da favela de Acari, que passavam um dia em um sítio no município de Magé. Os seqüestradores queriam jóias e dinheiro para negociar a libertação dos jovens. Contudo, os jovens foram tirados do sítio e até hoje nem eles, nem seus corpos foram encontrados. As mães dos desaparecidos começaram uma busca incessante por seus filhos e ficaram conhecidas como as “Mães de Acari”. Na sua luta por justiça, essas mães foram ameaçadas, perseguidas e uma delas assassinada em 1993.

A chacina da Candelária, assim conhecida por ter ocorrido próximo à Igreja da Candelária, resultou no extermínio de seis menores e dois maiores sem-teto, em 1993. Até hoje não se sabe ao certo as razões do extermínio. A tese mais plausível é que um grupo de extermínio teria assassinado os jovens como um plano para limpar o centro da cidade de moradores sem-teto. Na década de 1990, as formas de enfrentamento do que era considerado o mundo da criminalidade, ou seja, as favelas e as ruas repletas de sem-teto, ocorriam de maneira extremamente violenta, protagonizadas por uma polícia que acreditava que exterminar os indesejados, significaria acabar com a criminalidade.





*Notícias de uma guerra particular* (1999). Direção: João Moreira Sales. Documentário sobre a guerra da polícia com o tráfico de drogas. *Cidade de Deus* (2002). Direção: Fernando Meirelles. *Ônibus 174* (2000). Direção: José Padilha.

Documentário sobre o seqüestro do ônibus 174, no Jardim Botânico, que resultou na morte de uma passageira, após quatro horas de tentativa de negociação. *Tropa de elite* (2007). Direção: José Padilha. Um filme sobre o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e suas formas de ação na repressão ao tráfico nas favelas.



### Tolerância Zero em Nova York

A política de tolerância zero é uma das maiores realizações de combate à violência e à criminalidade proposta pelo prefeito Rudolph Giuliani nos anos 1990, na cidade de Nova York. No início da década de 1990, a cidade de Nova York atingiu índices alarmantes de violência e criminalidade. Como solução para essa crise, elaborou-se uma iniciativa que consistia em punir exemplarmente qualquer delito, mesmo os delitos leves. Tal iniciativa buscava garantir a sensação de autoridade na cidade. O resultado foi a redução da criminalidade em 44%. Os assassinatos caíram 61%, o que fez de Nova York a cidade mais segura de todo os Estados Unidos.

### Apartheid

Políticas de segregação racial e social introduzidas na África do Sul em 1948. Leis raciais foram criadas para favorecer a minoria branca da África do Sul. O *apartheid* só terminou em 1994, quando Nelson Mandela alcança a presidência.

O grande problema ao se adotar a tese da cidade partida é que ela reforça a tendência à segregação, ao **apartheid** social, em uma cidade, como o Rio de Janeiro, que possui uma territorialidade democrática. Ou seja, morros próximos ao asfalto em locais bastante valorizados da cidade do Rio de Janeiro.

Alguns especialistas em violência, como o antropólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário de Segurança Pública do Governo Lula, explica que a violência no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, afeta mais diretamente os jovens pretos e pobres das periferias e favelas das grandes cidades, as maiores vítimas de homicídios, como você já viu no início da aula. Para ele, o importante é que as instituições de polícia, instituições jurídicas, órgãos de defesa dos direitos humanos, governos em geral, escolas, ONGs, cidadãos, todos assumam uma espécie de pacto republicano de proteção da vida promovendo ações de prevenção e de contenção da criminalidade. Trata-se, fundamentalmente, de criar as condições e oportunidades de resgate e de inclusão desses jovens na sociedade “legal” antes que eles sejam cooptados pelo mundo atraente do tráfico de drogas e da sobrevivência ilegal. Se não se oferece perspectivas a esses jovens, acaba-se por condená-los à morte, preço que ele paga também pela omissão do Estado, da sociedade, do governo e dos cidadãos.

A estratégia da incursão nas favelas e nas periferias, sem considerar os direitos humanos, sem valorizar essas vidas, torna apenas a criminalidade mais elevada. A cada líder do tráfico assassinado ou preso, um novo, ou mais de um, é alçado imediatamente à liderança. Há um exército de reserva de traficantes que, sem um trabalho de prevenção, de inclusão à sociedade legal, apenas aumenta.

Para os que não acreditam que as incursões, o enfrentamento entre polícia e bandido e a truculência das polícias são eficazes para conter o problema da criminalidade e da violência no Brasil, resta a crença na democracia; na justiça social; na diminuição da exclusão e da desigualdade; do racismo e da intolerância e na presença nas comunidades pobres de instituições públicas que promovam oportunidades, reconhecimento e inclusão, como valores e mecanismos fundamentais para a paz social.

## CONCLUSÃO

O tema da violência pode ser tratado a um só tempo por seus aspectos objetivos, mas também por seus aspectos subjetivos. Claro que pensamos sociologicamente na violência e, em especial, no impacto que ela produz na sociedade, na ordem social, na legalidade e na moralidade. Mas a violência é também considerada cada vez mais pelos impactos que produz no mundo privado, no mundo doméstico, nas famílias, na vizinhança, na escola. Imagina que em sua família há alguém viciado em drogas. O efeito do vício não atinge tão somente o viciado. Há uma cadeia invisível que ligará o traficante que fornece a droga à própria família do viciado que pode ser vítima de chantagem e extorsão. O pânico, o medo, o terror, afetam subjetivamente os membros dessa família. O mesmo com o policial que é treinado para reprimir o tráfico. A cada incursão, a sombra da morte ronda a sua família e amigos. A família desse policial estará sempre à espera de uma notícia que pode significar a notícia de sua morte. Estamos todos, portanto, irremediavelmente ligados à violência, ora como vítimas, ora como agressores. Daí a enorme importância de se estudar e compreender o fenômeno da violência. Certamente, um dos fenômenos mais disseminados e mais capilarizados na sociedade brasileira.

### *Atividade Final*

---

#### **Atende aos Objetivos 2 e 3**

Analise a letra da canção “O calibre”, dos Paralamas do Sucesso, e tente responder às questões que a música coloca.

Eu vivo sem saber até quando ainda estou  
vivo  
Sem saber o calibre do perigo  
Eu não sei de onde vem o tiro (Refrão)

Por que caminhos você vai e volta?  
À que horas você nunca sai?  
Há quanto tempo você sente medo?  
Quantos amigos você já perdeu?  
Entricheirado vivendo em segredo  
e ainda diz que não é problema seu  
E a vida já não é mais vida  
no caos ninguém é cidadão  
as promessas foram esquecidas  
Não há estado, não há mais nação  
perdido em números de guerra  
rezando por dias de paz  
não vê que a sua vida aqui se encerra  
com uma nota curta nos jornais.

### Comentário

Essa canção dos Paralamas do Sucesso expressa com acuidade o drama dos jovens, em grandes centros urbanos, assolados pela violência que afeta a todos. Há um pessimismo envolvido na letra de quem vive a tragédia diária da ausência de uma solução, de uma saída.

---

## RESUMO

A violência não deve ser vista apenas como um fenômeno universal, deve ser compreendida também em suas expressões particulares, específicas e culturais. Há várias formas de violência, desde as promovidas em espaço público, até aquelas que ocorrem no âmbito da vida privada ou doméstica ou até mesmo individual. A violação dos direitos humanos é também uma forma

de violência, e a história dos séculos XIX e XX mostra manifestações de violência nunca antes pensadas, como particularmente nas duas grandes guerras. No Brasil, o fenômeno tem sido dos mais desafiadores. As opiniões sobre as suas causas e as formas de seu combate variam bastante e são de modo geral controversas.

## **Informações sobre a próxima aula**

Na próxima aula você vai entrar em contato com a literatura sociológica a respeito da família e do matrimônio. Em particular, você vai ver como, ao longo do século XX, a família patriarcal, até então o padrão de organização familiar dominante, foi sendo substituído por novas e mais flexíveis formas de família.

# Aula 16

Família e  
matrimônio:  
desafios à tradição

## Meta da aula

Apresentar as grandes transformações na estrutura familiar e no matrimônio ocorridas ao longo do século XX e como o pensamento sociológico as interpretou.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que o ocaso do patriarcado, ao longo do século XX, se deu com ritmos diferenciados, dependendo da região e da classe social;
2. identificar as mudanças no papel das mulheres em razão do ocaso do patriarcado.

## Pré-requisitos

Para melhor compreender esta aula, você deve se lembrar dos conceitos dos clássicos da sociologia, estudados nas Aulas 4 e 5, das interpretações de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre a respeito das famílias brasileiras, vistas nas Aulas 7 e 8, e dos estudos sobre urbanização e modernização brasileira, com os quais você entrou em contato na Aulas 11 e 12.

## INTRODUÇÃO

Com raras exceções, como crianças de orfanato, as pessoas nascem e crescem no seio de famílias. Também com raras exceções, como as pessoas absolutamente solitárias, as pessoas morrem no seio de famílias.

A família é, pois, uma experiência central na vida de todas as pessoas (mesmo dos órfãos e solitários), dado que em seu seio são vividas dimensões essenciais da experiência humana: o amor (e o ódio), o acolhimento, a proteção, o cuidado, o abandono, as perdas, os ciclos da vida... Nesse sentido, a família, com todas as suas alegrias e tristezas, possui enorme influência sobre a formação da personalidade e sobre a saúde psíquica de seus membros.

A família é, também, uma instituição social, normatizando os direitos e obrigações de seus membros, assim como demarcando limites entre aqueles que dela fazem parte e os que não.

Sendo a primeira instituição social da qual um indivíduo é membro (com a exceção das crianças de orfanato), é na família que a criança inicialmente entra em contato:

1. com as questões de gênero, observando os papéis assumidos por seus responsáveis, sejam eles seu pai e/ou sua mãe, avós ou tios/tias;
2. com o mundo do trabalho, quando o seu responsável se ausenta por períodos relativamente longos do dia para trabalhar, ou quando em sua casa existe alguma forma de trabalho assalariado, como empregados domésticos;
3. com a educação e a cultura;
4. com o preconceito (ou ausência de) racial ou social, observando como seus responsáveis lidam com pessoas de origens ou condição social diversas.

A família é, também, uma unidade econômica – hoje em dia, principalmente de consumo, mas ainda hoje, e durante muitos séculos, de produção –, além de interagir com diversas outras instituições, como igrejas, clubes, associações comunitárias e de vizinhança, e com o Estado e suas Varas de Família, leis de herança, paternidade e maternidade, divórcio, pensão alimentícia, obrigatoriedade de se colocar as crianças na escola etc. Tudo isso implica dizer que a família, inserida em uma ampla teia de relações sociais e ela própria elemento fundamental no processo de socialização dos indivíduos, é tema da reflexão sociológica.

Pode-se dizer, e você vai ver isso ao longo desta aula, que a família patriarcal ainda é o tipo dominante identificado pela Sociologia no início do século XX e vem dando, crescentemente, lugar a tipos mais diferenciados de famílias: as formadas por pai, mãe e filhos; por padrastos, madrastas, pais, mães, filhos e enteados; as que convivem com avós e netos na mesma casa; as que são lideradas por homens ou mulheres solteiros, divorciados ou viúvos; as formadas por casais do mesmo sexo, cujos filhos são adotados ou biológicos de uma dos parceiros.

E não só as famílias têm estruturas muito diferenciadas hoje como as relações entre homens e mulheres ganhou novas cores. Você consegue imaginar seu bisavô lavando louça ou trocando a fralda do seu avô ou da sua avó, enquanto sua bisavó ia ao cinema? Hoje, um pai cuidar de seu filho e realizar tarefas domésticas, ao mesmo tempo que uma mãe se diverte fora do lar, é cena corrente. Por outro lado, muito embora ainda existam famílias em que o marido é o provedor exclusivo ou principal, é crescente o número daquelas em que a mulher ganha mais do que o marido e assume as principais despesas da casa.

Em suma, as famílias mudaram profundamente nos últimos cem anos, implicando alterações nos papéis sociais de homens, mulheres e crianças, assim como no mercado de trabalho, na educação, no direito e em diversas outras instâncias da vida social.

## A família na reflexão sociológica clássica

Desde os clássicos, a Sociologia tem buscado compreender a instituição familiar, sobretudo seus padrões de estruturação e suas articulações com outros campos da vida social.

No campo do marxismo, a primeira grande contribuição à sociologia da família não foi elaborada pelo próprio Marx, mas por seu companheiro político e intelectual, **Friedrich Engels**, que escreveu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Neste livro, Engels aplica os princípios do materialismo histórico às formas de organização familiar, afirmando existir um tipo de família para cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Em sua própria época, o século XIX, Engels afirmava existirem basicamente dois tipos de família: a burguesa e a proletária. Na burguesa, o papel da mulher seria o de produzir herdeiros para a propriedade de seu esposo, recebendo, em troca, sustento material. Na família proletária, dada a inexistência de herança, poderia surgir o verdadeiro “amor sexual”. Muito embora a visão de Engels tenha sofrido inúmeras críticas – por exemplo, com frequência famílias operárias reproduziam os papéis de homens e mulheres da família burguesa na criação dos filhos e na organização da vida doméstica, para não falar da dupla jornada da mãe trabalhadora –, ela tornou-se o texto fundador da análise marxista da família.

Durkheim, em anotações de aulas, palestras e no livro *O suicídio*, identificou três grandes tipos de famílias ao longo da História: a do comunismo doméstico (povos germânicos), a patriarcal (Roma) e a parental. A família parental compreendia pai, mãe e todas as gerações deles saídas, salvo as filhas e seus descendentes, que passavam a fazer parte das famílias de seus esposos. Como desdobramento da família parental, Durkheim identificava a família conjugal, que compreenderia apenas o pai, a mãe, os filhos menores e os solteiros. Durkheim debruçou-se, sobretudo, sobre a família conjugal, da qual era contemporâneo. Para ele, tal família



### **Friedrich Engels (1820-1895)**

Filho de um industrial do ramo têxtil da cidade alemã de Wuppertal, Engels trabalhou na firma de seu pai em Manchester, Inglaterra, onde entrou em contato com movimentos de trabalhadores ingleses, resultando em seu livro *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845. Neste ano, publicou seu primeiro trabalho com Marx, *A sagrada família*. Além de parceiro intelectual e político de Marx por anos, Engels teve importância também na sustentação financeira de seu companheiro e da família deste.

representava um tipo estruturalmente novo, regulada não mais pela dependência permanente e pelo costume, mas pelo Estado, por meio do Código Civil.

O sociólogo Max Weber, como você já teve oportunidade de ver na Aula 5, tratou de inúmeros temas – direito, economia, religião etc. –, embora a família não estivesse presente no seu campo de reflexão sistemático. Ainda assim, é possível encontrar-se, em diversos de seus escritos, referências ao tema, inseridas em sua visão mais ampla da modernidade.

Na construção do mundo moderno, secular e racionalizado, Weber nota, por exemplo, uma diferença de comportamento entre famílias protestantes e católicas, afirmando, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que no capitalismo emergente as famílias protestantes propiciavam aos seus filhos uma formação mais adequada ao novo mundo dos negócios do que as famílias católicas, mais preocupadas com a formação humanística. Assim, a família católica surgia como um obstáculo ao capitalismo racionalizado, ao passo que a família protestante, como o próprio protestantismo, teria afinidades com o espírito do capitalismo e com o mundo racional e secular da modernidade.

No século XIX, no entanto, não foram apenas os clássicos que se debruçaram sobre a instituição familiar. Uma das mais importantes contribuições à sociologia da família neste século, e que teria grandes repercussões no século XX, foi a de Frédéric Le Play (1806-1882).

No século XIX, e mesmo no XX, a França foi um país dividido entre os herdeiros e os adversários da Revolução Francesa. De um lado, republicanos, liberais e socialistas irmanavam-se na defesa que faziam do legado da Revolução, contrapondo-se a católicos e monarquistas. Le Play encontrava-se entre os críticos da Revolução. Para ele, ao contrário da visão liberal, cada vez mais forte, a base da sociedade não seria o indivíduo, mas a família, e sua crítica à Revolução advinha justamente do fato de que, segundo ele, esta estaria minando as bases da família.

A partir de extensas viagens e profunda observação, Le Play identificou três tipos básicos de família, conforme o **Quadro 16.1**:

**Quadro 16.1:** Tipos básicos de famílias, segundo Frédéric Le Play

Tipo de família	Localização	Características
Patriarcal	Camponeses eslavos	O pai é a autoridade suprema da família, e os filhos, mesmo casados, continuam a viver com ou próximo aos pais.
Família-tronco	Europa rural ocidental, incluindo a França pré-Revolução	Apenas um filho casado permanecia na casa dos pais e herdava toda a propriedade rural. Os demais filhos recebiam um dote, devendo abandonar o lar paterno.
Família-instável	Europa urbana e industrializada	Na ausência de herança, a família cresce ou encolhe de acordo com o nascimento e crescimento dos filhos, que abandonam o lar paterno quando casados.

Como um conservador francês do século XIX, Le Play tinha clara preferência pela família-tronco, em que a continuidade familiar era garantida pela transmissão hereditária da propriedade rural indivisa e, portanto, estável. Muito embora nostálgico de um tempo que não retornaria, Le Play foi muito importante para os estudos da sociologia da família, por duas razões fundamentais: estabeleceu uma forma de comparação entre diferentes tipos de famílias com base nas regras de herança e realizou, ele próprio, meticulosas observações de famílias, em diferentes lugares da Europa. Assim, o método comparativo utilizando regras de herança, que seria muito utilizado no século XX, teve em Le Play um importante precursor.

A partir dos clássicos da Sociologia e de Le Play, a família foi pensada por inúmeros sociólogos e pensadores sociais no século XX, como William J. Goode, Ansley Coale, Peter Laslett etc. Aqui mesmo no Brasil, conforme você já viu, Gilberto Freyre e Oliveira Viana, ao refletirem sobre a formação social brasileira, pensaram intensamente a instituição familiar.

Certamente, você procuraria em vão, nos dias de hoje, a família brasileira, tal qual pensada por Freire e Viana. Para além da abolição da escravidão, em 1888, a família brasileira passou por uma grande transformação ao longo do século XX. E não apenas a brasileira: no Ocidente de modo geral, mas também na Ásia e na África, a família patriarcal vem dando lugar, crescentemente, a novas configurações.



### Atende ao Objetivo 1

1. Converse com diferentes gerações de uma mesma família e com uma família urbana e outra rural. Tente identificar os valores e expectativas de cada uma delas, principalmente as relativas aos papéis de homens e mulheres e as relações entre pais e filhos.

Escreva um texto de oito linhas sobre suas conclusões.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Claro que uma amostragem de quatro grupos familiares não é representativa em um levantamento sociológico. Ainda assim, é possível que você perceba que as gerações mais velha e mais nova de uma mesma família tenham expectativas diferentes sobre os papéis do homem e da mulher, afirmando a autoridade do primeiro sobre a segunda, e do pai em relação aos filhos, afirmando a autoridade do primeiro, ao passo que a geração mais nova

tenha expectativas em que o poder é mais distribuído. Do mesmo modo, a família urbana possivelmente terá um poder mais bem distribuído do que a rural, em que a figura do pai deterá maior poder.

Com isso, você perceberá que o ocaso do patriarcado se dá com ritmos diferenciados.

---

## **A família em transformação: uma advertência prévia**

Antes de falar da grande transformação da família no século XX, o ocaso do patriarcado, é importante lembrar que as mudanças ocorridas ao longo dos últimos 100 anos nas estruturas familiares não se deram em uma direção única, rumo a um modelo fechado de família. Por outro lado, o ritmo das mudanças varia conforme a região e a classe social, e os resultados são múltiplos e, por vezes, inesperados.

Por exemplo, o senso comum afirma que a emancipação da mulher, fenômeno que se iniciou no Ocidente, ou seja, nos Estados Unidos e na Europa, em finais do século XIX e se aprofundou, decisivamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, elevou as taxas de divórcio. À primeira vista, tal afirmativa faz sentido: as mulheres, financeiramente independentes e em busca de realização afetiva, teriam rompido com casamentos infelizes, muitas vezes arranjados, buscando recomeçar novos, e mais promissores, relacionamentos. No entanto, na década de 1970, as mulheres malaias, de religião muçulmana, não trabalhavam fora, e as taxas de divórcio eram extremamente altas entre os casais malaio. Por outro lado, as taxas de divórcio na Escandinávia são, ainda hoje, mais baixas do que nos Estados Unidos, muito embora as mulheres escandinavas trabalhem fora e tenham salários relativamente mais altos do que as americanas, além de extensas redes estatais de proteção social.

Justamente em razão da diversidade das estruturas familiares, o sociólogo sueco Göran Therborn identificou, no mundo de hoje, cinco grandes sistemas familiares: o da África subsaariana, o europeu (incluindo o Novo Mundo, ou seja, a América do Norte e a Austrália), o do leste asiático, o da Ásia do Sul e o da Ásia ocidental/norte da África. Além desses cinco sistemas, Therborn identificou ainda mais dois sistemas intersticiais, ou seja, que resultaram do encontro de dois sistemas principais: o do sudeste asiático e o da América *crioula* (hispânica). O próprio Therborn, contudo, reconhece que tais sistemas, por sua amplitude geográfica, constituem generalizações, encobrindo importantes diferenças entre padrões familiares dentro de cada um deles.

Apesar de todas essas advertências, pode-se perceber, em diversas regiões do mundo, um ocaso do patriarcado.

Afinal, o que é o patriarcado? Em poucas palavras, ele pode ser definido como o poder de dominação do homem sobre a família: do pai sobre os filhos, do marido sobre a esposa. Em praticamente todo o mundo em princípios do século XX, diferentes tipos de famílias estruturavam-se em torno do poder do homem. Em princípios do século XXI, esse poder, ainda que resista mais em algumas regiões, em outras menos, encontra-se seriamente questionado por uma série de desafios.

## **O ocaso do patriarcado**

A família, como já sugeriam Durkheim, Engels, Weber e Le Play ainda no século XIX, só pode ser pensada adequadamente em suas relações com as sociedades em que se situa. A norma legal, as formas de transmissão da propriedade, os valores e visões de mundo, tudo isso implica profundos impactos sobre as formas de estruturação familiar.

Que mudanças sociais teriam ocorrido no século XX que interagiram com a instituição familiar e a impactaram, resultando no ocaso do patriarcado?

A rigor, tais mudanças não começaram no século XX. De fato, o “entardecer” do poder do homem pode ser situado justamente na modernidade que levou Marx, Durkheim e Weber a fundarem o pensamento sociológico. No **Quadro 16.2**, você vai visualizar algumas das grandes transformações sociais ocorridas nos séculos XIX e XX e como elas impactaram a instituição familiar.

**Quadro 16.2**

Transformação social	Impacto sobre as famílias
<p><b>Secularização.</b> Processo identificado por Weber como a emancipação das esferas da moral, do direito, da política, da ética, da estética, em relação a Igrejas, sobretudo a Católica.</p>	<p>Para a Igreja Católica, uma instituição claramente patriarcal, o casamento surgia como insolúvel e o sexo estava associado à reprodução. O processo de secularização, ao questionar a regulação da moral sexual e do casamento por parte da Igreja, contribuiu tanto para retirar do casamento a sua dimensão divinamente sancionada quanto para dissociar o sexo da reprodução, fato este decisivamente consolidado com o advento da pílula anticoncepcional, já na década de 1960. A partir de então, a mulher passou a ter maior autonomia sobre o seu corpo e a decisão de engravidar ou não. A pílula, por sua vez, é indissociável da idéia do sexo por prazer, e o prazer da mulher, não apenas do homem.</p>
<p><b>Grandes migrações internacionais.</b> No século XIX, ocorreram grandes migrações internacionais, principalmente da Europa e do Extremo Oriente para as Américas. No século XX, tais movimentos continuaram a ocorrer, da África para a Europa, da América Latina e da região da Índia/Paquistão para os Estados Unidos.</p>	<p>No século XIX, o processo migratório era iniciado, sobretudo, pelos mais jovens, ou seja, pelos filhos, que dessa forma emancipavam-se da autoridade direta dos pais. Assim, um jovem camponês polonês, criado em um ambiente solidamente patriarcal, e que uma vez nos Estados Unidos financiava a vinda de seus pais, invertia a relação de autoridade. Já estabelecido no novo país, financeiramente independente e habituado aos códigos locais, seu pai se tornava seu dependente. Por outro lado, ao chegarem nos Estados Unidos, tais jovens iriam entrar em contato com outros padrões familiares, poderiam se casar com jovens oriundas de outras comunidades étnicas e entrar em contato com culturas familiares bastante diferentes das quais foram criados.</p>

<p><b>Urbanização.</b> Iniciada na Europa e nos Estados Unidos no século XIX e que, no XX, alcança América Latina, Ásia e vários países da África.</p>	<p>Jovens socializados no campo, uma vez tendo migrado para as cidades, emancipam-se da autoridade de seus pais, entram em contato com novos padrões familiares e casam-se fora do círculo tido, em suas regiões de origem, como socialmente aceitos por sua família. Por outro lado, a urbanização mina a autoridade do pai ao romper a lealdade que os filhos com ele mantinham em função da herança que potencialmente receberiam, como um pedaço de terra. Essa realidade é muito comum ainda hoje no Brasil, país em que o processo de urbanização aprofundou-se decisivamente no pós-Segunda Guerra e cujas marcas ainda hoje estão presentes.</p>
<p><b>Formação da classe trabalhadora urbana.</b> Fenômeno europeu e norte-americano no século XIX, e em diversas regiões do mundo no século XX.</p>	<p>Na classe trabalhadora urbana, pela ausência de herança, os laços de autoridade entre pais e filhos se fragilizam. Por outro lado, até o advento da Revolução Industrial, o trabalho artesanal era realizado no espaço doméstico. O artesão ensinava seu ofício a seus aprendizes e filhos e a família trabalhava junta, sob as ordens do mestre-artesão. Com o advento da indústria, o jovem operário sai de casa, portanto da tutela paterna, para procurar seu emprego e obter sua sobrevivência. O pai já não é capaz de determinar a profissão de seu filho e de sustentá-lo, capacidade básica para a reprodução do patriarcado.</p>
<p><b>Expansão dos sistemas educacionais públicos.</b> Fenômeno de países como França, Estados Unidos e, mesmo, Argentina, no século XIX, e em vários países no século XX, e obrigatoriedade de se mandar os filhos para a escola, em diversos países.</p>	<p>A educação, formal ou não, em casa ou em instituições religiosas, norma até o século XIX, sempre foi um espaço fundamental de reprodução do patriarcado, pois é no ensino que se repassam, para além de conteúdos específicos, valores e visões de mundo. Nos sistemas escolares públicos e laicos, meninos e meninas passaram a se encontrar e aprenderam valores que se associavam aos estados Nacionais, não a suas famílias ou tradições religiosas.</p>
<p><b>Emergência dos Estados Nacionais.</b> Fenômeno europeu, norte- e latino-americanos no século XIX, e que se generalizou na Ásia e na África no pós-Segunda Guerra.</p>	<p>Os Estados Nacionais, para além de instituírem sistemas educacionais públicos, minaram o poder do patriarcado ao buscar regular, através de códigos civis ou da jurisprudência, as normas de conduta familiares. Assim, por exemplo, surgiram, ainda no século XIX, as primeiras concepções, positivadas na lei, de que as crianças eram sujeitas de direitos e, portanto, não estavam mais, como até então, entregues ao livre arbítrio de seus pais. A visão da criança como sujeito de direitos foi um elemento importante na deslegitimação do patriarcado.</p>

Emergência do individualismo, do liberalismo, da ideologia do progresso, como valores e visões de mundo hegemônicas na modernidade.

O individualismo, a visão de que o indivíduo é a base da formação da sociedade, e que este indivíduo pode e deve buscar sua felicidade, ascender socialmente e ter uma vida melhor que a de seus pais, contribuiu para minar o patriarcado ao fazer com que os filhos vissem as tradições, religião, relações ou origens familiares como empecilhos à sua ascensão social.

Da mesma forma, a idéia de que o progresso é algo inexorável, que a cada geração acumula-se mais saber, mais ciência, maiores conhecimentos, e que esses ganhos são com frequência combatidos pela tradição, encarnada pelas gerações mais velhas, imersas na superstição e na ignorância, contribuiu para minar a lealdade dos filhos com os pais.

No século XX, além da continuação, do aprofundamento e da ampliação do escopo geográfico desses fenômenos sociais, alguns acontecimentos e a emergência de alguns movimentos sociais revelaram-se fundamentais para a crescente deslegitimação do patriarcado.

Um primeiro movimento social, que ganhou grande força inicialmente nos Estados Unidos e alastrou-se por diversos países, foi o relativo ao direito de voto das mulheres. Até então, o mundo da política e o processo decisório dos destinos dos países eram percebidos como inerentes ao mundo masculino. Apenas em 1919 as mulheres americanas conquistaram o direito de votar. Ao longo do século XX, não apenas as mulheres conquistaram o direito de votar em boa parte dos países do mundo, ou seja, de escolher mandatários, como se tornaram, elas próprias, mandatárias, como atestam os casos de Indira Gandhi (Índia), Golda Meir (Israel), Margareth Thatcher (Inglaterra) e Cristina Kirchner (Argentina).

A experiência da guerra moderna também contribuiu para o ocaso do patriarcado. As guerras do século XX, principalmente a Segunda Guerra Mundial, não foram lutadas apenas por exércitos em campos de batalhas. Foram guerras que vitimaram dezenas de milhões de civis, destruíram cidades e campos, produziram deslocados, exilados e asilados na Europa, África e Ásia e, portanto, eliminaram laços familiares tradicionais, ensinaram

relacionamentos rápidos e fortuitos e produziram milhões de órfãos que foram criados em orfanatos. Em alguns países como a Rússia, a Segunda Guerra produziu uma ausência de homens nas cidades e nos campos, obrigando as mulheres a tornarem-se as responsáveis pela sobrevivência da família. Nos Estados Unidos, o trabalho feminino nas grandes indústrias revelou-se fundamental para o esforço de guerra, proporcionando a milhões de mulheres, pela primeira vez, a experiência de não depender diretamente de seus pais e maridos para a garantia do sustento. Com isso, ganharam não só independência financeira como, crescentemente, sentimental e sexual.



**Betty Friedan**  
(1921-2006)

Nascida Betty Naomi Goldstein em uma família judaica de Peoria, Illinois, e falecida em Washington, Betty Friedan participou de movimentos de esquerda e foi uma das principais líderes do movimento feminista norte-americano dos anos 1960, defendendo, dentre outros pontos, o direito ao aborto. Foi uma das fundadoras da Organização Nacional das Mulheres, nos Estados Unidos.

A experiência feminina durante a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a emergência de um grande movimento social nos anos 1960, o feminista, que colocaria o patriarcado em xeque. O fim da guerra trouxe para casa milhões de homens até então engajados nas Forças Armadas, empurrando as mulheres de volta para seus papéis tradicionais de esposas, mães e filhas. A insatisfação das mulheres com tal situação foi dissecada, em 1963, pela militante feminista **Betty Friedan** em seu *A mística feminina*, no qual analisava o vazio existencial das vidas das mulheres americanas, mães e esposas.

O movimento feminista representou uma tomada de posição das mulheres não só contra o domínio do patriarcado, mas a favor da mulher, de sua livre expressão, de sua participação no mercado de trabalho, de sua realização pessoal, da liberdade sexual e afetiva, de sua participação política, tendo, portanto, um profundo impacto sobre o mercado de trabalho, as relações afetivas, a estrutura familiar e, por conseguinte, sobre o papel e a identidade masculinos.

Acompanhando e impulsionando o movimento feminista, o pós-guerra foi palco da entrada massiva das mulheres no ensino superior na Europa e nos Estados Unidos, o que levou a novos estudos sobre o papel das mulheres, a crítica acadêmica ao patriarcado e a novas aspirações profissionais, afetivas e intelectuais para as mulheres.

Ainda um outro importante elemento que contribuiu para minar as forças do patriarcado foi a emergência, na Europa e nos Estados Unidos, mas também em países como o Brasil, de

sistemas públicos previdenciários e de saúde, além de transportes e habitação. Os chamados Estados de Bem-Estar, muito embora muito diferentes entre si, tinham em comum o fato de que o poder público tornava-se provedor de uma série de serviços que, até então, eram de responsabilidade das famílias. Com isso, o poder das famílias sobre seus membros individuais tendia a diminuir, pois cada cidadão, independentemente de sua filiação, passava a ter direito a tais serviços. Por exemplo, antes do advento dos programas públicos de habitação, a decisão sobre o casamento – sua ocasião e a escolha do parceiro – era grandemente influenciada pelos pais, que decidiam se contribuiriam, ou não, para a união de seus filhos por meio da doação – ou não – de um domicílio. No entanto, com a crescente oferta de habitação subsidiada pelo Estado, jovens apaixonados ganharam maior autonomia para decidir sobre o casamento. Em suma, várias decisões, que até então eram exclusivas dos pais, passaram a ser crescentemente reguladas pelo Estado, com seus agentes de saúde e assistentes sociais que, interferindo nos assuntos diários das famílias, minaram a autoridade dos pais.

Como resultado desses grandes processos sociais, alguns elementos podem ser identificados na grande transformação das famílias ao longo do século XX.

1. Em princípios do século, redes de parentesco bastante extensas, formadas por pais, filhos, cunhados, tios, primos, padrinhos e afilhados, avós, tios-avós etc., participavam da vida familiar cotidiana e das decisões a respeito de casamentos, educação das crianças, compra e venda de propriedades, morte, herança etc. Ao longo do século, a rede de parentesco com incidência sobre a vida cotidiana foi encolhendo, dando lugar a um núcleo familiar mais imediato, formado por pais e filhos (ocasionalmente, avós). Esse desenvolvimento, como todos os outros, é importante lembrar, não ocorreu de forma linear. Assim, em alguns países como os Estados Unidos a vida cotidiana passou a ser compartilhada apenas por pais e filhos menores. Já em várias regiões do Brasil, redes familiares mais extensas participam do dia-a-dia das famílias.

2. Tendo a rede de parentesco se tornado mais enxuta, formaram-se múltiplos núcleos familiares igualmente enxutos. Dois irmãos casados que em princípios do século estariam sob influência paterna, constituindo, portanto, uma mesma família, passaram a constituir duas famílias, com regras próprias de conduta e autoridade.

3. A localização do domicílio de uma família era, em princípios do século, largamente influenciada pela sua rede familiar. Na região ou cidade em que a família tinha propriedades, influência política, redes de proteção social e relações de domínio e dependência, residiam seus membros. Ao longo do século XX, a localização do domicílio de uma família desvinculou-se crescentemente da influência familiar. Em algumas regiões do mundo, tal processo iniciou-se ainda antes do século XX, com os grandes movimentos migratórios internacionais. No século XX, as migrações internas, o êxodo rural, a urbanização etc. tiveram o mesmo efeito. A mobilidade da localização do domicílio contribuiu fortemente para o processo de enxugamento das redes de parentesco e do enfraquecimento do poder do pai sobre os filhos.

4. A escolha do parceiro é mais livre. Em princípios do século XX, os casamentos eram, largamente, definidos por arranjos familiares. Considerações sobre herança, posição política, prestígio, fortuna, compromissos previamente estabelecidos eram parte integrante do processo decisório acerca de um casamento e ficavam, em última instância, a cargo do pai. Em princípios do século XX, tais considerações, que ainda podem existir, ficam a cargo dos próprios envolvidos diretamente no casamento. Por outro lado, as considerações sexuais e afetivas têm um papel que não possuíam em princípios do XX.

5. Em princípios do século XX, a profissão dos filhos era, em grande parte, determinada pela tradição familiar ou pela profissão do pai. Em princípios do XXI, ela é mais indeterminada, ainda que nas famílias com grande patrimônio o pai ainda tenha forte poder de pressão sobre seus filhos.

6. Homens e mulheres percebem-se como iguais no lar, na criação dos filhos e no mercado de trabalho, ainda que mulheres geralmente ganhem menos por atividades iguais e tenham dupla jornada de trabalho.

7. A ênfase na importância da vida afetiva e a inserção da mulher no mercado de trabalho trouxeram importantes alterações nos padrões familiares: maior independência financeira e afetiva das mulheres, novas necessidades de provisão social, como creches, famílias formadas por diversos papéis – pais, padrastos, mães, madrastas, meios-irmãos etc.

8. Crescimento de uniões não reguladas pelo casamento civil ou casamento civil postergado. É crescente o número de jovens que vivem juntos sem se casarem formalmente ou que só se casam após o nascimento dos filhos. Isso não implica dizer que tais uniões não sejam reguladas pelo Estado.

9. Redução do número de filhos por casal, tanto como resultado do planejamento familiar quanto de estratégias de ascensão social (dedicação aos estudos e/ou à carreira, compra de imóveis), que adiam o nascimento de filhos.

É preciso insistir que essas mudanças não são lineares nem generalizáveis. Em diversas sociedades africanas nas quais a educação superior ainda não foi alcançada pelas mulheres, o patriarcado continua forte, e mesmo no Japão, por razões históricas, a emancipação das mulheres é bem mais limitada do que no Ocidente. No que Therborn (2005) identifica como o tipo de família da Ásia do Sul, na Índia, mesmo os pais da classe média urbana ainda escolhem os maridos de suas filhas. E, para se afirmar que as coisas não são lineares, você já sabe que nesse país houve uma primeira-ministra, Indira Gandhi, assim como no vizinho Paquistão, muçulmano, onde Benazir Bhutto também foi primeira-ministra.

Os países muçulmanos, aliás, normalmente associados à resistência do patriarcado, podem surpreender. Na República Islâmica do Irã, a idade média de casamento aumentou desde a

Revolução. Em 1979, na Líbia, a idade média de casamento das mulheres era de 28 anos, próxima à da Europa, e no Egito há mais mulheres do que homens estudando nas universidades. Esses dados apontam para uma crise do patriarcado mesmo no mundo islâmico.



### Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Faça uma pesquisa na internet ou por meio de outros recursos sobre diferenciações culturais nas formas de organização familiar. Procure destacar as características de uma família em uma comunidade indígena, em uma comunidade de algum lugarejo em Angola ou Moçambique, uma comunidade mulçumana na Arábia Saudita e em Nova York. Procure mostrar como as diferenças culturais afetam diretamente a organização da família.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Esta atividade tem o objetivo de estimulá-lo a pensar a família de um ponto de vista culturalmente relativo. Dessa forma, você compreenderá que não existe apenas uma concepção sociológica da família. Ela pode ser identificada em diferentes culturas, mas as suas formas de expressão e organização podem variar bastante de acordo com a cultura considerada.

## CONCLUSÃO

As famílias constituem excelente exemplo da contraposição entre o senso comum e o pensamento sociológico. Certamente você conhece pessoas que consideram suas famílias desajustadas ou, como alguns dizem, “muito loucas”, atribuindo tais desordens aos seus membros, individualmente considerados: um pai no terceiro casamento, sempre enrolado com ex-mulheres e filhos de mães diferentes, uma mãe que trabalha o dia inteiro fora, não cuidando dos filhos como deveria (e por que não os pais?)... Para o senso comum, tais situações fogem à norma de uma família considerada estruturada, formada por um pai provedor, uma mãe presente o dia inteiro e filhos biológicos e bem cuidados.

Tal visão não atenta para o fato de que as estruturas familiares mudaram profundamente ao longo do século XX. Então, se a família do seu conhecido, ou a sua própria, não seguir a estrutura que você julga a correta, tenha consciência de que ela é parte dessa grande transformação.

A Sociologia não busca normatizar o tipo de família correta ou incorreta, equilibrada ou “muito louca”, ela identifica os tipos de famílias e busca compreender suas dinâmicas. São as pessoas que, no senso comum, caracterizam as famílias como certas ou erradas.

Portanto, um olhar sociológico para as famílias constata ao menos duas coisas:

1. que essa família considerada estruturada pelo senso comum fazia parte de uma estrutura familiar patriarcal;
2. que essa família considerada desestruturada pelo senso comum resulta de uma grande transformação histórica e sociológica dos padrões familiares e das próprias sociedades.

É importante lembrar que essas novas famílias colocam novos problemas: a criação dos filhos por pais que trabalham fora, novas relações familiares, como meios-irmãos e crianças

não-irmãs convivendo na mesma casa com padrastos e madrastas, pais que convivem mais com seus enteados do que com os próprios filhos etc. Essas famílias colocam também novas demandas de serviços sociais públicos, nem sempre satisfeitas, como creches e escolas de tempo integral. Se tudo isso pode gerar falta de referências e sofrimento psíquico, é importante lembrar que as famílias tradicionais, patriarcais, ainda hoje por muitos consideradas as corretas, eram, também, fonte de frustração e sofrimento para muitos.

Por outro lado, é importante também não confundir desestruturação familiar com carência de serviços públicos e pobreza. Muitos fenômenos sociais associados à desestruturação familiar, como o abandono dos filhos ao longo de boa parte do dia, resultam com frequência mais de falta de creches, por exemplo, do que de perda de valores familiares.

Em suma, na questão da família, Sociologia e Psicologia têm muito a dialogar.

## *Atividade Final*

---

### **Atende ao Objetivo 2**

Nos anos 1970, o compositor Odair José fez sucesso com uma música chamada "Pare de tomar a pílula", que dizia assim:

Você diz que me adora,  
Que tudo nessa vida sou eu  
Então eu quero ter você  
Esperando um filho meu.

Pare de tomar a pílula  
Porque ela não deixa o nosso filho nascer.  
(...)

Escreva um comentário de cinco linhas a respeito da letra, buscando identificar os novos padrões de relacionamento entre homens e mulheres oriundos da grande transformação do ocaso do patriarcado.

---

---

---

---

---

### Comentário

Você deve ter notado, ao menos, os seguintes aspectos:

1. A relação entre o homem e a mulher é baseada no afeto, ou seja, não é uma relação baseada em arranjos familiares ou que estejam fora do âmbito de escolha dos parceiros.
2. O casal faz sexo, mas a mulher não engravida. Com o advento da pílula, a mulher passou a ter um controle muito maior sobre a sua sexualidade, desvinculando sexo de reprodução. Agora, é a mulher quem controla, em última instância, a reprodução, e isso dá a ela um novo poder sobre o homem, a quem não resta alternativa a não ser pedir a ela que pare de tomar a pílula.

---

## RESUMO

Desde o século XIX, a instituição social da família, assim como as relações desta com outras instituições sociais, foi objeto da reflexão sociológica. Weber, Durkheim e Engels, cada qual a seu modo, buscaram inserir a família em seus escritos sobre a secularização, as estruturas sociais e o materialismo histórico. Ainda no século XIX, Frédéric Le Play contribuiu muito para a sociologia

das famílias, ao fazer estudos comparados entre diferentes tipos de famílias e as regras de herança rural como elementos estruturadores de tais diferentes grupos.

No século XX, as famílias continuaram sendo objeto de reflexão sociológica, que se debruçou, sobretudo, sobre uma grande transformação das estruturas familiares, representada pelo ocaso do patriarcado, ou seja, do poder do homem sobre os filhos e a esposa.

## **Informações sobre a próxima aula**

A questão da identidade, desde o surgimento dos Estados-nação, no século XIX, tem sido densamente discutida pela Sociologia.

As velhas categorias de identidade, especialmente a identidade nacional, parecem estar em declínio tanto quanto a identidade individual. Na próxima aula, você irá conhecer um pouco da chamada “crise de identidade”, que tem desafiado não apenas as ordens sociais como também os instrumentos analíticos da Sociologia, que tem buscado se reinventar, nesse início de século XXI, para dar conta dos novos atores sociais e suas formas de representação identitária.

# Aula 17

Identities,  
diversidade cultural  
e multiculturalismo  
no mundo  
globalizado

## Meta da aula

Apresentar as transformações do fenômeno da identidade em um mundo globalizado.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o processo histórico de transformação das identidades baseadas no indivíduo e no pertencimento nacional para a valorização da diversidade cultural e do multiculturalismo;
2. identificar como as sociedades ocidentais, inclusive o Brasil, vêm enfrentando o desafio de tratar as novas formas de identidade e de pertencimento baseadas na idéia da globalização, na diversidade cultural e no multiculturalismo.

## Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você releia as Aulas 10 e 11 sobre tensão racial, preconceito e integração do negro.

## INTRODUÇÃO

A questão da identidade, ou a chamada crise da identidade no mundo ocidental, pode-se dizer, é um dos temas mais complexos da investigação sociológica nos dias de hoje. Em aulas anteriores, você pôde observar a identidade como uma concepção que desde o iluminismo se baseia, por uma lado, na idéia do indivíduo como pessoa centrada, racional, dotada de interesses; e, de outro, na idéia de pertencimento nacional, de identidade nacional, ou seja, pertencimento a um Estado-nação. Antes do advento da modernidade, nas sociedades tradicionais, as identidades e as lealdades referiam-se às tribos, religiões e regiões que pouco a pouco foram se constituindo em lealdades mais amplas que passam a se autodeterminar culturas nacionais. As fronteiras políticas foram se definindo também como fronteiras étnico-culturais, dando origem ao que conhecemos desde o século XIX como Estado-nação. As experiências revolucionárias na Europa no século XIX foram acompanhadas não raro pela constituição de um Estado, um teto político, a partir do qual as culturas nacionais foram definindo seus contornos, suas normas, seus sistemas políticos e seu *modus vivendi*. A Revolução Francesa, por exemplo, definiria fronteiras nacionais, com língua, cultura, sistema educacional e cidadania próprias, válidas para todos os cidadãos habitantes daquelas fronteiras nacionais e mesmo das colônias francesas. Ser cidadão francês significava observar direitos e deveres relativos ao Estado-nação francês. A Alemanha, por exemplo, só teria uma definição nacional em 1870, com a unificação do Império. Na modernidade, cada uma dessas nações, as velhas e as novas, passam a adotar uma narrativa nacional própria, com símbolos e representações que serão cultuados pelos cidadãos de cada uma dessas nações. Cada nação terá história, cultura popular, folclore, símbolos, rituais que, em conjunto, vão garantir poderoso significado à vida dos indivíduos e uma sensação de pertencimento e proteção, sugerindo forte elo entre indivíduos que, embora não se conheçam, sentem-se como um corpo, como parte de algo maior do

que eles individualmente: a nação, ou melhor, um povo. A massa, fenômeno do século XIX, se moverá agora por uma causa, uma bandeira, símbolos, cultura e história. O pertencimento nacional e o nacionalismo transformaram-se em fenômenos tão poderosos que as guerras mundiais demonstrariam ser palcos trágicos de exibição desses nacionalismos. Quantos morreram ou foram mutilados em nome da “nação”, de seus interesses e ambições? Dizem que Marx teria acreditado que a identidade de classe e a solidariedade entre os operários, sobretudo na Europa, seria uma importante barreira para que os países europeus não entrassem em guerra. Ele achava, por exemplo, que jamais um operário francês mataria um operário alemão. O pertencimento à classe social se mostraria mais forte, para ele, do que o sentimento de pertencer a uma nação. Não foi isso que se viu. Na Primeira Guerra Mundial foram perdidos em torno de 10 milhões de vidas humanas. Na Segunda Guerra, entre 50 a 60 milhões de vidas foram perdidos. O pertencimento à classe social nesses dois palcos de guerra nunca foi um empecilho para que os europeus se matassem uns aos outros. Você deve estar se perguntando: Como isso foi possível? O mesmo questionamento tem sido feito pela Sociologia em relação à fortíssima lealdade que os indivíduos demonstram à nação. Algumas conclusões foram alcançadas:

1) Pertencer a uma nação garante ao indivíduo a sensação de possuir uma história, uma temporalidade e uma continuidade. É como se ele fosse possuído, em conjunto com outros indivíduos, seus co-cidadãos, um passado, um presente e um futuro. A vida do indivíduo fica conectada a um destino nacional que preexiste a ele e que continuará após a sua morte. Tudo que acontece à nação acontece igualmente ao indivíduo. Tanto a tradição e a sua herança são valorizadas quanto à idéia de um futuro grandioso e promissor.

2) As nações vão criando mitos de fundação (por exemplo, o mito brasileiro das três raças), narrativas históricas (o “descobrimento” do Brasil com os portugueses encontrando os indígenas e trocando objetos), culturas (religiosidades, comidas, hábitos, ritos, folclore),

mitos (“o Brasil é o país do futuro”, “o Brasil é um paraíso racial”, “Deus é brasileiro”), símbolos (a bandeira nacional) e características singulares e mesmo exóticas (“brasileiro é bom de bola”, “a mulata é a tal”).

3) a nação é sempre imaginada: a) o indivíduo nunca irá conhecer todos os seus co-cidadãos, sequer ouvir falar sobre cada um deles. A nação seria a soma de indivíduos anônimos que apenas imaginam tomar parte de algo em comum; b) por maior que seja a nação, ela é sempre imaginada como limitada por fronteiras bem definidas; c) ela é sempre imaginada como soberana e autônoma, livre para tomar as suas próprias decisões; d) ela é pensada como uma comunidade fraternal, na qual seus indivíduos se imaginam como parte dessa totalidade, como “irmãos” e solidários uns com os outros.

## Identidades hoje

A reflexão sociológica transformou a concepção de indivíduo em algo bastante mais complexo. Ela foi capaz de apreender esse indivíduo não como uma célula apenas particular e autônoma, mas, ao contrário, como um ser em interação constante com outros seres e permanentemente desafiado pelos estímulos do mundo, sejam esses desafios materiais, culturais, morais ou subjetivos. O sujeito individual, nesses termos, além de sua “essência” interior, esteve permanentemente exposto ao mundo exterior. A articulação entre o mundo íntimo, ou privado, e o mundo público resultava em uma concepção mais completa de indivíduo. Este não era apenas considerado em sua dimensão abstrata, conforme a definição iluminista, mas era também considerado como um ser imerso na história e na vida social, em diálogo com outros indivíduos. As bases da identidade encontravam-se nas dimensões de sua interioridade, por um lado, e no seu pertencimento a uma vida coletiva cultural, social e mesmo nacional; por outro, garantindo-lhe integridade e unicidade.

A chamada pós-modernidade, ou modernidade tardia e globalizada, virou esse mundo da identidade integrada de ponta-

cabeça, e hoje a identidade é mais um mosaico, ou, se quisermos, mais um fragmento de várias possibilidades, que podem ser contraditórias e ambíguas, variáveis e provisórias. O desafio da Sociologia hoje se encontra justamente em tornar mais compreensível essas novas identidades. Essa definição de identidade, hoje mais complexa, deve dar conta do fenômeno da identidade como algo mais mutante do que estável, mais fragmentado do que coerente, mais histórico e cultural do que biológico, e mais contraditório do que racional e previsível. Vamos tentar compreender de maneira mais concreta essa modificação.

Tomemos como exemplo o processo de eleição para a presidência dos Estados Unidos que opôs o democrata Barak Obama ao republicano John McCain. Podemos considerar esses dois candidatos como indivíduos que se definem essencialmente por valores da democracia americana, ora mais conservadora, ora mais liberal, ora mais republicana, ora mais democrata, e que se diferenciam basicamente por seus interesses quanto ao mundo que eles desejam construir: o democrata mais protecionista em relação ao livre mercado, mais pacifista nas relações internacionais, mais tolerante com os imigrantes ilegais e mais distributivo quanto à renda; o republicano mais adepto do livre mercado, mais ambicioso e heróico nas relações internacionais, menos tolerante com os imigrantes ilegais e menos intervencionista nos impostos. Essa versão que salienta dois indivíduos cujas identidades apenas se diferenciam pelos interesses não é suficiente hoje para a compreensão de outras variáveis que estiveram em jogo nas eleições americanas. Vejamos. Esses indivíduos não são apenas indivíduos racionais e interessados, são também indivíduos que possuem histórias próprias cujos valores os diferenciam. São indivíduos cuja definição “racial” os torna diferentes. São também indivíduos culturalmente diferenciados. Houve uma série de aspectos além do fator “indivíduo” que tornaram a identidade ou o “jogo das diferenças identitárias” algo altamente relevante para a definição das eleições nos Estados Unidos. Obama é filho de negro africano com branca americana, cresceu na Indonésia, estudou em Harvard, considera-se e é considerado

negro (ou afro-americano) na sociedade americana; McCain é filho de pais brancos, nascidos nos Estados Unidos, é herói de guerra, lutou no Vietnã, e é considerado como branco protestante nos Estados Unidos.

O eleitor, diante dessas escolhas, pode levar em consideração apenas o fato de se tratar de indivíduos cujas plataformas se diferenciaram objetivamente; pôde considerar que se tratava de candidatos politicamente diferentes. O eleitor pôde, contudo, não basear suas preferências pelas diferenças de plataformas políticas, mas sim definir sua preferência pela identidade racial do candidato. O seu cálculo pode ter sido baseado na relevância que ele dava à questão da identidade e dos múltiplos fatores que a definem no mundo de hoje. O cálculo de escolha eleitoral pôde ter como alvo tanto a identidade nacional quanto a identidade racial, ou a identidade religiosa, ou a formação profissional, ou a identidade sexual de cada candidato, não raro como questões decisivas na hora de o eleitor escolher em quem votar.



Você pode estar tentando entender esse exemplo de várias perspectivas. O que se sugere como um ponto importante a ser sublinhado é que a identidade “nacional” não define unicamente nos dias de hoje o pertencimento ou as lealdades dos indivíduos. A identidade nacional é uma identidade possível em um leque cada vez mais extenso de definições identitárias. Dependendo das circunstâncias, uma ou outra identidade pode ser mais ou menos ativada. Esses pertencimentos e lealdades diversos tornam o problema da identidade altamente complexo. Hoje, o indivíduo pode possuir várias filiações e as suas identidades podem se basear tanto em critérios ditos mais essencialistas (raça, etnia, gênero) quanto em critérios mais circunstanciais (profissionais, políticos, de classe social etc.).



### Atende ao Objetivo 1

1. Com base nos quadros anteriores, procure definir, dando exemplos, como os brasileiros imaginam a sua nação, ou seja, que características os brasileiros realçam quando se referem ao seu sentimento nacional.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

Embora o nacionalismo se constitua um fenômeno universal, ou seja, quase todas as nações, sobretudo as ocidentais, passaram a se constituir como nações soberanas, as suas expressões são especialmente particulares. Cada nação inventa a sua cultura, os seus símbolos, as suas narrativas históricas, os seus mitos de fundação, os seus atributos e muito raramente os seus defeitos.

---

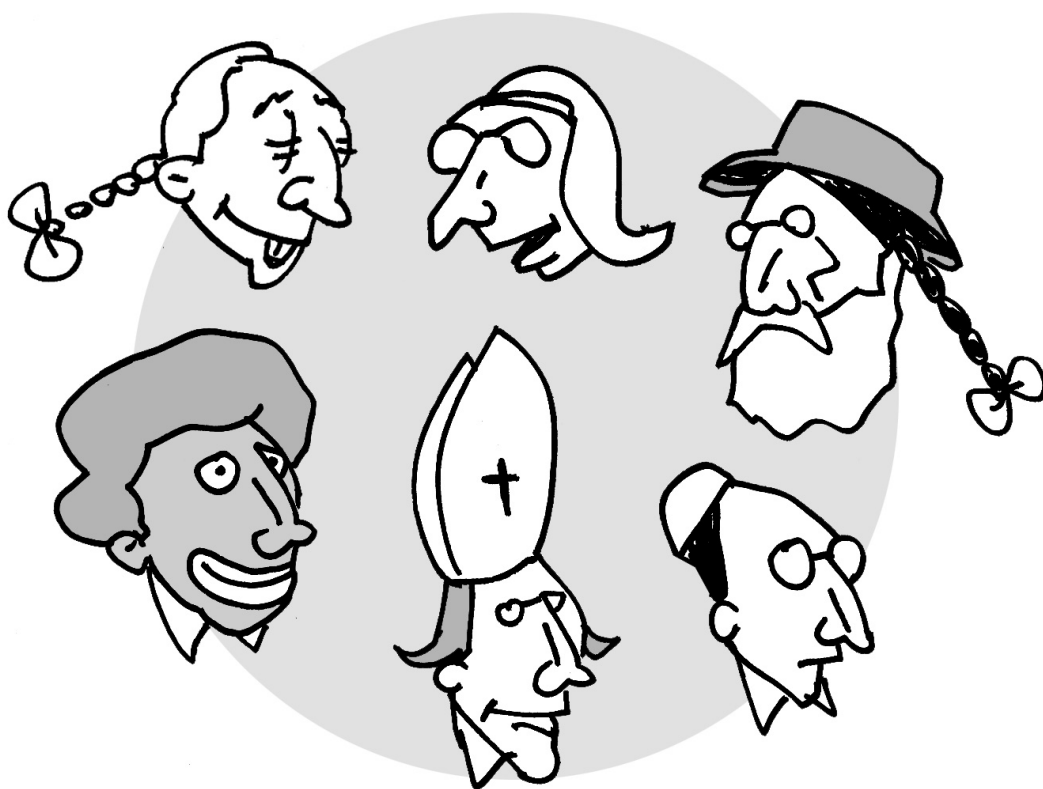
## Políticas de identidades

O grande desafio que o mundo ocidental tem enfrentado nos últimos trinta anos é o de tornar plausível e moralmente procedente as relações entre o indivíduo integrado e universal do iluminismo e a manutenção das diferenças, particularmente de raça, gênero e etnia. Essa não parece ser tarefa das mais fáceis. O foco dos governos democráticos em tempos de globalização e valorização da diversidade manifesta-se por meio da chamada “política da identidade” ou “política de reconhecimento das diferenças”, isto é, em maior tolerância à diversidade identitária, como mulheres, gays, negros, minorias nacionais, grupos étnicos e lingüísticos. Esses grupos (minorias, em geral) pautam os seus pleitos políticos como uma espécie de reação aos obstáculos observados quanto à sua incompleta inclusão nos Estados-nação (especialmente populações das antigas colônias européias na África e na Ásia, ou imigrantes latino-americanos nos EUA). Historicamente, a moeda de troca da igualdade e da cidadania política para os membros desses grupos minoritários tem significado assimilação, ou seja, renúncia de suas particularidades culturais, étnicas e religiosas. Por exemplo, um indivíduo paquistanês de religião muçulmana que vive em Londres ou em Paris será sempre objeto de dúvidas ou desconfianças sobre a sua capacidade de se assimilar à cultura majoritária, de adotar valores universais ou da cidadania nacional. Ele é sempre

**Paradigma**

Representação de um padrão a ser seguido; modelo, matriz filosófica ou teórica, compartilhada por membros de uma comunidade, seja ela científica, cultural ou política; regras, normas e regulamentos que interferem na vida das pessoas.

visto como um indivíduo que não consegue se desfazer de sua cultura e religiosidade particulares, vistas em muitos casos como incompatíveis com os valores da democracia. Todavia, esse indivíduo paquistanês muçulmano que vive em Paris quer ser respeitado pelas suas diferenças. Ele quer ser respeitado como um muçulmano. Ele não quer esconder a sua religiosidade particular. É nesse cenário de lutas, a um só tempo por igualdade e por reconhecimento das diferenças de identidade, que o multiculturalismo emerge como um **paradigma** político.



O que é multiculturalismo? É sem dúvida alguma um dos fenômenos mais complexos em curso hoje no mundo ocidental. Contudo, longe de se expressar de maneira clara, ou seja, de maneira não controversa, o fenômeno do multiculturalismo pode significar coisas diferentes e com variadas implicações.

## Sobre o multiculturalismo

Uma versão mais corrente desse fenômeno define-o em contraste e em oposição ao nacionalismo e ao individualismo. Desde o século XIX, o modelo de Estado-nação considera serem homogêneas as fronteiras política e cultural de uma nação. Por exemplo, o cidadão francês que habita as fronteiras políticas da França porta um repertório de características culturais, lingüísticas e até religiosas que o tornará diferente do alemão, que portará outras características. Para os multiculturalistas que diagnosticam hoje a falência do modelo iluminista de indivíduo e de cidadão do Estado-nação, as sociedades globalizadas estão muito mais próximas de um desenho de diversidade e de fragmentação de grupos e culturas do que de uma estrutura de sociedade culturalmente homogênea.

Se você visita hoje cidades como Londres, Paris, Berlim ou Nova York, verá que as populações nesses grandes centros se caracterizam por uma enorme diversidade. Há negros de ascendência africana, negros de ascendência caribenha, há muçulmanos do norte da África, do Oriente Médio, da Índia, do Paquistão, do Irã, da Turquia. Há católicos do Líbano e das Filipinas, há hindus de várias procedências, da Índia, do Paquistão, há chineses, tibetanos, judeus ortodoxos, enfim, uma variedade complexa de diferentes culturas, cores e religiões convivendo ora harmônica, ora tensamente, nesses contextos democráticos. Você pode estar refletindo sobre esse cenário de modos variados também. Por um lado, essa diversidade mostra-se como algo extremamente interessante, multicultural e multicolorido. Imediatamente pensamos: Por que não? Por que pessoas com culturas e religiões diferentes não podem viver umas com as outras? Por que isso se transformou em um problema? Por que as pessoas não exercitam com mais vigor a tolerância, a predisposição a aceitar o diferente?

Nesse ponto é que a investigação sociológica deve ser mais atenta, mais crítica e mais criteriosa. O sociólogo sabe que o fato de se imaginar um mundo em que as pessoas possam ser respeitadas em

## Grupos diaspóricos

Grupos que se deslocam de suas regiões de origem e reconstroem suas identidades em novos lugares, sem se prenderem definitivamente a esses novos lugares. Populações em trânsito constante. Historicamente, dois grupos caracterizavam bem a idéia de diáspora: os judeus e os ciganos. Esses eram considerados grupos “errantes” (os judeus até 1948, com a criação do Estado de Israel), sem uma terra de si próprios, e espalhados por todo o mundo. Se antes esses grupos apareciam como os “sem lugar” em um mundo constituído de Estados-nação, agora os grupos diaspóricos, muitas vezes por escolha, se espalham em diferentes contextos, criando redes de apoio e solidariedade globais.

suas diferenças na prática pode não funcionar tão harmonicamente assim. Vejamos o porquê.

O encurtamento do mundo com a globalização, ou seja, o intercuro crescente de culturas, e a revolução tecnológica e virtual diminuíram as distâncias geográficas, promoveram transposições de fronteiras políticas por **grupos diaspóricos** em constante movimentação em busca de melhores condições de vida ou mesmo em busca de paz, sobretudo grupos perseguidos em seus contextos de origem. Nos contextos clássicos de Estados-nação, observa-se, desde a segunda metade do século XX, o aumento de grupos étnicos e religiosos diversos que migram de seus países de origem buscando melhores condições de vida. É claro que nesse contexto o intercuro cultural transforma-se em algo bastante interessante. As possibilidades de se conhecer novas culturas por intermédio de vestuário, comida, hábitos, línguas, música e cultura transformam o multiculturalismo em uma possibilidade harmônica, vivaz e interessante. Para um ocidental, essa diversidade aguça uma enorme curiosidade, e ele pode passar a adotar diferentes hábitos de diferentes culturas. Ele pode fazer yoga, comer comida chinesa, vestir uma roupa indiana, tornar-se budista ou comer **comida kosher**. Você deve estar achando tudo isso muito interessante e atraente, não?

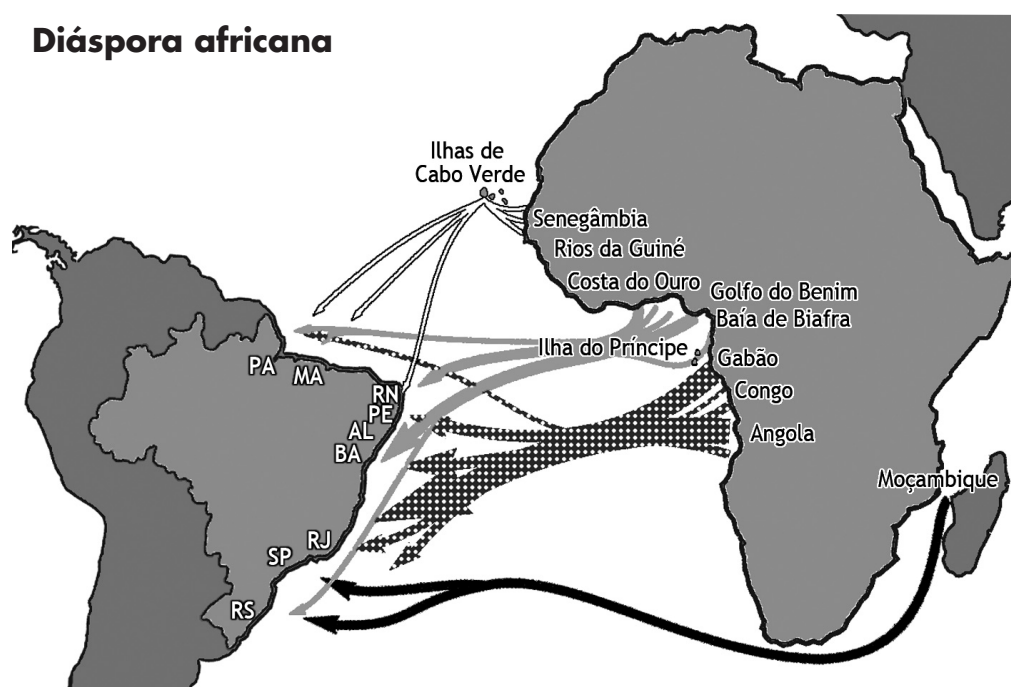
### Comida kosher

Alimento judaico preparado de acordo com os preceitos bíblicos. *Kasher* ou *kosher* significa “permitido”, “apropriado”. As leis judaicas só permitem o consumo de animal ruminante. A carne de porco é rigorosamente proibida. A comida *kosher* precisa da aprovação de um rabino e leva um selo de qualidade.

Contudo, se você leva o multiculturalismo seriamente em conta, verá que ele não se caracteriza apenas pelas dimensões mais aparentes das diferentes culturas. Do ponto de vista político, ele pode ser algo bem diferente. Vejamos.

Uma versão mais política do multiculturalismo reconhece que os grupos diaspóricos são justamente aqueles que de uma forma ou de outra se encontram na posição de minorias e, mais do que isso, de minorias historicamente oprimidas e discriminadas. O multiculturalismo, nessa perspectiva, representa a luta pelo reconhecimento das necessidades particulares desses grupos e de seu florescimento cultural mesmo em contextos nacionais que pretendem possuir uma cultura majoritária. Alguns exemplos podem tornar clara essa questão. Procure pensar nos argelinos que migraram para a França depois da Segunda Guerra Mundial, ou nos jamaicanos, antigos colonos do Império britânico, imigrando para Londres. Ou nos muçulmanos que buscam escapar dos conflitos que assolam as suas regiões de origem. Como esses indivíduos se percebem e são percebidos nesses contextos nacionais majoritários? Como minorias sem direitos ou como cidadãos que devem ter seus direitos reconhecidos, ainda que não pertençam à identidade nacional majoritária?

## Diáspora africana



Com efeito, o multiculturalismo funciona como claro desafio ao modelo iluminista e universalista dos Estados-nação. O curioso dessa história, como você pode constatar, é que com a emergência dos Estados-nação no século XIX, o que estava em jogo era exatamente a luta para que todas as minorias pudessem participar e se integrar às nações que buscavam comunicar uma cultura homogênea. A França, por exemplo, buscava integrar os grupos minoritários que se encontravam dentro das fronteiras da nação francesa, exigindo-lhes que adotassem a cultura francesa e abrissem mão de suas culturas particulares. Esse foi o caso dos judeus que tiveram de demonstrar fidelidade à nação francesa para obter a cidadania ainda no século XIX. Agora, com o paradigma multiculturalista, o que se pretende é justamente o contrário. O que importa é que esses grupos, que antes teriam sido forçados a se integrar a uma cultura homogênea, sejam politicamente reconhecidos sem que para isso tenham de abrir mão de suas culturas particulares no espaço público.



---

### Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Considere a seguinte situação:

Imagine que em São Paulo a prefeitura decreta uma lei exigindo que as escolas públicas proíbam a entrada de alunos com qualquer indumentária religiosa; que, por exemplo, proíbam que os cristãos usem o crucifixo, que os judeus usem o solidéu (barrete ou chapeuzinho usado pelos judeus religiosos) e que as alunas muçulmanas usem a *burqa*; imagine agora uma escola pública na qual todos podem exibir a sua indumentária religiosa e que sejam oferecidas disciplinas para cada religião. Os cristãos então assistiriam a aulas sobre cristianismo, os judeus sobre judaísmo e os muçulmanos sobre islamismo. Como você avalia cada uma dessas situações e qual delas você considera a mais democrática?

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Em vários contextos europeus, podemos observar o debate sobre até que ponto a proibição da indumentária religiosa em escolas públicas é uma violação do direito à liberdade religiosa. Muitos acreditam que em escolas públicas deva prevalecer a neutralidade laica, ou seja, se é uma escola pública, todos devem se vestir da mesma maneira. Há outros, contudo, que acreditam que ninguém deve ser impedido de se vestir da maneira que quiser e que as particularidades religiosas devem ser respeitadas. Esse é um importante debate na França, na Inglaterra, na Dinamarca. Há dúvidas sobre que paradigma adotar: o liberal e republicano que percebe o espaço público como universal, como um espaço que não deve ser invadido por particularismos, ou o multiculturalismo, que acha que o respeito às diferenças e à diversidade cultural é algo fundamental para a vida dos indivíduos.

---

## Uma visão mais histórica do multiculturalismo

O multiculturalismo é bastante identificado com os discursos anticolonialistas. Os impérios europeus realizaram a partilha da África e de vários contextos asiáticos, e, com o fim da colonização, ou seja, com a independência das colônias, muitos dos colonos que haviam sido educados na língua inglesa ou na francesa ou

na portuguesa (os casos de Angola, Moçambique e Cabo Verde) resolveram tentar uma nova vida nos “impérios”. A língua nesse caso não seria um empecilho, pois eles haviam aprendido a língua dos colonizadores nas escolas. Eles então resolveram fazer o movimento inverso ao que fizeram os colonizadores no final do século XIX. Tal migração das “periferias” para os centros nem sempre foi tolerada pelos governos (francês, inglês, português, alemão, etc.). Alguns fatores contribuíam para essa intolerância:

1) o fato de serem povos oriundos de regiões pouco desenvolvidas;

2) o fato de a cor da pele, ou a “raça”, ser diferente: ou negros, ou pardos, ou amarelos;

3) o fato de muitos professarem diferentes religiões (especialmente muçulmanos);

4) o fato de muitos pertencerem a etnias com hábitos e culturas muito diferenciadas dos contextos da Europa ocidental.

Em uma análise mais aprofundada do multiculturalismo, há que diferenciá-lo sobretudo quando se trata de explorar suas implicações para a estabilidade da ordem democrática. Há um autor americano, chamado Stanley Fish, que propõe dois modelos de multiculturalismo: o primeiro, que ele chama de “multiculturalismo de butique” ou de “supermercado”; e o segundo, que ele chama “multiculturalismo forte”. No primeiro caso, o multiculturalismo se expressa naquelas sociedades democráticas cujo mercado de consumo e lazer exhibe todo o exotismo das diferenciações culturais e étnicas que vão desde a comida indiana, por exemplo, até as roupas de colorido africano, passando pelo charme de se comer uma comida *kosher* sem ser judeu. Para Fish; essa versão de multiculturalismo possui implicações muito pouco conflitivas do ponto de vista das interações sociais e culturais. O reconhecimento da legitimidade das diferenças, a simpatia e empatia por diferentes tradições culturais e religiosas, desde a música até o vestuário e a comida, não altera, nessa versão de multiculturalismo, o mundo

das crenças racionais e universalistas. Entretanto, ainda segundo esse autor, essa disposição pacífica e empática do “multiculturalismo de butique” em relação às diferenças culturais cessa de ser tolerante e transforma-se em um problema à medida que esse “outro diferente” quer ultrapassar, ou desconsiderar que o limite de todas as diferenças encontra-se na idéia universal de “ser humano” ou “humanidade”. Ou seja, nem todas as culturas trocam a sua verdade particular por uma verdade universal, ou em razão de se considerar acima de tudo a humanidade. Neste caso, estamos diante de um “multiculturalismo forte” que valoriza a diferença, a particularidade, em detrimento da idéia de humanidade ou de universalidade. A perseguição ao escritor indiano de origem muçulmana Salman Rushdie, que vive na Inglaterra, exemplifica a intolerância presente em culturas e religiões que não aceitam qualquer crítica aos seus pressupostos.



### O caso Salman Rushdie

Salman Rushdie é um escritor indiano de origem muçulmana que estudou na Inglaterra e até hoje lá vive. Em 1989, ficou conhecido pelo mal-estar que seu livro, *Versos satânicos*, lançado à época, teria causado no mundo islâmico. O aiatolá Khomeini, que vivia no Irã, condenou Salman Rushdie acusando-o de profanar em seu livro o profeta Maomé. Ordenou que todos os fiéis muçulmanos queimassem cada exemplar do livro e que tentassem matar o escritor em nome da fé islâmica. Diante dessa sentença de morte, o escritor Salman Rushdie teve de viver no anonimato e isolado, devido à brutal ameaça que colocava cada fiel muçulmano como seu potencial perseguidor e assassino. Até hoje Rushdie vive na Inglaterra cercado de todo cuidado.

Como vimos, o fenômeno do multiculturalismo possui fôlego invejável. Ele pode tanto representar uma versão mais pacífica de convivência entre diferentes culturas no mundo ocidental, umas respeitando as outras, como pode indicar algo bem diferente: diferentes

culturas e religiões vivendo para si, como minorias culturalmente auto-suficientes, cada uma com a sua própria verdade e convicção, vivendo privadamente fechadas e exigindo o respeito público ao seu modo de vida diferenciado. A política de reconhecimento da diferença é um dos aspectos mais importantes do multiculturalismo. Neste caso, ao contrário do modelo de Estado-nação, pretensamente homogêneo e cuja política é marcada pela cidadania universalista, o que temos nesse novo mundo globalizado e multicultural são sociedades marcadas por divisões étnicas, raciais e culturais que não estão necessariamente dispostas a interagir umas com as outras. Até para a Sociologia é difícil dar conta da particularização das identidades, o seu desejo de expressão e os limites dados pelos Estados-nação a essas expressões de culturas particulares. A dificuldade de tratar sociologicamente esse tema é que ele acaba mobilizando escolhas políticas que muitas vezes contaminam a pesquisa e o trabalho objetivo do sociólogo.

## **O caso brasileiro**

E no Brasil, pode-se dizer que vivemos os desafios do multiculturalismo, tal como se observa em alguns contextos europeus e norte-americanos?

Sim e não. A sociedade brasileira possui uma história muito peculiar, e a presença de diferentes grupos raciais, étnicos, imigrantes e religiosos não resultou, como pudemos observar em outros contextos, em conflito mais explícito. As formas pelas quais o Brasil se auto-representou como identidade nacional, sobretudo após a abolição, diluíram, por assim dizer, os contrastes, os conflitos e as tensões entre os diferentes grupos. Por muito tempo o Brasil viveu a crença de que era um país culturalmente inclusivo, no qual todas as “raças” (branco, negro e indígena) eram reconhecidas como parte fundante do país e, mais do que isso, que elas sempre se misturaram. Essa crença buscava consolidar a idéia de que o Brasil era uma “democracia racial” e que o preconceito entre raças

e culturas não existia. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, o romance de Mário de Andrade de 1928, é uma evidência de como a mestiçagem, para o bem ou para o mal, era parte do imaginário cultural brasileiro. Você deve se lembrar da história de Macunaíma. Macunaíma teria nascido preto como a noite, de mãe índia, e depois tornou-se branco ao sair da mata virgem para conhecer a cidade. Esse personagem que contempla em si mesmo todas as raças e mostra um pouco as ambigüidades do povo brasileiro permanece até os dias de hoje como emblemático para aqueles que preferem olhar para o Brasil com as lentes da mestiçagem.

Todavia, vivemos hoje na sociedade brasileira um embate entre a crença nos valores da mistura, da miscigenação entre raças e culturas, que desde as décadas de 20 e 30 do século XX define o “povo brasileiro”, e uma nova crença, só que agora nos valores da diferenciação racial e cultural. A essa última crença não mais interessa manter uma auto-imagem brasileira da mistura e da harmonia. Ao contrário, as diferenças de identidade, as desigualdades “raciais”, as injustiças são aspectos mais evidenciados por essa nova crença. Nos últimos dez anos o Brasil vem experimentando uma mudança nas suas formas de identidade, e o que antes era simplesmente assumido como identidade nacional abrangente ou como cidadania inclusiva, a despeito das diferenças raciais, étnicas, religiosas, culturais e sexuais, hoje se apresenta como algo relativo. As políticas republicanas de cidadania inclusiva sempre se mostraram, para os adeptos da crença da diferenciação identitária, uma abstração, algo que não incluía todos os brasileiros. O que mais se perguntava era: Quem efetivamente se beneficiou da cidadania republicana? As oportunidades no mercado de trabalho foram igualmente oferecidas para todos? A política do reconhecimento afirma os limites da cidadania republicana e visa relativizar o caráter universal das políticas públicas.

No Brasil, diferentemente de outros contextos, o debate sobre raça é o que mais diretamente se apropria dos valores do chamado multiculturalismo. Em outros contextos, grupos imigrantes,

## **Ações afirmativas**

Segundo a definição corrente norte-americana, as chamadas políticas de “ação afirmativa” são medidas ou métodos introduzidos por novos arranjos na legislação dos direitos civis e por ordem do poder executivo, segundo os quais autoridades públicas federais, estaduais e locais, empresas privadas, instituições universitárias privadas e públicas e diversas instituições que recebem ajuda federal ou estão sujeitas à regulação do governo, devem dedicar maior atenção à raça e à etnicidade nos EUA.

## **Cotas raciais**

medidas adotadas por alguns governos que criam reserva de vagas em instituições públicas e privadas, buscando beneficiar grupos raciais vítimas de prejuízos devido ao racismo. Para implantar tal sistema é preciso que se diferencie claramente as “raças” no contexto em que se pretende adotar as cotas raciais.

grupos raciais, grupos étnicos e grupos religiosos lutam pelo direito ao reconhecimento das suas diferenças, tornando o debate político muito mais abrangente. No Brasil, a luta pelos direitos da mulher desde os anos de 1970 não chega a desqualificar a cidadania republicana. O que as mulheres desejavam naquela ocasião não era demarcar a sua diferença, mas conquistar a igualdade de direitos com os homens. Desde o início do século XXI, já sob a influência do paradigma multiculturalista, os valores da diferença racial baseiam-se na idéia de que as raças na história do Brasil foram diferencialmente tratadas, ou seja, os brancos teriam tido mais oportunidades do que os negros tanto no período da escravidão quanto no período após a abolição. As desigualdades sociais entre essas duas “identidades raciais” seriam uma clara evidência de que os brancos foram favorecidos e os negros sempre prejudicados. O mais interessante é que, no Brasil, o debate multiculturalista restringe-se basicamente ao tema racial.

Você já sabe que em um mundo globalizado como o nosso as idéias produzidas em um determinado contexto muitas vezes são adotadas em outros contextos. Os pleitos políticos associados aos direitos humanos exigiram que o governo brasileiro adotasse algumas políticas públicas já experimentadas em outros contextos, especialmente nos Estados Unidos, cujo reconhecimento das diferentes identidades raciais e as iniciativas para torná-las menos desiguais fosse efetivamente afirmado. É nesse momento que o multiculturalismo ganha terreno no Brasil. Iniciam-se, no campo da política, já desde o governo Fernando Henrique Cardoso, tentativas para a diminuição das desigualdades, por exemplo, entre negros e brancos no Brasil. O debate sobre **ações afirmativas e cotas raciais** surge nesse contexto.

Considerando essa nova política, baseada nos princípios do multiculturalismo, o governo passou a enfatizar as ações afirmativas, especialmente nas universidades. Algumas universidades tentaram adotar o sistema de cotas, e para que essa iniciativa pudesse ser realizada, foi necessária a definição da “raça” à qual o estudante pertencia. Para beneficiar a raça negra, era necessário que se

definisse quem seria ou não negro no Brasil. Justo neste ponto a controvérsia se instaurou. Como você pôde ver anteriormente, a população brasileira não apenas é miscigenada, ou seja, misturada, como historicamente se auto-representa dessa maneira. O que se perguntava, então, era: Como definir quem é negro e quem é branco no Brasil?

Então, voltamos agora para um ponto anteriormente tocado. O multiculturalismo no Brasil seria de “butique” ou um “multiculturalismo forte”. Lembre-se de que Stanley Fish nos diz que o “multiculturalismo de boutique” embora cultive as diferenciações aparentes (vestuário, comida, cultura), em última instância acredita que a humanidade é uma só e, justo por isso, acrescenta que a tolerância e a convivência entre diferentes é possível. O “multiculturalismo forte”, ao contrário, acredita que as diferenças de identidades devem ser assumidas como diferenças. Cada grupo tem as suas visões de mundo, suas crenças e suas verdades. A convivência entre eles não é necessariamente pacífica. A convivência entre diferentes teria de ser então regulada pela política. Os governos deveriam criar as condições para que esses grupos se sintam reconhecidos e igualmente tratados e respeitados. O papel do governo e do Estado em condições de “multiculturalismo forte” seria particularmente fundamental.

## CONCLUSÃO

Você pôde identificar nesta aula uma mudança muito importante no contexto europeu, norte-americano e também latino-americano. Tentou-se mapear a maneira pela qual a identidade individual do iluminismo e a identidade nacional, que é forjada no âmbito do Estado-nação, ambos fenômenos da modernidade, vêm sofrendo uma profunda fragmentação em nome de novas formas de representação identitária. O fenômeno da globalização e o encurtamento das distâncias entre povos e nações tornaram atraente

a idéia da valorização da diversidade cultural, e os grupos passaram a reivindicar o reconhecimento das suas identidades particulares em meio às sociedades que possuem culturas majoritárias. Isso ocorre mais vivamente no contexto europeu e norte-americano, inclusive no Canadá. Vimos que essa valorização da diversidade e da diferenciação encontra no paradigma multiculturalista a sua formulação filosófica e política. Vimos também que esse multiculturalismo pode ser mais brando, mais superficial ou pode ser mais vigoroso, muitas vezes tenso e conflitivo. No caso brasileiro, o multiculturalismo, a diversidade e a diferenciação ganham a forma de debate racial que opõe negros e brancos e a luta pela diminuição das desigualdades sociais.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Voce deve saber, principalmente pelos jornais, que as universidades brasileiras estão pouco a pouco adotando o sistema de cotas, inclusive cotas raciais. Essas políticas não caíram do céu. Como você viu anteriormente, elas já são adotadas em outros contextos e se valem dos princípios do multiculturalismo.

Imagine que você faça parte de uma comissão que vai julgar quem pode ou não se beneficiar da cota racial na universidade. Você, então, depara-se com o seguinte caso: dois irmãos desejam entrar na Universidade X e concorrem ao vestibular pelo sistema de cotas raciais. Os dois nasceram no mesmo bairro, são filhos do mesmo pai e da mesma mãe, mas um nasceu com a pele mais escura e o outro nasceu com a pele mais clara. A comissão da qual você é parte, ao ver as fotos, resolve que o de pele mais escura tem direito à cota racial e o de pele mais clara, não. Como você julgaria essa questão?

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Não existe uma resposta única para esta questão. Existem, inclusive, muitas controvérsias sobre o assunto. Procure ler o máximo que você puder, em jornais, revistas ou na internet para chegar a uma conclusão.

---

## RESUMO

As transformações em curso neste início de século são muitas e complexas. As novas formas de identidade não se limitam ao indivíduo ou à identidade nacional. Hoje, podemos adotar várias identidades, do indivíduo à identidade nacional e agora identidade cultural. O paradigma multiculturalista tenta dar sentido a esse novo fenômeno de reconhecimento das diferenças identitárias, e o Brasil vem pouco a pouco adotando essa perspectiva, sobretudo em relação ao tema racial ou das diferenças raciais.

## Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai entrar em contato com a sociologia do trabalho, com ênfase nas discussões sobre processos produtivos na grande indústria e os seus impactos sobre o conjunto da sociedade. Em particular, você vai conhecer a chamada organização científica do trabalho, como o taylorismo e o fordismo.



# Aula 18

Mudanças  
no mundo  
do trabalho I

## Meta da aula

Apresentar o taylorismo e o fordismo como formas hegemônicas de organização da produção industrial até a década de 1970, de modo a introduzir a questão das mudanças no mundo do trabalho que se observam a partir de meados da década de 1970.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a lógica e os limites do taylorismo;
2. reconhecer a dinâmica do fordismo.

## Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você releia a Aula 4, "Marx e Durkheim", Aula 6, "O pensamento sociológico nos Estados Unidos e a Escola de Chicago".

## INTRODUÇÃO

É possível que você ou alguém que você conheça tenha experimentado, nos últimos anos, períodos de desemprego. É possível, também, que você ou essa pessoa tenham voltado para o mercado de trabalho exercendo funções distintas das que exercia antes e ganhando menos, ou tenham se tornado um trabalhador informal, sem carteira assinada e direitos trabalhistas. Também é possível que você ou ela tenham voltado ao mercado como autônomo ou terceirizado. Para pessoas que estavam até recentemente acostumadas com empregos estáveis, essas novas relações de trabalho surgem como promissoras ou como geradoras de ansiedade e insegurança.

De fato, há os que, diante do desafio de se tornarem trabalhadores autônomos, entendem que estão vivenciando uma nova realidade, cheia de possibilidades: desenvolver seu espírito empreendedor, controlar o próprio tempo de trabalho, não ter que dar satisfações ao patrão, poder trabalhar em casa... Por outro lado, há os que, diante destes mesmos desafios, enfatizam a ausência de direitos trabalhistas, aumento da carga de trabalho, períodos sem renda...

Mas, afinal, o que está acontecendo com o mundo do trabalho? O que significam termos como precarização, terceirização, flexibilização, empregabilidade, qualificação profissional, que vêm assumindo cada vez maior importância nas relações de trabalho e no vocabulário cotidiano?

Não há consenso a respeito da natureza das mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas nas relações de trabalho. Para alguns, tais mudanças, além de desejáveis, são inevitáveis; para outros, embora inevitáveis, são indesejáveis; por fim, há aqueles que afirmam que, além de indesejáveis, elas são evitáveis. Como você pode ver, há opiniões para todos os gostos.

Qual a sua visão sobre o assunto? A aula que você vai ler agora tenta mapear as mudanças no mundo do trabalho, com ênfase no trabalho industrial, com base na sociologia do trabalho. A partir daí, você vai ter mais elementos para não só compreender o que está se passando no mundo das relações de trabalho, como também para se situar, para além da sua experiência imediata, para além do senso comum, nesse mundo.

Mas atenção: como este é um assunto muito contemporâneo e atinge a vida – e o bolso – das pessoas, inclusive a sua vida e o seu bolso, e as sociedades, inclusive a brasileira, com grande força e intensidade, a aula será desdobrada em duas. Ou seja, as Aulas 18 e 19 terão como tema as Mudanças no Mundo do Trabalho. Nesta aula, a de número 18, você vai conhecer a Administração Científica do Trabalho, o taylorismo e o fordismo e, na Aula 19, o toyotismo e a chamada flexibilização. Então, para ter uma visão mais completa das mudanças no mundo do trabalho, você deve estudar as duas aulas como uma unidade.

## **A importância do trabalho industrial para a sociologia do trabalho**

Estudar as relações de trabalho, a vida dos operários industriais e de trabalhadores de modo geral, é tema clássico da sociologia. Aliás, você viu que um dos fundadores do pensamento sociológico, Karl Marx, dedicou seus esforços para compreender o surgimento do capitalismo e, por decorrência, da classe trabalhadora. Também Emile Durkheim, a partir de outra perspectiva, preocupou-se com a importância da divisão social do trabalho para a construção da solidariedade orgânica, em substituição à solidariedade mecânica das situações de baixa diferenciação social.

Marx e Durkheim estavam, no século XIX, diante de um fenômeno novo, a Revolução Industrial. Ainda que muitos trabalhadores continuassem a trabalhar fora das fábricas – nas atividades domésticas, agrícolas, burocráticas, no comércio ou nos serviços etc. –, boa parte

da literatura sociológica, tanto no século XIX quanto no século XX, a respeito das relações de trabalho, e da própria classe trabalhadora, girou em torno dos trabalhadores industriais.

As razões para tal foram várias. Em primeiro lugar, a teoria marxista atribuía importância fundamental à classe trabalhadora industrial. Seria ela que, opondo-se à burguesia, conduziria a humanidade rumo a formas superiores de organização social e econômica. Na tradição marxista, portanto, a classe trabalhadora industrial assumia um papel histórico fundamental. Conseqüentemente, a sociologia marxista iria dedicar, ao longo do século XX, atenção especial à classe trabalhadora industrial.

Mas a classe trabalhadora industrial não atraiu a atenção apenas dos sociólogos marxistas. Desde o século XIX e entrando pelo XX, a classe trabalhadora representou o novo, o moderno, o urbano, em contraposição ao antigo, ao tradicional, ao artesanal, ao mundo rural. E não era um novo qualquer: era um novo que trazia desafios políticos inéditos, pois se organizava em um tipo novo de associação, os sindicatos, que fazia greves e exigia melhores salários e condições de trabalho. Era um novo, portanto, que trazia promessas de revolução social para aqueles que aspiravam a um novo estado de coisas, como Marx, ou ameaças patológicas de anomia social, como queria Durkheim. Pensar essa nova classe, suas formas de organização, estratégias de luta, enfatizar seu caráter de conflito ou, por outro lado, pensar suas formas de inserção, tornaram-se, pois, temas recorrentes do pensamento sociológico. Para ficar em um exemplo que vai além das tradições marxistas e durkheimianas, basta você se lembrar da Aula 6, sobre a Escola de Chicago e a tradição sociológica norte-americana, sempre às voltas com o fenômeno da emergência do conflito social trazido pela urbanização e a industrialização, e em formas de superá-lo.

Mas ainda há outro ponto a salientar no privilégio dado ao trabalho industrial pela sociologia do trabalho, já ao longo do século XX: ao estabelecer novos processos de trabalho e de elevação da produtividade do trabalho, a fábrica acabou por ter

um impacto muito grande fora do espaço fabril propriamente dito. As formas de organização da produção, as formas de controle social da indústria, as formas organizativas dos trabalhadores, seus sindicatos e partidos políticos, acabaram por impactar outros setores econômicos e, mesmo, o conjunto da sociedade. Mais do que uma nova forma de produzir, envolvendo máquinas, capitalistas e trabalhadores, a grande indústria contribuiu para redesenhar as sociedades e os centros urbanos, redefinir as relações entre seus diversos segmentos e criar novas expectativas sociais, econômicas e políticas, assim como redefinir identidades sociais.

A partir de agora, você vai refazer, ainda que brevemente, a trajetória das formas de organização do trabalho industrial, do século XIX aos dias de hoje, e como a sociologia refletiu sobre elas.

## O taylorismo e a Administração Científica do Trabalho

No século XIX, quando a grande indústria se consolidou, colocou-se para os gerentes das fábricas a seguinte questão: qual a melhor forma de se organizar o espaço fabril, de modo a se extrair o máximo de produção e produtividade dos trabalhadores?

Inúmeras respostas foram dadas a tais questões: jornadas de trabalho cada vez mais longas, exploração do trabalho infantil e feminino, mais e melhores máquinas... Os trabalhadores, em razão das más condições de trabalho, dos baixos salários, da degradação de suas habilidades e, mesmo, da percepção de que todos os males por eles enfrentados tinham como raiz a máquina, reagiram com vigor ao trabalho industrial. A este cenário, deram respostas diferentes: os primeiros sindicatos, a crítica ao trabalho infantil e feminino e, mesmo, a destruição das máquinas pelos **ludistas** ingleses.

### **Ludismo**

Movimento de trabalhadores que, em princípios do século XIX, defendia a destruição das máquinas, por serem tidas como as responsáveis pela miséria dos trabalhadores e pelo desemprego. O nome advém do líder do movimento, Ned Ludd.

De modo a elevar a produtividade dos trabalhadores como a quebrar a capacidade destes de reagir à realidade do trabalho

industrial, o engenheiro norte-americano **Frederick Winslow Taylor** desenvolveu o que ficou conhecido como Administração Científica do Trabalho (ACT).

O nome Administração Científica do Trabalho (ACT) já é, por si só, indicativo da concepção de organização do trabalho proposta por Taylor. Para ele, a experiência prévia do trabalhador e sua subjetividade deveriam ser eliminadas em nome de uma organização do trabalho baseada na ciência, idéia tão cara ao século XIX e que esteve articulada ao surgimento da própria sociologia.

Para Taylor, o trabalhador industrial deveria submeter-se a tarefas determinadas por seus superiores hierárquicos, engenheiros e administradores, que, a partir de critérios científicos, deveriam organizar a rotina da fábrica. Em outras palavras, deveria existir uma profunda divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução das tarefas, cabendo aos engenheiros e administradores a primeira e aos trabalhadores, a segunda. Aos engenheiros e administradores deveria caber o monopólio sobre o conhecimento do processo produtivo e sobre a supervisão de sua implementação. Aos trabalhadores, emprestar sua força física, como extensões da máquina, para a realização de tarefas a eles impostas pelos engenheiros e administradores.

Mas o que, exatamente, a administração planejaría? Tudo: o que, como, quando, por quem e em quanto tempo cada elemento que compõe o processo produtivo deveria executá-lo. Nesse sentido, duas dimensões surgiam como essenciais à ACT, em seu estágio taylorista: a fragmentação crescente das tarefas e o tempo ótimo para a execução de cada tarefa.

Taylor propunha que cada operação necessária à produção fosse fragmentada ao máximo possível. Assim, se uma operação qualquer exigisse três movimentos diferentes, três trabalhadores deveriam realizá-la, ao invés de um, como era freqüentemente o caso até então.

### **Frederick Winslow Taylor (1856-1915)**

Considerado o pai da Administração Científica do Trabalho, Taylor, inicialmente como operário e depois como engenheiro mecânico, propôs que o trabalho fabril fosse reorganizado segundo métodos científicos.

Um exemplo, para a coisa ficar mais clara: digamos que uma fábrica produzisse lapiseiras antes do advento da ACT taylorista. Se a lapiseira fosse composta por quatro peças (ponteira, corpo principal, tampa e mola), cada trabalhador dessa fábrica produziria as quatro peças e as montaria. Como ele fazia várias tarefas e dominava seu tempo de trabalho, a produtividade do seu trabalho era baixa. Digamos que, ao final do dia, ele teria produzido uma lapiseira, ou seja, a produtividade do seu trabalho seria de uma lapiseira/homem/dia. Esse trabalhador, claro, não era um trabalhador qualquer: era um artesão. Ele dominava amplamente seu ofício, conhecia cada fase da produção da lapiseira e, portanto, se estivesse insatisfeito com seu salário ou com as condições de trabalho, poderia causar grandes prejuízos ao seu patrão, dado que dificilmente este encontraria outro artesão que substituísse o seu, insatisfeito. Este ponto é importante: o tempo para a formação de um trabalhador qualificado era muito longo e, portanto, o mercado de trabalho para trabalhadores qualificados era mais facilmente regulado pelos próprios trabalhadores.

Então, nesse nosso exemplo, o dono da fábrica resolveu implantar os métodos tayloristas de produção. A partir de agora, caberia à gerência dizer como, quando e por quem cada peça seria produzida e montada. A primeira coisa a ser feita seria decompor a fabricação de cada lapiseira por cinco trabalhadores: um para fazer a ponteira, outro para fazer o corpo principal, um terceiro para a tampa, um quarto para a mola e um quinto para a montagem final. A fragmentação das tarefas aumenta a produtividade do trabalho de tal modo que, ao final do dia, teriam sido produzidas 15 lapiseiras, com uma produtividade de três lapiseiras/homem/dia. Neste cenário, nenhum trabalhador controlava mais todas as tarefas necessárias à montagem da lapiseira. Cada trabalhador realizava apenas uma operação e, portanto, precisava de menos tempo para se tornar apto a realizá-la. Conseqüentemente, se um trabalhador não estivesse satisfeito com sua remuneração e condições de trabalho, seu patrão poderia encontrar mais facilmente outro trabalhador para substituí-lo, pois com pouco tempo de treino esse novo trabalhador estaria apto a entrar no processo produtivo.

Mas a idéia de Taylor era fragmentar ao máximo as atividades. Então, o engenheiro responsável pela fábrica de lapiseiras do nosso exemplo notou o seguinte: para fabricar o corpo principal da lapiseira, são necessários três movimentos: cortar a madeira, lixá-la e invernizá-la. Então, no lugar de um trabalhador para produzir o corpo, seriam agora empregados três trabalhadores. Para facilitar o raciocínio, vamos supor que cada uma daquelas cinco tarefas iniciais seria agora decomposta em outras três. Assim, teríamos agora 15 tarefas, 15 trabalhadores. Ao final do dia, teriam sido produzidas 75 lapiseiras, ou seja, cinco lapiseiras/homem/dia, contra uma lapiseira/homem/dia dos tempos do trabalho artesanal. Agora, cada trabalhador individual realizava apenas uma pequena parcela do trabalho, dispensando treinos maiores. Ele não controlava mais nenhuma etapa da produção, sequer aspectos dessa etapa, e poderia ser facilmente substituído por outro trabalhador sem qualificação.

Em suma, se antes do advento da ACT um trabalhador qualificado estivesse descontente com seus ganhos ou condições de trabalho, seu patrão teria muita dificuldade em encontrar outro trabalhador igualmente qualificado, o que aumentava, em muito, os recursos deste trabalhador para negociar com o patrão. No mundo dos trabalhadores não-qualificados da ACT, pelo contrário, o patrão teria muito mais facilidade para contratar trabalhadores para os lugares dos descontentes, reduzindo os recursos destes no momento da negociação das condições de trabalho e remuneração.

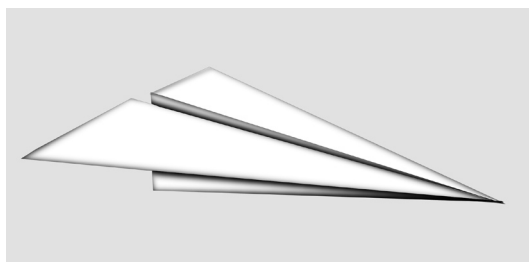


---

## Atende ao Objetivo 1

1. Exercite o seu lado criativo. Separe 10 folhas de papel em cima de uma mesa e, em outra mesa, “fabrique” 10 gaivotas. Levante-se da mesa e pegue as folhas uma a uma, à medida que as gaivotas forem sendo “fabricadas”. Cronometre quanto tempo você vai levar para “fabricar” as 10 gaivotas.

Agora, deixe 20 folhas em cima de uma mesa e decomponha as tarefas necessárias para a fabricação das gaivotas em pelo menos cinco: levar as folhas de papel de uma mesa para a outra, dobrar cada folha ao meio, fazer a asa direita, fazer a asa esquerda e dar os acertos finais. Agora, cada tarefa será realizada por uma pessoa, que de preferência não sabe fazer, sozinha, uma gaivota. Faça essa experiência ao longo de um tempo equivalente ao utilizado quando você “fabricou”, sozinho, as 10 gaivotas.



### Comentário

Se tudo tiver sido feito de forma adequada, você notará que, ao decompor a “fabricação” de gaivotas em cinco tarefas, e atribuir cada tarefa a uma pessoa, a produtividade do trabalho vai aumentar. Portanto, ao final da experiência, terão sido produzidas mais gaivotas pela equipe do que por você sozinho.

Por outro lado, quando você “fabricava” sozinho a gaivota, você tinha de saber fazer uma gaivota. Mas, no trabalho em equipe, o encarregado de cada tarefa não sabe fazer a gaivota sozinho, sendo facilmente substituído por outra pessoa.

## **A ACT e a questão do controle do tempo do trabalho**

Havia, no entanto, um problema que Taylor deveria solucionar: nos tempos do trabalho artesanal, cada trabalhador trabalhava no seu ritmo. Se a fábrica de lapiseiras do nosso exemplo empregasse 10 artesãos, exigindo que eles produzissem uma lapiseira por dia, cada um levaria um tempo próprio, só seu, para cumprir a exigência: 8 horas e 17 minutos um, 7 horas e 45 minutos outro, e assim por diante. Agora, com 15 trabalhadores em conjunto produzindo cada lapiseira, todos eles tinham de trabalhar no mesmo tempo, de modo a que, ao final do dia, tivessem produzido as 75 lapiseiras no menor tempo possível. Se um trabalhador fosse muito rápido na execução de sua tarefa, por exemplo, o corte da madeira, e outro fosse muito lento no envernizamento, haveria perdas de tempo muito grandes na produção da lapiseira. Para dar conta desse problema, após pesquisas que envolveram a identificação de movimentos e a cronometragem de tempo de execução de cada tarefa, Taylor propôs que a cada tarefa fosse atribuído um tempo ótimo, de modo a que, no final, as chamadas deseconomias do tempo fossem eliminadas.

O que Taylor buscava, em última instância, era eliminar qualquer traço da subjetividade do trabalhador, expresso no controle que esse ainda exercia sobre o tempo do seu trabalho, ao longo do processo produtivo. O trabalhador era entendido, e deveria se comportar, como extensão de uma máquina.

### **Problemas da ACT taylorista**

Apesar da elevação da produtividade do trabalho proporcionada pela ACT, nem tudo eram flores para Taylor, que não foi muito feliz em seus cálculos a respeito da quebra da resistência operária e dos tempos ótimos de realização de cada tarefa.

Nas condições técnicas da grande indústria da época de Taylor, o trabalho humano continuava fundamental para a operação

das máquinas, ainda que tal operação fosse cada vez mais simples, como apertar um botão. Na ACT taylorista, a busca da eliminação da subjetividade humana do trabalhador esbarrava no fato de que, sempre por trás do braço do trabalhador havia a cabeça e seu corpo e o corpo deste, dizendo que aquele trabalho era destituído de significado, era monótono e brutalizante. E não eram poucos os trabalhadores a pensar e sentir assim. Baseada na fragmentação das tarefas, a ACT taylorista necessitava de grandes contingentes operários. E, contraditoriamente, ao menos para os objetivos de Taylor, grandes contingentes operários, concentrados em espaços industriais, localizados por sua vez em grandes cidades, significavam organização sindical, greves, luta operária... Então, apesar do fato de que a ACT diminuía o controle operário sobre o processo de produção e, portanto, a capacidade de negociação do trabalhador individual frente ao seu patrão, a grande indústria taylorista continuou marcada pelo princípio do conflito entre trabalhadores, crescentemente organizados, e direções fabris, posto que, à grande indústria, os trabalhadores contrapuseram o grande sindicato, à contratação individual do trabalho, a contratação coletiva.

Por outro lado, a cronometragem das tarefas, de modo a que todos os trabalhadores realizassem suas operações de forma harmônica, eliminando as deseconomias de tempo, mostrou-se cada vez mais problemática na fabricação de produtos complexos.



---

### Atende ao Objetivo 1

2. Você deve ter notado, na Atividade 1, que cada pessoa responsável por uma única tarefa realizou-a em tempos diferentes. Então, escolha uma das operações, por exemplo, dobrar a folha ao meio. Da primeira vez, a pessoa responsável pela dobradura levou três segundos, da segunda, cinco, da terceira, quatro e assim por diante. Agora, atribua um tempo ótimo para que a operação seja realizada. Digamos que o tempo ótimo seja de quatro segundos. Mande agora a pessoa realizar a dobradura sempre em quatro segundos e verifique se ela consegue.

## Comentário

Possivelmente a pessoa não vai conseguir realizar a tarefa sempre no mesmo ritmo. Algumas vezes ela vai fazer em 3,5 segundos, outra, em 4,3 segundos e daí por diante. Um só trabalhador não consegue fazer uma atividade sempre no mesmo tempo. Agora, imagine uma equipe de cinco pessoas trabalhando, cada uma fugindo um pouquinho do tempo ótimo de sua tarefa. Isso vai acarretar, certamente, problemas no processo produtivo. Taylor nunca conseguiu fazer com que seus trabalhadores trabalhassem, todos, no exato ritmo de suas tarefas.

---

Henry Ford buscou solucionar esse problema, de modo a suprimir, de uma vez por todas, a subjetividade do trabalhador, expressa no controle do tempo de trabalho que ele ainda tinha, mesmo sob a ACT de Taylor.

## O fordismo como desdobramento e aperfeiçoamento da ACT taylorista

**Henry Ford** era proprietário de uma das inúmeras oficinas que produziam, no início do século XX, um produto então novo e promissor: o automóvel.

Na época, os carros eram fabricados artesanalmente por estampadores, torneiros, pintores e outros trabalhadores qualificados. Ou seja, um conjunto relativamente pequeno de trabalhadores altamente qualificados era responsável pela fabricação de um produto extremamente complexo, que envolvia a produção e a montagem de milhares de peças. Conseqüentemente, a produtividade do trabalho era muito baixa e o preço final do produto, muito alto. Ford começou então a aplicar em sua oficina os métodos tayloristas de organização do trabalho, introduzindo uma radical separação entre concepção e execução das tarefas e a fragmentação das atividades.

### **Henry Ford (1863-1947)**

Fundador da Ford Motor Company, foi o responsável, ao lado de seus engenheiros, pela aplicação e aperfeiçoamento dos métodos tayloristas na produção de bens de fabricação complexa. Graças às suas inovações, os automóveis passaram a ser produzidos em massa, em linhas de montagem e de forma padronizada.



Ocorre que a montagem de um carro, se exige a produção e montagem de milhares de peças, exige também a realização de dezenas de milhares de movimentos por parte dos trabalhadores. Fazer com que todos esses movimentos fossem realizados no tempo ótimo, de forma sincronizada, era tarefa praticamente impossível. Era preciso, portanto, fazer com que todos os trabalhadores trabalhassem no mesmo ritmo, e que o controle desse ritmo fosse atribuição da gerência. Com isso, pensava Ford, a subjetividade dos trabalhadores, expressa no controle sobre o seu tempo de trabalho, seria completamente eliminada e os trabalhadores seriam, finalmente, uma simples extensão da máquina.

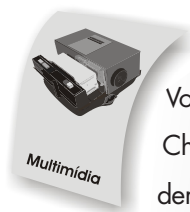
A introdução da linha de montagem, coração do fordismo, ao coroar o processo de fragmentação das tarefas e fazer com que todos os trabalhadores operassem no mesmo ritmo, acarretou um aumento espetacular da produtividade dos trabalhadores da Ford Motor Company. Em 1908, o ciclo de tarefas médio de um trabalhador da empresa, equivalente ao tempo trabalhado antes que as mesmas operações se repetissem, era de 514 minutos, o que significa dizer que cada trabalhador, individualmente, cumpria um

longo ciclo de tarefas, que poderia ser, por exemplo, a montagem completa da carroceria ou do motor. Em 1913, ano de instalação da primeira linha de montagem, o ciclo médio caiu para 1,19 minuto. Em decorrência, se em 1900 foram produzidos nos Estados Unidos algo como 2.500 carros em 30 empresas diferentes, cerca de 15 anos depois a Ford, sozinha, já alcançava a marca de um milhão de carros por ano.

Trabalhadores e proponentes da ACT em geral, e do fordismo em particular, tinham visões profundamente diferentes a respeito dos novos métodos produtivos. Em estudo realizado em 1915, os defensores da ACT afirmavam que ela proporcionava uma harmonia de interesses entre capital e trabalho, por, ao reduzir os custos gerais da produção, permitir salários mais altos e melhores condições de trabalho; que, por ser científica, era também democrática, substituindo a arbitrariedade de inspetores e capatazes por regras impessoais de produtividade; finalmente, afirmavam ainda que, por seus benefícios sociais gerais, ela tornava desnecessárias a contratação coletiva do trabalho e, em decorrência, a sindicalização, evitando greves e as causas gerais da agitação social. Já para os trabalhadores, a ACT tinha como objetivo aumentar a produtividade do trabalho e os lucros; eliminava seus direitos e bem-estar; aumentava a especialização do trabalho; ao buscar o melhor rendimento possível como meta, eliminava as diferenças humanas; estabelecia rígidos padrões salariais; era antidemocrática, transferindo, para as gerências, todo o saber e experiência, capacidade de julgamento e habilidades do trabalhador.

Muito embora Ford pudesse discordar da visão de seus trabalhadores, era obrigado a levá-la em consideração por uma razão muito simples: assim como no taylorismo, o fordismo, ao fragmentar as tarefas, pressupunha grandes contingentes operários. Em 1913, ano da instalação de sua primeira linha de montagem, a Ford Motor Company teve de contratar mais de 52 mil trabalhadores para manter uma força de trabalho de 13,6 mil homens, uma rotatividade que alcançava a excepcional marca de 382%, porque os trabalhadores

simplesmente faltavam ao trabalho ou abandonavam o emprego, considerado insuportável. Na década de 1930, somente uma das fábricas da Ford, River Rouge, em Detroit, empregava mais de 80 mil trabalhadores, em três turnos diferentes.



Você já deve ter ouvido falar no filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin. No filme, de 1936, o gênio de Chaplin demonstra os impactos da indústria fordista sobre os operários, que se tornam simples extensões das máquinas.

## As respostas de Ford à insatisfação operária

À insatisfação de seus trabalhadores, Ford propôs, em um primeiro momento, uma estratégia que combinava coerção e consenso.

Como contrapartida ao trabalho monótono e repetitivo da linha de montagem, em 1914 ele elevou o salário diário de seus trabalhadores de US\$ 2,34 para US\$ 5,00, além de oferecer-lhes um extenso programa de bem-estar social, com serviços médicos, habitação, educação etc. (dia de 5 dólares). Mas os 5 dólares não eram oferecidos à totalidade da mão-de-obra da empresa, apenas àqueles trabalhadores julgados aptos para tal pelo Departamento Sociológico então criado. O critério para o recebimento do salário mais elevado era, além da produtividade de cada trabalhador, o seu grau de disciplina, tanto dentro quanto fora da fábrica: se formava família, freqüentava um templo, distanciava-se das bebidas e do jogo e possuía hábitos de consumo condizentes com seu rendimento. Entre as práticas prescritas estava, evidentemente, a participação em sindicatos, que traçavam estratégias coletivas de ação e, desta forma, desviavam o indivíduo das atividades que poderiam proporcionar-lhe ascensão social por meio do trabalho árduo e individual.

Por outro lado, o dia de 5 dólares também sinalizava a preocupação de Ford com a formação de um mercado de massas para a produção em massa. Ford tinha clareza de que, se nos tempos iniciais da indústria automotiva, pequenas oficinas produziam carros para um mercado extremamente reduzido, nos tempos da produção em massa, proporcionada por sua linha de montagem, haveria que se constituir um mercado também de massas, formado por trabalhadores. Nas décadas de 1910, 1920 e 1930, os princípios fordistas haviam já sido introduzidos em outros setores industriais, o que aumentava a necessidade de constituição de um mercado de massas não só para automóveis, mas também geladeiras, lavadoras de roupa e louça, ferros elétricos, rádios etc. A produção em massa fordista colocava um problema claro para a economia americana: generalizar salários mais altos em um ambiente econômico extremamente competitivo. Ford pôde aumentar o salário de seus trabalhadores em 1913 porque virtualmente não tinha competidores no setor automotivo que então se consolidava. No início da Primeira Guerra Mundial, a Ford ainda controlava cerca de metade do mercado americano de automóveis, o que não ocorria em outros segmentos industriais, em que os salários permaneciam como variáveis de ajuste por corresponderem, em média, de 30% a 50% dos custos totais da produção.

Assim, mesmo na indústria automotiva, em que rapidamente os métodos fordistas se disseminaram, os salários permaneceram baixos. O dia de 5 dólares foi corroído pela inflação e os esforços de Ford de construir um espaço de consenso com seus trabalhadores logo foi abandonado. Na década de 1930, Ford já havia abandonado qualquer busca de um espaço de consenso com seus trabalhadores, substituindo programas de bem-estar social pela repressão aberta aos sindicatos, passando a ser conhecido como o Mussolini de Detroit, e nutrindo uma simpatia, aliás recíproca, com Adolf Hitler.

## **Grande Depressão**

Passados 80 anos desde seu início, em 1929, as causas da Grande Depressão continuam sendo alvo de debate. As visões variam desde as que apontam erros de política econômica então cometidos até as que enfatizam problemas estruturais da economia americana da época. Dentre estes problemas, destaca-se uma capacidade de produção muito superior à de consumo. Por esta visão, predominante entre os formuladores do New Deal, o fordismo havia criado uma economia de produção em massa que necessitava de alto poder de compra dos trabalhadores para manter-se em expansão. Os trabalhadores americanos, no entanto, em razão da predominância da contratação individual do trabalho nas grandes indústrias, teriam uma renda anual incapaz de manter um alto padrão de consumo. Esse desequilíbrio entre produção e consumo seria, portanto, a raiz da Grande Depressão.

A década de 1930, marcada pela **Grande Depressão** e pelo **New Deal** de **Franklin D. Roosevelt**, representaria uma profunda mudança nas formas de relacionamento entre as grandes corporações fordistas, inclusive a própria Ford Motor Company, e seus trabalhadores.

## **New Deal**

Conjunto de medidas tomadas pelo governo Franklin D. Roosevelt (1933-1945) para fazer face à Grande Depressão. O New Deal partia do pressuposto de que uma das razões da Depressão era a baixa capacidade de consumo dos trabalhadores americanos em uma economia que produzia, em massa, graças ao fordismo, automóveis e outros bens de consumo durável. Era preciso, portanto, elevar o poder de compra da classe trabalhadora por meio da promoção dos sindicatos que, pela contratação coletiva do trabalho, extrairiam salários mais elevados de seus empregadores. Com esse objetivo, foi aprovada, em 1935, a National Labor Relations Act (Lei Nacional de Relações de Trabalho), que obrigava as grandes empresas a negociar com os sindicatos as condições de trabalho e a remuneração de seus trabalhadores. Por outro lado, com o New Deal acentua-se o papel do Estado na regulação da economia, por meio de políticas de promoção do emprego, políticas fiscais, de previdência e assistência social e, mesmo, como comprador de setores inteiros da economia. No pós-Segunda Guerra Mundial, alguns dos setores de ponta da economia americana, como o aeroespacial e o militar, teriam no governo americano o seu grande comprador.

## **Franklin D. Roosevelt (1882-1945)**

Trigésimo-segundo presidente dos Estados Unidos, foi o único a se eleger para o cargo quatro vezes (1932, 1936, 1940, 1944), tendo morrido pouco depois de assumir o quarto mandato. Muito embora tenha contraído poliomielite em 1921, tendo que se locomover em cadeiras de roda ou com o auxílio de estruturas metálicas nas pernas, liderou seu país no combate à Grande Depressão, com o New Deal, e na Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945).

A consolidação dos sindicatos, a partir dos anos 1930, no âmbito do New Deal, tornou possível a contratação coletiva do trabalho, em substituição à contratação individual, então vigente na economia americana. A partir dessa nova posição de força dos sindicatos, a parcela da renda nacional apropriada pelos trabalhadores cresceu de forma sustentada. Em janeiro de 1944, cerca de 13.750 mil trabalhadores industriais americanos, ou 45% do total, trabalhavam sob contratos coletivos de trabalho. Nos anos 1950, os contratos coletivos de trabalho tornaram-se a regra no coração industrial dos Estados Unidos, fazendo, de trabalhadores industriais, consumidores com padrões de classe média. Embora o trabalho na grande indústria fordista continuasse monótono e destituído de significado, os trabalhadores americanos ingressaram no mundo do consumo.

## **Duas visões sobre o fordismo**

Na literatura, e não apenas na sociológica, o fordismo pode ser pensado a partir de dois enfoques principais: como uma forma de organizar a produção ou como uma forma de organizar a própria sociedade.

Antes de entrarmos na discussão dessas visões, é importante salientar o fato, anteriormente referido, de que a literatura que trata das mudanças no mundo do trabalho não é apenas sociológica. Um fenômeno tão complexo quanto o trabalho, com desdobramentos em várias dimensões da vida social, não pode ser pensado por apenas uma disciplina. Aliás, como você verá na Aula 20 deste curso, assim como em outras disciplinas, a importância da interdisciplinaridade, dos olhares cruzados, da contribuição de várias áreas do conhecimento, com seus diferentes métodos e conceitos, para uma compreensão mais abrangente de fenômenos sociais complexos, tem sido ressaltada com insistência crescente nos últimos 20 anos. Então, no debate sobre as mudanças no mundo do trabalho e do próprio fordismo, participam, além de sociólogos,

geógrafos, economistas, historiadores, psicólogos, antropólogos etc. Para ficar em um exemplo, as duas visões que você verá em seguida são defendidas, dentre outros, por um sociólogo, Ricardo Antunes, e um geógrafo, David Harvey.

A visão de Antunes, que compreende o fordismo como uma forma de organização da produção enfatiza o controle gerencial sobre a mão-de-obra, a produção em massa e produtos homogêneos, a eliminação da subjetividade do trabalhador e as formas de resistência deste à dominação, o trabalho fragmentado e cronometrado, a rígida separação entre concepção e execução. Em suma, tal visão enfatiza o espaço fabril e as relações que se estabelecem em torno dele.

A visão que compreende o fordismo como uma forma de organização da sociedade, segundo Harvey, enfatiza os seguintes aspectos sociais: grandes contingentes operários organizados em sindicatos, capazes de extrair altos salários das empresas pelos contratos coletivos de trabalho, produção em massa e consumo de massas, uma economia organizada em oligopólios e um Estado regulador da economia.

Este tipo de arranjo ou pacto social fordista (grandes sindicatos, produção e consumo de massas e Estado regulador), que teria tido seu início nos Estados Unidos com o New Deal, teria sido característico do pós-Segunda Guerra Mundial tanto nos Estados Unidos quanto na Europa dos Estados de Bem-Estar.

No Brasil e em outros países da América Latina, África e Ásia, algumas características do fordismo teriam se consolidado no mesmo período, como parques fabris montados a partir da lógica fordista, grandes contingentes de trabalhadores industriais, estados interventores (no caso do Brasil, o estado desenvolvimentista), legislações trabalhistas rígidas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outras características, no entanto, estariam ausentes do cenário de tais países, como os salários elevados e o consumo de massas. O Brasil, por exemplo, incorporou os princípios da organização fordista com a introdução da indústria automotiva, no

governo Juscelino Kubitscheck, mas os salários dos trabalhadores brasileiros continuaram relativamente baixos e não se constituiu, no Brasil, um mercado de consumo de massas. Para se ter uma idéia do tamanho relativamente pequeno do mercado consumidor brasileiro, em 2006 havia praticamente um carro por habitante nos Estados Unidos, ao passo que no Brasil havia um a cada oito habitantes. Em tal cenário, alguns autores, principalmente aqueles que percebem o fordismo como uma forma de organizar a sociedade, como Alain Lipietz, falam de subfordismo ou fordismo periférico.

## **Alguns elementos da crise do fordismo**

Nos anos 1960 e 1970, o fordismo, como forma de organizar a produção, passou a ser crescentemente criticado por sua rigidez organizacional, pelo seu trabalho destituído de significado e por sua incapacidade de gerar qualquer tipo de satisfação profissional. Na Europa, principalmente na Suécia e na Itália, surgiram algumas experiências de organização da produção mais flexíveis, que buscavam articular o desenvolvimento tecnológico até então alcançado com uma retomada do trabalho artesanal. Ao invés de se produzir em massa para grandes mercados, essas propostas buscavam resgatar a produção em menor escala para mercados regionais e restituir, ao trabalhador, algum controle sobre seu processo produtivo, resultando em um trabalho mais gratificante e significativo. No entanto, tais experiências, muito embora muito elogiadas, permaneceram restritas a algumas regiões e não tiveram capacidade de penetrar no mundo da grande fábrica e dos mercados mais amplos. Então, do ponto de vista do fordismo como forma de organizar a produção, tais tentativas de introduzir inovações não chegaram a questionar os pressupostos básicos dessa ACT.

Para aqueles que percebiam o fordismo como forma de organizar a sociedade, no entanto, a década de 1970 marcou a crise de tal forma de organização, expressa na perda de dinamismo das economias norte-americana e européias, que passaram a

conhecer períodos de baixo crescimento e inflação. Na Europa, onde as taxas de inflação giraram entre 2% e 4% na década de 1960, chegaram a quase 14% em meados da de 1970, o mesmo ocorrendo nos Estados Unidos, em que passaram da casa dos 4% para quase 10% no mesmo período. E o desemprego pulou, na Europa, de 2% para 10%, ao passo que nos Estados Unidos de 7% para 10%. Tal crise teria por origem o esgotamento da forma fordista de organizar a sociedade: a produção em massa de produtos padronizados havia saturado os mercados, os contratos coletivos de trabalho, celebrados entre as grandes empresas e os grandes sindicatos, haviam tornado muito rígidas as relações de trabalho (no momento da crise, por exemplo, tornava-se muito cara a demissão de trabalhadores, protegidos por seus contratos de trabalho), e os Estados, que haviam assumido tarefas como a promoção do bem-estar, com programas de saúde, habitação, previdência social etc., mostravam-se incapazes de financiar tais obrigações.

Justamente nesse período, o fordismo em crise foi desafiado por uma nova forma de produzir, ou de organizar a sociedade, que se mostrava muito mais flexível e adaptável, capaz, portanto, de responder aos desafios então vividos. Essa nova forma de produzir, ou de organizar a sociedade, vinha do Japão: o toyotismo. Por outro lado, o fordismo, que se baseava em grandes contingentes operários, foi desafiado também pela revolução da microeletrônica, da robótica e da automação, que substitui o trabalhador humano pela máquina.

O toyotismo e seus desdobramentos, assim como a revolução da microeletrônica, da robótica e da automação, serão analisados na continuação desta aula, a Aula 19.

## CONCLUSÃO

A partir dos anos 1970, o fordismo, seja ele entendido como forma de organizar a produção, seja ele entendido como forma de organizar a sociedade, entrou em crise. A partir de então, novas formas de gestão da força de trabalho, aliadas à automação, vêm colocando em xeque o mundo do trabalho construído nas décadas anteriores, marcado por relações ao mesmo tempo de confronto e pactuação – dada por contratos coletivos de trabalho ou leis e normas trabalhistas –, de estabilidade no emprego, direitos sociais, consumo operário e insatisfação quanto ao trabalho realizado. Um novo mundo de relações de trabalho flexíveis, de incerteza, de insegurança, de promessas, hoje se apresenta. É o que você verá na Aula 19.

### *Atividade Final*

---

#### **Atende ao Objetivo 2**

Você vai voltar agora à produção de gaivotas, aplicando os métodos fordistas à produção destas. Na Atividade 2, você viu como era difícil harmonizar os tempos ótimos dos seus cinco amigos para que todos produzissem as gaivotas com a maior produtividade possível. Agora, então, você vai se tornar um gerente de uma fábrica fordista de produção de gaivotas. Monte cinco postos de trabalho em cima de uma mesa em linha reta, cada posto de trabalho correspondendo a uma tarefa. Os postos de trabalho serão movimentados por um barbante, que será puxado por você. Todo mundo, portanto, terá que trabalhar a um mesmo ritmo, e você será o senhor deste ritmo. Assim funcionava a administração do tempo de uma fábrica fordista.



### Comentário

É possível que, após inúmeras risadas, seus amigos comecem a reclamar com você, uns achando que o ritmo é muito puxado, outros que gostariam de ir ao banheiro mas não podem, outros ainda que gostariam de fazer a sua operação de modo diferente. Eles podem começar a ficar irrequietos e a se organizar contra o que consideram o seu despotismo gerencial. Foi mais ou menos isso que aconteceu com os trabalhadores das grandes fábricas fordistas, dando origem aos grandes sindicatos do século XX.

## RESUMO

Taylor e Ford propunham, com suas técnicas de organização da produção, tanto elevar a produtividade de seus trabalhadores como discipliná-los de forma efetiva. A Administração Científica do Trabalho, no entanto, resultou em algo bem mais complexo do que ambos de início supunham.

Se a produtividade do trabalho industrial de fato ampliou-se consideravelmente após a introdução do taylorismo e, principalmente, do fordismo, a resistência dos trabalhadores às novas formas de organização da produção, que resultava em um trabalho monótono e aparentemente destituído de significado, também ampliou-se. Nas condições técnicas em que o taylorismo e o fordismo foram implementados, o uso do trabalho humano era indispensável para a realização de inúmeras tarefas e, ao fragmentar ao máximo tais tarefas, o taylorismo e o fordismo ensejaram a formação de grandes contingentes operários, base do movimento sindical do século XX.

Na literatura sobre o trabalho, o fordismo pode ser entendido tanto como uma forma de organizar a produção quanto de organizar a própria sociedade. Seja qual for a abordagem, na década de 1970 o fordismo entrou em crise, dando lugar ao desenvolvimento de formas mais flexíveis de produção e à introdução da automação.



# Aula 19

Mudanças no  
mundo do trabalho II

## Meta da aula

Apresentar os impactos do toyotismo, da automação e da globalização sobre as formas de organização da produção industrial de molde toyotista-fordista, ensejando padrões flexíveis de organização da produção e da sociedade.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as diferenças entre o toyotismo e o fordismo;
2. distinguir as mudanças ora em curso no mundo do trabalho.

## Pré-requisitos

Para que você tenha maior compreensão desta aula, é importante que você releia a Aula 11, Grandes temas da sociologia brasileira II: modernização, industrialização e urbanização; Aula 18, Mudanças no mundo do trabalho I.

## INTRODUÇÃO

Na Aula 18, você viu como os princípios organizacionais do taylorismo e do fordismo se baseiam na radical separação entre concepção e execução das tarefas e no controle rígido do tempo do trabalho pela gerência. Viu, também, que a indústria taylorista-fordista sempre necessitou de grandes contingentes operários que, organizados em sindicatos, defenderam melhores condições de trabalho e remuneração para seus membros. Por fim, viu como o taylorismo e o fordismo foram pensados sociologicamente: como uma forma de organizar a produção ou como forma de organizar a própria sociedade.

Agora, na Aula 19, você vai, finalmente, entrar em contato com as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, que desafiam os pressupostos do taylorismo e do fordismo e põem em xeque os pactos sociais formados no pós-Guerra entre Estados, sindicatos e corporações. Em especial, você vai conhecer alguns dos elementos do toyotismo, da globalização e da automação industrial que, juntos, descortinam um mundo de novas relações de trabalho e formas de organização social.

### O toyotismo

A indústria automotiva é por muitos considerada a mais importante do século XX, tanto por produzir o automóvel, que redesenhou cidades e sociedades nos últimos 95 anos, quanto por ter desenvolvido duas das mais importantes formas de organização da produção, o fordismo e o toyotismo.

Como o fordismo, o toyotismo não nasceu pronto e acabado. Pelo contrário, foi desenvolvido ao longo dos anos para dar respostas a estrangimentos estruturais enfrentados pela economia japonesa do pós-Segunda Guerra Mundial, profundamente desarticulada e com um mercado interno reduzido. Só para você ter uma idéia da

situação da economia japonesa logo após o fim do conflito, ao longo de todo o ano de 1950 a Toyota Motor Company produziu apenas 2.685 veículos, ao passo que a Ford Motor Company produziu, em média, nesse ano, 7 mil carros/dia.

### **Taiichi Ohno (1912-1990)**

Engenheiro que liderou o processo de inovações organizacionais que ficaria conhecido como toyotismo. Em sua homenagem, alguns nomeiam tal sistema de ohnismo.

Nesse cenário, uma coisa estava clara para **Taiichi Ohno**, engenheiro da Toyota: os métodos fordistas de produção não serviam para a realidade japonesa. Era preciso, pois, criar uma nova forma de organizar a produção.

Como fazê-lo, no entanto, com escassos recursos financeiros, credores batendo às portas, uma mão-de-obra fortemente organizada em um sindicato, era um desafio para o qual não havia respostas imediatas. Nos 15 anos que se seguiram ao fim da Guerra, a Toyota foi desenvolvendo, passo a passo, a forma toyotista de gerir a produção.

Muito embora a história desses 15 anos seja muito interessante, infelizmente você não a lerá aqui. Se tiver interesse, na bibliografia você vai encontrar algumas referências que podem satisfazer sua curiosidade. O que importa, aqui, é que você conheça os contornos gerais do toyotismo. Para tornar mais clara a exposição, você verá o toyotismo contraposto ao fordismo, que você já conhece bem.

## **Toyotismo x fordismo**

A diferença básica entre o toyotismo e o fordismo é que enquanto o segundo trabalha com a idéia de economia de escala, o primeiro trabalha com a idéia de economia de escopo. Em outras palavras, no fordismo a produção em massa de produtos padronizados garantia o barateamento dos custos de cada unidade, ou seja, quanto maiores as quantidades produzidas, mais barata a unidade do produto. Na realidade japonesa, a economia de escala não podia ser alcançada, dada a reduzida dimensão do mercado. Então, a Toyota buscou alcançar o ganho na eficiência da produção de cada unidade, e não na quantidade de unidades produzidas. Todas as inovações da Toyota, que você verá a partir de agora, tinham por objetivo fundamental a **economia de escopo**.

### **Economia de escopo**

A busca da eficiência na produção de cada unidade, por meio do uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

1. Um primeiro elemento a considerar, na busca da economia de escopo, foi inverter o sentido da produção. Nas empresas fordistas, a produção se dava a partir de metas previamente traçadas, desconsiderando possíveis flutuações do mercado. Se, por exemplo, a meta anual de uma empresa automotiva fosse a produção de 2 milhões de automóveis e ela vendesse, ao longo desse ano, 1,8 milhão de veículos, a economia de escala permitiria que ela mantivesse em estoque os 200 mil veículos restantes por um período superior ao inicialmente previsto. Já a Toyota, em busca da economia de escopo, não poderia arcar com os custos de produzir e estocar carros que ficariam sem compradores imediatos. Então, um carro só deveria ser produzido se a demanda por ele estivesse assegurada. Se há comprador, produz-se o carro; caso contrário, não.

2. Na fábrica fordista, os produtos eram padronizados, sendo fabricadas grandes quantidades de unidades dos mesmos modelos, resultando em uma oferta limitada de opções para os consumidores. O perigo dessa situação era a saturação do mercado (situação em que todos os que desejam ter um produto, e possuem renda para comprá-lo, já possuem tal produto). Para dar conta dessa situação, as empresas fordistas introduziam pequenas modificações nos modelos – modelos anuais e séries diferentes dos mesmos modelos básicos –, de modo a incentivar a compra de produtos novos. O lançamento de modelos inteiramente novos, em razão de seu elevado custo, só se fazia mediante as exigências da saturação do mercado. Já na Toyota, dados o tamanho reduzido e a segmentação do mercado, era preciso criar diferentes tipos de automóveis: urbanos familiares, utilitários urbanos, utilitários rurais... Então, além de só produzir por demanda, a empresa tinha de buscar economia de escopo também na fabricação de carros de variados modelos. Com isso, ela desenvolveu técnicas de produzir, com economia de escopo, quantidades pequenas de produtos diferentes, algo impensável para a produção em massa fordista. Uma das consequências de tal capacidade é que, em situações de saturação de mercados, o toyotismo pode lançar modelos novos e diferentes a custos muito mais baixos do que o fordismo.

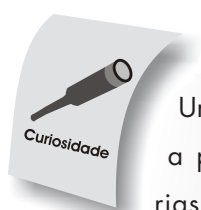
3. A produção por demanda colocava, porém, um sério problema para a Toyota: o relativo aos custos da mão-de-obra. Se a idéia era produzir de acordo com as flutuações do mercado, há ocasiões em que, devido à fraca demanda, a produção deve ser reduzida. Conseqüentemente, os custos da empresa, inclusive os relativos à mão-de-obra, também devem ser reduzidos. Você se lembra de que, nas fábricas tayloristas-fordistas, baseadas na separação e fragmentação das tarefas, formaram-se grandes contingentes operários, sindicalizados e trabalhando sob contratos coletivos de trabalho. Portanto, as relações de trabalho eram bastante rígidas, dado que rigorosamente reguladas pelos contratos coletivos. Isso implica dizer que os custos da desmobilização da mão-de-obra, em momentos de recessão, eram muito altos, sendo, no entanto, absorvidos pelos ganhos na economia de escala. Na Toyota, que buscava a economia de escopo, os custos de mão-de-obra deveriam ser mais flexíveis, diminuindo ou aumentando de acordo com as flutuações do mercado. Criou-se, nesse sentido, uma divisão dos trabalhadores em dois grandes grupos: o dos trabalhadores vitalícios (cerca de 5% dos trabalhadores), com estabilidade no emprego ao longo de toda a vida profissional, e trabalhadores não-vitalícios, sem estabilidade e que poderiam ser desmobilizados a baixos custos. Os trabalhadores vitalícios passaram a vincular-se a sindicatos das empresas, tornando-se a elas leais em razão de benefícios tais como ascensão profissional, ganhos relativos ao tempo de trabalho, prêmios por produtividade etc. A idéia era vincular a sorte do trabalhador vitalício com a sorte da empresa. Já os trabalhadores não-vitalícios não teriam nenhum desses benefícios e teriam grande dificuldade para sindicalizar-se, sendo desmobilizados a baixo custo em momentos de retração da demanda e estando sujeitos a relações precárias de trabalho, marcadas por contratos por tempo de trabalho, horas extras etc.

4. A existência de trabalhadores vitalícios, algo inexistente no fordismo, colocava outra questão para a Toyota: a qualificação profissional. No sistema taylorista-fordista, o trabalhador é uma extensão da máquina, realizando tarefas simples e seu empregador

não tem com ele nenhum vínculo de lealdade. Todos os compromissos assumidos entre trabalhadores e empresas são estabelecidos pelos contratos coletivos de trabalho, e são válidos apenas durante a vigência do contrato. Já na Toyota, a vitaliciedade dos trabalhadores levou a empresa a utilizá-los da forma mais completa possível, deles extraíndo não apenas sua força bruta, como no fordismo. Daí a idéia de qualificação profissional dos vitalícios, que deveriam contribuir, com sua experiência, seu saber, para o aperfeiçoamento do processo produtivo, de modo a elevar a produtividade do trabalho. A qualificação levava ao trabalhador polivalente. Ao contrário do trabalhador em uma fábrica taylorista-fordista, que só realizava uma tarefa, o trabalhador da Toyota deveria realizar várias tarefas (em média, 5). E mais: na Toyota, o trabalhador deveria estar inserido em uma equipe, ao contrário do trabalhador fordista, isolado em seu posto. Dessa forma, trabalhando em equipe, realizando simultaneamente múltiplas funções e repassando, ao processo produtivo, a sua experiência e o seu saber, o trabalhador multifuncional do toyotismo torna-se elemento central da produção com economia de escopo.

5. Um ponto importante das novas relações de trabalho da Toyota residia na própria forma de estruturação da indústria. No fordismo, a cadeia produtiva era verticalizada, ou seja, controlada, direta ou indiretamente, por uma corporação. Isso significa dizer que uma corporação devia buscar manter sob seu controle todas as operações necessárias para a produção final de seu produto. No toyotismo, parte-se do pressuposto de que uma empresa deve ter um foco, concentrar suas atividades naquilo que sabe fazer melhor e contratar os serviços de terceiros para as outras atividades. Como consequência, a cadeia produtiva é formada por várias empresas, que se tornam fornecedoras da empresa que produz o produto final. Tais fornecedoras reproduzem as formas de gestão de pessoal da empresa central. Portanto, em toda a cadeia produtiva ocorrem a flexibilização das relações de trabalho, a terceirização, a subcontratação e a eliminação dos estoques.

6. Com o mesmo sentido de economia de escopo, a Toyota implementou o sistema *just-in-time*, de eliminação de estoques. Como o fordismo se baseava na idéia de economia de escala, a produção era orientada para grandes quantidades, mesmo que elas não fossem consumidas imediatamente. Isso levava a investimentos no processo produtivo que só dariam retorno em um tempo muito longo. Um exemplo, a produção de autopeças. Se a meta anual de uma empresa fosse produzir 2 milhões de veículos, ela teria de utilizar 8 milhões de faróis dianteiros e traseiros. Então, estabelecia-se a meta de produção de 8 milhões de faróis. Mas, se ao final do ano a empresa tivesse efetivamente vendido 1,8 milhão de carros, 800 mil faróis não dariam retorno imediato ao fabricante. Na produção desses 800 mil faróis, a empresa teria tido gastos com salários, matérias-primas, armazenamento etc. que, até darem retorno, seriam financiados pela economia de escala. Na Toyota, uma peça produzida, mas não utilizada imediatamente, ficando, portanto, em estoque, representaria um gasto morto: em salários, em matérias-primas, em energia, em armazenamento. Em uma situação de economia de escopo, esses gastos mortos deveriam ser eliminados. Portanto, a idéia era eliminar os estoques, por meio do sistema *just-in-time*, a partir do pressuposto de que uma peça só deve ser produzida quando houver um carro que vai dela precisar. Fabricam-se dois faróis dianteiros e dois traseiros se houver um carro que os utilizará imediatamente. Caso contrário, os recursos necessários para a fabricação desses dois pares de faróis devem ser direcionados para investimentos que dêem um retorno mais rápido e os custos para tal fabricação devem ser cortados (por exemplo, o custo da mão-de-obra).



Uma curiosidade: o sistema *just-in-time* foi desenvolvido a partir da observação da reposição de mercadorias nos supermercados norte-americanos. Em tais estabelecimentos, os produtos só são colocados nas gôndolas quando os que nelas estavam foram vendidos.

7. A redução dos custos de produção deveria atingir não apenas a mão-de-obra ou os estoques, mas também as instalações. No fordismo, com a economia de escala garantindo lucros altos, não havia maiores preocupações com os custos de instalação, resultando que diferentes modelos eram montados em diferentes linhas de montagem. No toyotismo, a busca pela economia de escopo exigia um barateamento no custo das instalações. Portanto, as mesmas fábricas, as mesmas linhas de montagem, os mesmos equipamentos, os mesmos trabalhadores multifuncionais, com pequenas modificações e adaptações, deveriam estar aptos a montar diversos produtos diferentes, de acordo com a demanda de cada um.

8. Outro ponto importante na busca da economia de escopo pela Toyota era a eliminação de carros defeituosos. Nas fábricas americanas, eram comuns os produtos defeituosos, cujos custos eram absorvidos pela economia de escala. Na Toyota, onde tais custos poderiam comprometer a economia de escopo, a preocupação com a eliminação dos defeitos era uma constante, ensejando o surgimento de várias técnicas de controle da qualidade, como a qualidade total e os círculos de qualidade.

Você já deve ter notado, nesta breve descrição do toyotismo, várias características do atual mundo do trabalho: terceirização, qualificação profissional, precarização das relações de trabalho...



---

### Atende ao Objetivo 1

1. Agora que você já conhece as principais diferenças entre o fordismo e o toyotismo, que tal realizar um exercício de compreensão do texto? Preencha o quadro a seguir, colocando em cada janela um pequeno texto relativo à palavra-chave proposta.

## Características do fordismo e do toyotismo

Fordismo	Toyotismo
Economia de escala.	Economia de escopo.
Produção padronizada a partir de metas.	Produção segmentada a partir da demanda.
Grandes contingentes operários e sindicalismo independente.	Mão-de-obra enxuta, sindicalismo por empresa e baixa sindicalização.
Grandes estoques.	<i>Just-in-time</i> , eliminação dos estoques.
Trabalhadores não-qualificados e sem garantias de emprego.	Núcleo de trabalhadores qualificados, com emprego vitalício.
Baixa qualidade.	Qualidade total.
Altos custos de produção.	Baixos custos de produção.
Verticalização.	Terceirização.

### Comentário

Com a introdução do toyotismo, cujos contornos logo foram seguidos por outras montadoras japonesas e setores industriais, a produção japonesa de veículos cresceu vertiginosamente, passando a ser em parte exportada, de modo a fugir dos limites do mercado externo. Até hoje, o Japão direciona parte expressiva da sua produção para o mercado internacional. Assim, em 2006, praticamente 50% da produção japonesa de veículos foi exportada, contra cerca de 20% da norte-americana.

## O toyotismo triunfante encontra o fordismo em crise

Ao longo dos anos 1950 e princípios dos 1960, o toyotismo era um fenômeno essencialmente japonês. A indústria automotiva japonesa era ainda incipiente e o gigantismo e o isolamento do mercado dos Estados Unidos, em um cenário de fraca concorrência internacional,

protegiam as empresas automotivas americanas. No entanto, quando, nos anos 1960, a economia japonesa recuperou-se da guerra, o toyotismo começou a mostrar sua capacidade produtiva e automóveis japoneses começaram a penetrar no mercado americano. Na década de 1970, as montadoras japonesas iniciaram a instalação de fábricas dentro dos próprios Estados Unidos, de acordo com seus princípios organizacionais, encontrando um fordismo já em crise. De fato, como você viu na Aula 18, nos anos 1960 e 1970, o fordismo, tanto como forma de organizar a fábrica quanto como forma de organizar a sociedade, estava em crise. Só para você se lembrar de alguns dos elementos dessa crise:

1. Para os que entendem o fordismo como uma forma de organizar a fábrica:

- rigidez organizacional;
- trabalho destituído de significado, incapaz de gerar satisfação profissional;
- alternativas: na Suécia e na Itália, experiências de organização da produção mais flexíveis, articulando desenvolvimento tecnológico com uma retomada do trabalho artesanal: ao invés de produzir em massa para grandes mercados, produção em menor escala para um mercado regional;
- problema: experiências restritas a algumas regiões, sem maiores impactos sobre mercados mais amplos.

2. Para os que entendem o fordismo como uma forma de organizar a sociedade:

- perda de dinamismo das economias norte-americana e européias, com queda nos níveis de crescimento e aumento nos níveis de inflação e desemprego;
- saturação de mercados;
- relações de trabalho rígidas, reguladas pelo Estado ou por contratos coletivos de trabalho, encarecendo o custo da mão-de-obra em um momento de queda do crescimento;

- incapacidade dos Estados em honrar compromissos sociais – educação, saúde, habitação, transportes – assumidos no pós-Segunda Guerra.

Diante dos competidores japoneses, que produziam carros melhores, mais baratos e que não davam defeitos, as empresas americanas tiveram de rever não só as suas formas tradicionais de organizar a produção como, também, os compromissos assumidos com os sindicatos de seus trabalhadores. Como visto, um dos desafios básicos do toyotismo era diminuir os custos de desmobilização da mão-de-obra e os contratos coletivos de trabalho estabelecidos entre as grandes corporações e os grandes sindicatos americanos tornavam as relações de trabalho fordistas muito rígidas. Por outro lado, dado o enxugamento da mão-de-obra de uma fábrica toyotista, os grandes contingentes operários das fábricas fordistas mostravam-se muito custosos.

A **Tabela 19.1** revela o encontro entre o fordismo e o toyotismo nos Estados Unidos, já nos anos 1980. A fábrica da GM Framingham adotava modelos fordistas tradicionais, a Toyota Takaoka adotava, evidentemente, os modelos toyotistas, ao passo que a NUMMI Fremont era uma associação entre a Toyota e a General Motors Corporation, pela qual a GM buscava aprender os métodos toyotistas:

**Tabela 19.1:** GM Framingham, Toyota Takaoka e NUMMI Fremont, 1987

Variáveis	GM Framingham	Toyota Takaoka	NUMMI Fremont
Horas de montagem por carro	31	16	19
Defeitos de montagem por 100 carros	135	45	45
Espaço de montagem por carro (m <sup>2</sup> )	0,75	0,45	0,45
Estoques de peça (tempo médio)	2 semanas	2 horas	2 dias

Fonte: Womack; Jones; Roos (1992, p. 73).

A partir de então, no mundo todo, as empresas, e não só as automotivas, começaram a introduzir novos métodos de produção inspirados no modelo toyotista: flexibilização das relações de trabalho, terceirização, qualificação profissional...

E não apenas as indústrias: no setor de serviços, a terceirização tornou-se praticamente a norma, ensejando novas relações de trabalho mais precárias e instáveis. Um exemplo concreto: o turismo. Sob certos aspectos, a área de turismo vive constrangimentos parecidos com os da Toyota nos anos 1950. Enquanto a Toyota buscava flexibilizar seus custos de mão-de-obra de acordo com a demanda do mercado, o setor de turismo sempre viveu às voltas com os dilemas de custos fixos com mão-de-obra para uma demanda sazonal (aumento da demanda durante o verão e as férias escolares, queda da demanda durante o inverno e períodos de aulas escolares). A partir da introdução de novas formas de gestão da mão-de-obra – cooperativas, terceirização etc. – a indústria do turismo foi capaz de flexibilizar seus custos com a folha de pagamentos de acordo com a demanda do setor.

Seja como for, o toyotismo, assim como o fordismo, tinha sua base em uma nova forma de organização da produção, uma forma mais enxuta, com trabalhadores qualificados formando um núcleo de trabalhadores estáveis cercados por trabalhadores com relações de trabalho mais precárias, o uso mais eficiente de instalações, a eliminação de estoques etc. Em outras palavras, o toyotismo não incorporava, em si, inovações técnicas de monta, até porque o Japão, no pós-Segunda Guerra, não tinha condições de realizar grandes investimentos em ciência e tecnologia.

A partir dos anos 1970, no entanto, ocorreu o que alguns autores chamam a revolução da microeletrônica.

## A revolução microeletrônica

O fordismo e o toyotismo centravam suas atenções na melhor forma de gerir o trabalho humano: o fordismo, extraindo sua força física, o toyotismo, além da força física, a experiência e o saber do trabalhador. Em ambas as formas, o trabalhador era central, por uma razão muito simples: até os anos 1970, as experiências com automação não eram capazes de substituir o trabalho humano na realização de inúmeras tarefas dentro de uma fábrica. As mãos e braços humanos, que nós estamos acostumados a ver com naturalidade, são, na verdade, mecanismos sofisticadíssimos que se movimentam em diversas direções e são capazes de realizar inúmeros movimentos simultaneamente. Então, como não havia máquinas capazes de realizar tais movimentos, os homens continuavam a ser imprescindíveis para a indústria.

Com a revolução da microeletrônica, várias máquinas passaram a ser capazes de reproduzir movimentos humanos e, desta forma, a expulsar os trabalhadores das fábricas. Nomes complicados como máquinas-ferramentas comandadas eletronicamente (MFCN), sistemas CAD/CAM (*computer aid design/computer aided manufacturing*), robôs, controladores lógicos programáveis, sistemas automatizados de testes finais etc., passaram a fazer parte do vocabulário das indústrias.

Com isto, um duplo movimento se deu: por um lado, grandes contingentes de trabalhadores foram excluídos do processo produtivo, tendo sido substituídos por robôs, computadores etc., e, dos trabalhadores remanescentes, exigiu-se uma qualificação profissional alta, para poder operar tais robôs e computadores.

Nos países altamente industrializados, nos quais tais processos de automação ocorreram com mais intensidade, criou-se o que já é chamado de desemprego estrutural, ou seja, um desemprego causado não por recessões passageiras, mas como resultado da própria automação. Em tais países, o desemprego persiste mesmo em momentos de crescimento econômico.

O processo de automação, por outro lado, não se restringiu ao mundo da fábrica. O setor bancário, por exemplo, foi um dos mais atingidos pela automação. Se você tem mais de 30 anos, deve se lembrar de como eram os serviços bancários nos anos 1980: praticamente todas as operações tinham de ser feitas na boca do caixa. Nos dias de hoje, o caixa de banco é uma profissão em extinção. Você mesmo pode realizar, hoje, inúmeras operações bancárias pela internet ou por meio de um caixa automático, sem ter de lidar diretamente com nenhum bancário.

A introdução de princípios organizacionais inspirados no toyotismo, ao lado da automação, tiveram, evidentemente, um enorme impacto sobre o mundo do trabalho. Mas, ainda, a partir dos anos 1970 um novo fenômeno se somaria a estes dois para impactar o mundo do trabalho: a globalização.

## **A globalização produtiva e o mundo do trabalho**

Muito embora o termo globalização seja sujeito a vários sentidos, não havendo consenso a respeito de seu significado, e muito embora ele também se refira a diferentes fenômenos – culturais, financeiros, tecnológicos, políticos, ambientais etc.–, a dimensão produtiva da globalização teve efeitos profundos sobre o mundo do trabalho.

Assume-se aqui, mas este ponto tampouco é consensual, que o início da globalização pode ser situado a partir do momento em que o Japão e a Europa, recuperados da Segunda Guerra, e outros países, como a Coreia, passaram a competir com mais agressividade no mercado internacional. Nesse sentido, a própria penetração de princípios do toyotismo no Ocidente já pode ser percebida como um elemento da globalização.

No que diz respeito especificamente ao tema desta aula, a nova competição internacional resultou na busca por um rebaixamento dos custos de fabricação dos produtos, levando à chamada

quebra das cadeias produtivas. O nome é pomposo, mas de fácil entendimento.

Até o advento da globalização, a cadeia de produção de um determinado produto era geralmente localizada no próprio país em que esse produto seria consumido ou do qual esse produto seria exportado. Para dar um exemplo, vamos recorrer, mais uma vez, à indústria automotiva.

Quando, na década de 1950, **Juscelino Kubitschek** nacionalizou a indústria automotiva brasileira, ele estava, na verdade, nacionalizando a produção de peças. Até então, o Brasil importava peças dos Estados Unidos e a montagem final do carro era feita em São Paulo.

O Plano de Metas de JK, que buscava industrializar o país, estabelecia que os equipamentos utilizados pela indústria automobilística deveriam ser produzidos no próprio Brasil. Para tanto, o governo oferecia estímulos cambiais, fiscais e financiamentos, de modo a proteger a indústria nacional de peças. A idéia era a de que, de 1956 a 1960, a produção nacional de peças atingisse de 90% a 95% do peso total dos veículos montados no país, de acordo com a categoria (caminhões, *jeeps*, utilitários e carros de passeio).

Em suma, a idéia do governo JK era a de fabricar, dentro do Brasil, toda a cadeia produtiva de um automóvel, das autopeças ao carro montado. Isso significa dizer que o carro, em sua integralidade, era fabricado por empresas instaladas no Brasil, segundo a legislação brasileira, por mão-de-obra brasileira e para o mercado brasileiro, ainda que uma percentagem da produção pudesse ser, eventualmente, exportada.

A globalização produtiva sugere, pelo contrário, a quebra das cadeias produtivas: de acordo com o princípio das vantagens comparativas. Cada parte, cada componente de um veículo pode ser produzido em um país diferente, o automóvel pode ser montado em um outro país e comercializado em um terceiro.

**Juscelino  
Kubitschek  
(1902-1976)**

JK, como o presidente Juscelino Kubitschek era conhecido, foi prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil, cargo que ocupou entre 1956 e 1961. Como presidente, elaborou e implantou o Plano de Metas, que visava industrializar o país, e construiu Brasília. Por ter conseguido conciliar democracia política e desenvolvimento econômico, é por muitos associado a uma época de ouro da história brasileira.

Essa estratégia, na verdade, não é nova. Desde os anos 1930, nos Estados Unidos, as grandes montadoras de automóveis começaram a instalar fábricas no sul dos Estados Unidos, fora, portanto, da área de Detroit, já então bastante sindicalizada e com altos custos de mão-de-obra. A partir dos anos 1980, as cadeias produtivas das montadoras americanas, européias e japonesas começaram a se instalar em diversos países, processo alavancado pela terceirização, a automação e as novas facilidades tornadas possíveis pela comunicação instantânea.

A partir da década de 1990, o Brasil foi palco de uma série de investimentos de montadoras européias e japonesas, tanto na produção quanto na distribuição de veículos, e se tornou uma importante plataforma de exportação de carros. Esses investimentos, no entanto, buscaram fugir dos ambientes altamente sindicalizados de São Paulo. Em 1996, havia 22 fábricas novas, em construção ou anunciadas no país, mas apenas seis localizavam-se em São Paulo. Em decorrência, a participação de São Paulo nas fábricas automotivas brasileiras caiu de 68% em 1996 para 50% em 2000.

É importante salientar: o regime automotivo brasileiro de hoje não tem as exigências de nacionalização da época de Juscelino Kubitschek e, portanto, os carros que saem das linhas de montagem brasileiras hoje possuem vários componentes importados ou são integralmente importados. Em 1990, ano importante da abertura comercial brasileira, cerca de 15 mil carros foram importados para o Brasil, contra 277 mil em 1997. Por outro lado, muitos carros produzidos no Brasil passaram a ser exportados. Em 1990, 187 mil carros foram exportados, contra 787 mil em 2007.

## **A flexibilização: novas formas de gestão do trabalho, muitas inspiradas no toyotismo, mais automação mais globalização**

O toyotismo, a automação e a globalização produtiva implicaram novas relações de trabalho em vários países do mundo.

De modo geral, o toyotismo não foi incorporado, em sua inteireza, em nenhum país fora do Japão. Por exemplo, o princípio do emprego vitalício, tão importante para a Toyota, não se reproduziu nos Estados Unidos, Europa ou no Brasil, onde alguns elementos do toyotismo, mas não outros, fizeram parte do processo de reestruturação produtiva pelo qual o país vem passando nos últimos 20 anos. Já a terceirização, a precarização das relações de trabalho, a crise dos sindicatos etc. fazem parte hoje do cenário das relações de trabalho no Brasil e em diversos países.

A automação, pelo seu lado, tem avançado significativamente em diversos setores industriais de diversos países, que, submetidos à competição globalizada, tiveram suas cadeias produtivas quebradas.

Esse conjunto de inovações implicou uma profunda reversão de tendências até então aparentemente consolidadas: os princípios organizacionais dos sindicatos passaram a ser questionados, a segurança no emprego deu lugar à instabilidade e à precariedade do trabalho, as garantias sociais, proporcionadas pelo Estado, de saúde e aposentadoria, passaram a ser crescentemente atribuídas ao mercado.

Não existe consenso, no debate sociológico, sobre a natureza e profundidade das mudanças no mundo do trabalho. Entre a posição de Claus Offe, que passou a questionar a própria centralidade da categoria trabalho, e a de Ricardo Antunes, que afirma que a classe que vive do trabalho continua grande, e, portanto, central, uma grande gama de posições se apresentam ao debate.

No entanto, é consensual que o mundo do trabalho hoje é muito diferente do vivido há 30 anos. Nesse cenário geral, pode-se resumir esses impactos todos na idéia de flexibilização das relações de trabalho. Esses fenômenos têm gerado profundas modificações, que podem ser resumidas no **Quadro 19.1**:

**Quadro 19.1:** O mundo do trabalho, antes e depois da introdução de novas formas de gestão da mão-de-obra, da automação e da globalização

<b>Antes das novas formas de gestão, inspiradas no toyotismo, automação e globalização</b>	<b>Depois das novas formas de gestão da mão-de-obra, inspiradas no toyotismo, da automação e da globalização</b>
Importância dos mercados nacionais, inclusive de mão-de-obra e das cadeias produtivas. Em decorrência, centralidade dos espaços nacionais como espaços de produção, consumo e regulação da economia.	Mercados globais e quebra das cadeias produtivas. Em decorrência, perda da centralidade dos espaços nacionais como espaços integrados de produção, consumo e regulação da economia.
Grandes contingentes operários de base nacional, representados por sindicatos.	Fragmentação da classe trabalhadora, automação em várias indústrias, crise dos sindicatos.
Relações de trabalho baseadas em contratos coletivos de trabalho ou em fortes regulamentações legais.	Relações de trabalho marcadas pela precariedade – contratos temporários de trabalho, prestação de serviços – e pela informalidade.
Empresas que controlavam boa parte da cadeia produtiva de seus produtos finais.	Foco das empresas em uma única atividade, e contratação, terceirização para fornecimento de produtos e serviços necessários.
Estados nacionais com forte capacidade de regulação dos mercados.	Estados nacionais com capacidade de regulação dos mercados fragilizados.
Grandes acordos nacionais entre Estados, grandes corporações e sindicatos.	Estados e sindicatos frágeis, corporações, com grande capacidade de deslocamento geográfico, fortalecidas.
Relações de trabalho estáveis, contratadas coletivamente ou reguladas pela lei.	Relações precárias de trabalho, marcadas pela subcontratação e pela terceirização.

É nesse cenário que surgem palavras e expressões que se tornam freqüentes no vocabulário, como empregabilidade, terceirização, educação para o mercado... O que cada uma delas quer, exatamente, dizer?

- **Empregabilidade:** em um cenário de intensa inovação tecnológica, a empregabilidade surge como a capacidade de um indivíduo de manter-se empregado. A empregabilidade é diferente do emprego, dado que este pressupõe uma relação estável de trabalho, ao passo que aquela pressupõe uma capacidade permanente de um indivíduo em se adaptar a diferentes trabalhos. O indivíduo tem ou não empregabilidade se ele é capaz de, permanentemente, abrir mão de suas habilidades e adquirir novas habilidades, justamente aquelas exigidas pelo mercado. Em suma, a responsabilidade de permanecer fora ou entrar para o mercado de trabalho é exclusiva do indivíduo, de sua capacidade, ou não, de manter sua empregabilidade.

- **Terceirização:** estratégia das empresas de focarem suas atividades em apenas uma operação e terceirizar as atividades que necessitam para seu funcionamento, mas que não têm relação direta com sua atividade final. Por exemplo, uma empresa qualquer pode terceirizar um serviço de *call-center*, ou seja, de atendimento telefônico de seus clientes; pode terceirizar a assistência técnica, a prestação de uma série de serviços etc. Com isso, estabelecem-se novas relações de trabalho com os chamados terceirizados: reunidos em cooperativas ou autônomos, tais terceirizados podem ser facilmente desmobilizados, em caso de queda da demanda, ou mobilizados, em caso de aumento da demanda, com custos baixos para o contratante.

- **Educação para o trabalho:** assume-se que, dadas as novas condições do mercado de trabalho, com o uso crescente da informática, da robótica, de processos complexos de produção e gestão, que exigem um trabalhador cada vez mais qualificado, a educação assume papel econômico fundamental: quanto mais educado o trabalhador, mais valor ele agregará ao seu trabalho.

A unificá-las, a visão de que os trabalhadores hoje, se querem se manter no emprego ou ascender socialmente, devem fazê-lo por meio de estratégias individuais, pois o sindicato, mecanismo coletivo clássico de conquista de melhores condições de trabalho e remuneração, encontra-se em crise.

Agora, você vai ver como algumas destas questões se colocam no debate brasileiro.

## No Brasil

No Brasil, a globalização, a automação e a flexibilização das relações de trabalho chegaram com mais força a partir da década de 1990. Até então, o país permanecia protegido da competição internacional por uma série de mecanismos de política econômica – barreiras alfandegárias, reservas de mercado, subsídios para a produção nacional etc. Com a eleição e a posse de Fernando Collor de Mello, que fazia uma dura crítica ao modelo de desenvolvimento até então vigente, baseado na forte intervenção do Estado na economia e, portanto, em sua visão, na falta de eficiência desta, a economia brasileira foi exposta à competição internacional.

A partir de então, o Estado progressivamente deixou de atuar na economia, com a venda das empresas estatais e a proteger o mercado interno, com a abertura da economia à competição internacional. Ademais, sucessivos governos passaram a propor, até hoje sem sucesso, a flexibilização das relações de trabalho, por meio da reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Neste cenário, diversos setores industriais brasileiros começaram a realizar processos de reestruturação produtiva, em face da concorrência de produtos estrangeiros, que começaram a penetrar no mercado nacional: introduziram em suas fábricas alguns elementos do toyotismo e a automação... Para se ter uma idéia do impacto das inovações técnicas e organizacionais, em 1990 a indústria automotiva brasileira produziu 914 mil veículos empregando 138

mil trabalhadores; em 2007, produziu 2.977 mil veículos, quase o triplo, empregando 120 mil trabalhadores. No que se refere à quebra das cadeias produtivas, um único exemplo basta: entre 1993 e 1995, quando a importação de peças cresceu 250%, 22 mil postos de trabalho foram eliminados, ou 9% dos trabalhadores das indústrias de autopeças.

E, é importante lembrar, tal processo atingiu também o campo. Em 1971, 1.720 mil trabalhadores rurais trabalhavam no Estado de São Paulo. Em 2004, eram apenas 1.050 mil, uma redução de 40%. No mesmo período, o número de máquinas agrícolas triplicou, e o número de propriedades que usavam tratores subiu de 14% para 42%. A década de 1990 foi palco da maior eliminação de postos de trabalho, quando o BNDES financiou a compra de máquinas por produtores rurais. Uma única colheitadeira de cana substitui o trabalho de 80 a 120 pessoas. E mesmo os operadores de máquinas, teoricamente trabalhadores mais bem qualificados, ganham, no máximo, dois salários mínimos.

O enxugamento do número de trabalhadores formalmente empregados e as dificuldades impostas à sindicalização pela globalização aprofundou a crise dos sindicatos brasileiros. Acuada pelo desemprego causado pela automação, pela introdução de métodos toyotistas e pela quebra das cadeias produtivas, os sindicatos acabaram por assumir posições crescentemente defensivas, buscando manter empregos, cada vez piores, ao invés de, efetivamente, buscar melhorar as condições de trabalho e remuneração de suas bases.

## **A sociologia do trabalho industrial no Brasil**

O campo da sociologia do trabalho industrial no Brasil não é novo. Desde pelo menos os anos 1960, sociólogos já se debruçavam sobre este fenômeno social então relativamente novo no país,

a emergência da grande indústria e do trabalhador industrial. Na época, autores como Leôncio Martins Rodrigues foram marcados pela idéia da tutela do Estado sobre a classe trabalhadora emergente, nos quadros do populismo. Nos anos 1970, a sociologia do trabalho enfatizaria um fenômeno por muitos então considerado novo, o chamado “novo sindicalismo do ABC”, ou seja, um sindicalismo desvinculado da tutela do Estado, independente e que se articularia em novos espaços, como o campo da política, com a fundação do Partido dos Trabalhadores. Novos temas de investigação sociológica surgiram também na época, como os relativos às estratégias empresariais de gestão da mão-de-obra e a respeito das questões de gênero e trabalho, a modernização tecnológica, que então começava a surgir etc. A partir dos anos 1980, as preocupações de sociólogos como Ricardo Antunes, Adalberto Moreira Cardoso, José Ricardo Ramalho, Nadya Araújo de Castro e outros voltaram-se para o processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, a fragilização dos sindicatos e a segmentação dos trabalhadores. Nesse sentido, é possível detectar que a produção dos sociólogos do trabalho está sempre intimamente articulada às grandes mudanças históricas pelas quais a economia e, por conseguinte, a sociedade como um todo, e a classe trabalhadora brasileira em particular, passaram ao longo dos últimos 50 anos.

## CONCLUSÃO

A sociologia do trabalho encontra-se hoje diante de um grande desafio: a classe trabalhadora industrial, conforme se consolidou no Ocidente ao longo do século XX, encontra-se hoje em um processo de profundas transformações. A introdução de novas formas de gestão da mão-de-obra de inspiração toyotista, a automação e a globalização produtiva, que acarreta a quebra de cadeias produtivas, têm levado tanto a um enxugamento da classe trabalhadora industrial quanto à crise da instituição por ela criada para representar os seus interesses, o sindicato.

No entanto, não é somente o mundo do trabalho que está em mudança. Se, historicamente, o salário se constituiu como a remuneração do trabalho e fonte básica de renda para parcelas expressivas, das sociedades, como garantir renda para tais parcelas se a automação e a flexibilização das relações de trabalho coloca em xeque postos de trabalho?

Dito de outra forma: até que ponto é possível aumentar constantemente a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, criar desemprego estrutural, fragilizar sindicatos, minar o poder de compra dos trabalhadores? A situação é peculiar: eleva-se cada vez mais a produtividade do trabalho eliminando-se postos de trabalho, graças à automação, e tornando precárias as relações de trabalho terceirizadas ou de autônomos. Por outro lado, inunda-se o mercado de produtos fabricados por fábricas enxutas.

Em 1952, o líder sindical norte-americano Walter Reuther foi convidado por um executivo da Ford para visitar uma nova planta da empresa, em que algumas inovações técnicas eram experimentadas. Deu-se o seguinte diálogo, que exemplifica os grandes dilemas hoje vividos:

**Executivo da Ford** – Sabe, Walter, nenhuma dessas máquinas paga taxas sindicais.

**Reuther** – E nenhuma dessas máquinas compra carros novos.

Além de não comprarem carros, tais máquinas fragilizam o poder de compra dos trabalhadores que, de alguma forma, continuam inseridos, ou conseguem se reinserir, no processo produtivo. Na indústria automotiva brasileira, apenas 17% dos trabalhadores demitidos pelo processo de reestruturação produtiva conseguiram novos postos de trabalho de qualidade equivalente à anterior.

Em suma, assiste-se hoje, em todo o mundo e no Brasil, a um processo generalizado de quebra de antigos compromissos sociais, que de alguma forma garantiam renda e serviços para as classes trabalhadoras, permitindo que estas tivessem acesso ao consumo,

sem que nenhum novo esteja sendo gestado no sentido de estabelecer padrões de distribuição de renda e da riqueza capazes de sustentar o consumo de uma produção crescente de mercadorias. Mais do que a quebra de antigos compromissos, assiste-se à busca pela eliminação ou minimização dos recursos políticos de dois dos atores pactuantes, o Estado e o sindicato.

## *Atividade Final*

---

### **Atende ao Objetivo 2**

Reúna um grupo de cinco conhecidos que estejam vivendo situações de trabalho diferenciadas: um com carteira de trabalho que não seja filiado a nenhum sindicato, outro com carteira filiado a um sindicato, um autônomo, um terceirizado e um trabalhador informal. Realize com eles uma entrevista coletiva, que você já tem plenas condições de elaborar, na qual suas experiências profissionais sejam confrontadas.

### Comentário

É provável que as respostas de todos eles expressem visões do senso comum, como as que responsabilizam a situação de informalidade no próprio trabalhador informal – que, por exemplo, não teria se qualificado suficientemente bem para manter sua empregabilidade –, ou as que responsabilizam uma empresa específica, e não uma reestruturação sistêmica do setor produtivo, pela fragilização do sindicato. A sua visão, no entanto, será a de alguém com informações oriundas da sociologia do trabalho, ou seja, você estará bem equipado para ter uma visão mais complexa da situação profissional dos seus conhecidos. Se quiser, pode até dar uma consultoria para eles, desde que seja gratuita...

---

## RESUMO

A crise do fordismo, acompanhada pela recuperação econômica da Europa e do Japão, sobretudo deste, coincidiu com a emergência de três fenômenos fundamentais, que acabaram por se nutrir mutuamente:

1. o Japão apresentou ao mundo uma nova forma de organizar a produção, o toyotismo, muito mais flexível do que o fordismo norte-americano;

2. a globalização produtiva levou à quebra das cadeias produtivas nacionais;

3. a automação levou à substituição do homem pela máquina nos setores industriais de ponta.

As conseqüências destes três fenômenos sobre o mundo do trabalho são múltiplas:

1. desemprego industrial estrutural;
2. fragilização dos sindicatos;
3. novas relações de trabalho, cada vez mais precárias;
4. nova importância atribuída à educação para o trabalho.

## Informação sobre a próxima aula

A próxima aula é a última desta disciplina. Nela, você vai realizar uma reflexão a respeito das relações entre a Sociologia e a História.

# Aula 20

História e  
Sociologia

## Meta da aula

Discutir as relações entre História e Sociologia.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. perceber as diferenças entre o conhecimento sociológico e o histórico;
2. analisar de que modo o pensamento sociológico pode contribuir para a prática do historiador.

## Pré-requisitos

O curso todo, com ênfase nas aulas sobre Marx, Durkheim e Weber, sobre o pensamento social brasileiro e sobre modernização, industrialização e urbanização (Aulas 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 11).

## INTRODUÇÃO

Ao longo dessa disciplina, você entrou em contato com vários conceitos e métodos do pensamento sociológico. Agora que a disciplina está quase terminando, você pode se perguntar: se quero ser um historiador, qual a importância de saber tantas coisas da área de sociologia?

A sociologia, como todas as áreas do conhecimento, tem uma contribuição enorme a dar aos historiadores. Aliás, há uma frase célebre do historiador Marc Bloch, sobre o qual você ainda vai ler e ouvir falar muito, inclusive nesta aula, que é a seguinte: “Já o bom historiador parece-se com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54). Isso quer dizer que todo o conhecimento produzido pelos homens, seus artefatos, as artes, a arquitetura, tudo isso é de interesse do historiador e você, que está começando agora a dar os primeiros passos na sua formação, deve, sempre, estar aberto a conhecer coisas novas, mesmo que à primeira vista elas não tenham relação direta com o que você estuda.

A Sociologia, ao lado da Economia, da Antropologia, da Ciência Política e de várias outras disciplinas das humanidades, constitui uma área de conhecimento muito importante para o historiador em razão da relativa pobreza conceitual da história. Portanto, freqüentemente quando diante de teorizações, generalizações ou formulação de problemas, os historiadores buscam o apoio teórico e conceitual de outras disciplinas, a Sociologia inclusive. Inversamente, foi à História que a Sociologia recorreu quando teve de contextualizar mais profundamente a realidade social pensada a partir de suas teorias e modelos. No entanto, a relação entre História e Sociologia nunca foi, como ainda não é, muito tranqüila. É como se houvesse entre elas uma tensão básica que, desde as origens das duas disciplinas, as atrai e as afasta.

Para que você compreenda melhor essa relação tensa entre História e Sociologia, vamos voltar mais uma vez ao século XIX, quando as duas disciplinas nasceram.

## **Os nascimentos da Sociologia e da História**

Você já viu, lá no início do curso, que Weber, Marx e Durkheim, os grandes fundadores do pensamento sociológico, estavam preocupados com processos macrossociais oriundos da grande transformação da Europa no século XIX. Para Weber, tal processo macrossocial estava associado à secularização; para Marx, à emergência de um novo modo de produção, o capitalismo; para Durkheim, finalmente, à passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. As reflexões da Sociologia, em seu nascimento, buscavam compreender o nascimento da modernidade na Europa, assim como as tensões então estabelecidas entre modernidade e tradição. Quando os três fundadores da Sociologia acionavam alguma informação de natureza histórica, faziam-no no sentido de ilustrar ou explicitar as suas reflexões de natureza macrossocial.

A História nasceu com objetivos opostos. Antes de tratar de tais objetivos, no entanto, seria importante ressaltar uma peculiaridade da História. Enquanto o objeto de estudo da disciplina Sociologia é a sociedade, o objeto de estudo da disciplina História é... a história. Ou seja, a palavra história designa, ao mesmo tempo, uma disciplina e seu objeto, o que sempre trouxe inúmeras confusões para os historiadores. Então, a partir de agora, preste atenção para que, na leitura desta aula, você saiba diferenciar os momentos em que a palavra História designará a disciplina dos momentos em que designará o objeto de estudo desta disciplina.

Como disciplina, a História nasceu no século XIX, sendo, portanto, contemporânea da Sociologia. Ambas surgiram do mesmo impulso de conhecer a realidade de maneira científica. Ao contrário da Sociologia, no entanto, a História não estava voltada para a

compreensão de processos macrossociais, mas para a narrativa de fatos que haviam ocorrido no passado. Um dos principais historiadores do século XIX foi **Leopold von Ranke**.

Ranke entendia ser possível produzir um conhecimento histórico neutro, objetivo, a partir da pesquisa sistemática de fontes primárias. Buscava, assim, escrever a história *como ela realmente tinha acontecido*, eliminando qualquer subjetividade do historiador. Para ele, que se debruçava sobre a história das grandes potências, o documento de época, a fonte primária, surgia como a chave para a verdadeira história, para se descortinar a verdade contida no passado.

A importância de Ranke para a história não pode ser minimizada. Seu apreço pelas fontes primárias, pelo trabalho de arquivo, pela comprovação empírica de cada afirmação, sua rejeição às grandes teorias e às filosofias da história, tornou-o referência para historiadores de várias nacionalidades no século XIX. Em suma, nesse século, os herdeiros de Ranke, a partir do estudo de fontes primárias, com ênfase em documentos produzidos pelos Estados, dedicaram-se a escrever histórias nacionais, factuais, narrativas, centradas em grandes homens, na diplomacia e na guerra.

O século XIX foi, portanto, a época da história da França, da Alemanha, da Itália, da Espanha etc. E cada uma dessas histórias nacionais queria-se verdadeira, o que colocava questões interessantes. Entre a conquista da Alsácia e da Lorena pelos alemães, na Guerra Franco-Prussiana finalizada em 1871, com a vitória prussiana e a unificação da Alemanha, e a I Guerra Mundial (1914-1918), os historiadores franceses escreviam livros de História para afirmar que a Alsácia e a Lorena eram historicamente francesas, ao passo que historiadores alemães escreviam livros para afirmar que as duas regiões eram, historicamente, alemãs. Ao fim da I Guerra Mundial, quando os franceses retomaram a Alsácia, a biblioteca da Universidade de Strasbourg não possuía um livro sequer de História que demonstrasse a presença francesa na região ao longo dos séculos.

### **Leopold von Ranke**

Nascido em 1795 em uma pequena cidade na Turingia, hoje Alemanha, sua família era luterana. Ranke, no entanto, não seguiu carreira religiosa, como muitos da sua família desejavam. Pelo contrário, fez seu doutorado na Universidade de Leipzig, onde defendeu tese em 1817 sobre as idéias políticas de Tucídides. Em 1825, foi nomeado professor de História da Universidade de Berlim, tendo se aposentado em 1871. Quando de sua morte, em 1886, era considerado um dos principais artífices do método científico em História.

**Marc Bloch**

Tendo nascido em 1886 em uma família judaica, Bloch foi um dos fundadores da *Revista dos Annales*, em 1929. Ao voltar do *front* na Primeira Guerra Mundial, ingressou na Universidade de Strasbourg, onde fez sua carreira acadêmica. Com a ocupação nazista da França, Bloch entrou para a Resistência Francesa, tendo sido capturado e executado pela Gestapo em 1944. Seu livro *Apologia da história ou o ofício do historiador* foi escrito no cárcere e interrompido pela sua execução.

**Lucien Febvre**

Nascido em 1878 e falecido em 1956, Febvre fundou, ao lado de Marc Bloch, a *Revista dos Annales*. Como Bloch, Febvre também lutou na Primeira Guerra Mundial e, ao retonar desta, entrou para a Universidade de Strasbourg. Após a morte de Bloch, Febvre continuou a dirigir a *Revista dos Annales*, que encaminhou à direção de Fernand Braudel.

Quem estaria falando a verdade, os historiadores franceses ou os alemães? Esse é um problema epistemológico, relativo à teoria do conhecimento, que você vai discutir em outras disciplinas. O que importa aqui ressaltar é que, ao passo que a Sociologia nascia preocupada com processos macrosociais, a História nascia marcada pela preocupação com o fato particular. Uma enorme distância as separava.

## **A História encontra a Sociologia, a Sociologia encontra a História**

O distanciamento entre a História e a Sociologia não duraria muito tempo. Várias novas concepções de História, mais abertas ao diálogo com outras disciplinas e a temas como cultura, idéias, movimentos sociais etc., iriam surgir em diferentes países nas primeiras décadas do século XX, como nos Estados Unidos. Mas foi na França, na década de 1920, que surgiu um movimento historiográfico que teria impactos enormes nas formas de compreender o trabalho do historiador. Liderado por **Marc Bloch** e **Lucien Febvre**, tal movimento se institucionalizaria em 1929, com a criação da *Revista dos Annales*.

Bloch e Febvre lideraram o que alguns denominam Revolução Francesa na historiografia, questionando uma série de postulados da historiografia do século XIX, a começar pela própria definição de História. Se, no século XIX, a História era entendida como o estudo do passado, Bloch redefiniu-a como a “ciência dos homens no tempo”. Para Bloch, não haveria descontinuidade entre passado e presente, mas um *continuum* de tempo, em que o passado ajudava a compreender o presente e o presente, por sua vez, ajudava a compreender o passado. Este é um ponto fundamental: a história deixava de ser entendida como simples narrativa do que havia acontecido para tornar-se produtora de compreensão a respeito da aventura humana através do tempo. Bloch afirmava:

Pois a natureza de nosso entendimento o leva muito menos a querer saber do que a querer compreender. Daí resulta que as únicas ciências autênticas são, para ele, aquelas que conseguem estabelecer ligações explicativas entre os fenômenos (BLOCH, 2001, p. 45).

Para produzir compreensão, a nova concepção de História rompia, mais uma vez, com a história factual e narrativa e propunha, em seu lugar, a história-problema, cuja característica fundamental seria a formulação de problemas, pelo historiador, para o seu objeto. Para Febvre, “Pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda história. Se não há problemas, não há histórias. Apenas narrações e compilações” (FEBVRE, 1989, p. 31), o que implicava que, a partir de agora, o historiador passava a elaborar questões para seu objeto e a formular hipóteses para respondê-las, como fazem os cientistas em qualquer outra área da ciência.

Há aqui, portanto, uma grande distância de concepção de ciência histórica entre Ranke, Bloch e Febvre. Enquanto o primeiro afirmava que a natureza científica da História residia no seu método, capaz de criar uma narrativa objetiva e neutra, portanto verdadeira, sobre o passado, Bloch e Febvre afirmavam que o estudo científico, ou cientificamente conduzido, da História, deveria produzir não uma narrativa verdadeira sobre o passado, mas uma compreensão a respeito das vidas dos homens ao longo do tempo, incluindo aí até o próprio tempo do historiador.

E, para produzir compreensão, Bloch e Febvre sugeriam que o historiador deveria utilizar conceitos, categorias e métodos de outras disciplinas, como a Geografia, a Economia, a Psicologia e, claro, a Sociologia. Até porque ambos, rejeitando a história política, acreditavam na história totalizante, que desse conta do conjunto da experiência humana. Mesmo que um estudo fosse buscar compreender uma parcela, um aspecto do real, esse aspecto deveria estar sempre inserido em sua totalidade, como bem atesta a seguinte passagem de Febvre:

**Escrófula**

Tumor de origem tuberculosa que ocorre nos gânglios. Pode infeccionar e expelir pus.

**Fernand Braudel**

Nascido em 1902, tornou-se um dos mais importantes historiadores do século XX, não só por ter dirigido a *Revista dos Annales* após a morte de Lucien Febvre, como por ter escrito aquele que é por muitos considerado o maior clássico da historiografia, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, cuja primeira versão foi escrita enquanto estava preso pelos nazistas. Tendo lecionado por três anos na Universidade de São Paulo, na década de 1930, Braudel morreu em 1985.

O homem (...) pode ser agarrado, por razões de comodidade, por este ou aquele membro, pela perna ou pelo braço, em vez de pela cabeça: é sempre o homem inteiro que vem atrás, desde que se puxe. Não se pode partir esse homem em bocados, é matá-lo: então o historiador não terá senão bocados de cadáveres. (...). Esse homem, numa palavra, é o lugar comum de todas as atividades que exerce – e podemos interessar-nos mais particularmente por uma delas, pela sua atividade, pelas suas atividades econômicas, por exemplo. Com uma condição, que é nunca esquecer que elas o põem em causa inteiro, sempre – e no âmbito das sociedades que criou. (...) Essa condição lembra-nos que o objeto dos nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana – mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos de que faz parte. (FEBVRE, 1989, p. 30, 31).

Bloch, em particular, era um leitor de Durkheim e, não por acaso, foi o primeiro a propor o que os sociólogos, de há muito, faziam: estudos comparados. Um dos mais importantes livros de Bloch, *Os reis taumaturgos*, de 1924, bem expressa a concepção de História proposta pelo autor. Uma problemática central de *Os reis taumaturgos* é a que diz respeito às formas de legitimação do poder. O livro está preocupado, portanto, com uma importante questão política. No entanto, para enfrentar a questão, Bloch não recorre a uma narrativa factual sobre o poder de algum rei, mas discute a crença, difundida na Idade Média e mesmo no Antigo Regime, de que os reis da França e da Inglaterra tinham o dom da cura pelo toque real de uma doença chamada **escrófula**. E o fez utilizando um método típico da Sociologia de Durkheim, ou seja, recorrendo à análise comparativa. De fato, Bloch e Febvre defendiam o uso intenso da interdisciplinaridade, defesa que seria aprofundada pelo grande líder da chamada segunda geração da *Revista dos Annales*, entre os anos 1950 e 1960, **Fernand Braudel**.

Fiel à tradição da história-problema de Bloch e Febvre, Braudel pensou um dos problemas centrais da história: o tempo. O que é o tempo histórico? Como ele passa? Braudel propôs a visão de que o tempo histórico se desdobra em três: o tempo longo, das estruturas, o tempo médio, das conjunturas, e o tempo curto, dos acontecimentos. Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Braudel exercitou sua concepção de tempo e enfatizou a importância do tempo longo em detrimento do tempo curto. Para Braudel, também fiel à visão de que a história deve produzir compreensão, o tempo curto, dos acontecimentos, seria quase que irrelevante, pois os fatos se esgotam em si mesmos, rapidamente. O tempo longo, das estruturas que quase não se movem, pelo contrário, serviria como uma ponte entre as diferentes épocas, tornando o presente e o passado mutuamente inteligíveis. Com tal concepção, Braudel iria se distanciar ainda mais da história política tal qual praticada no século XIX, aproximando-se de outras disciplinas das humanidades, como a Sociologia, a Economia, a Antropologia e, sobretudo, a Geografia. A terceira geração dos Annales, ao longo dos anos 1970, identificada à chamada história das mentalidades, iria aprofundar ainda mais essa ênfase no tempo longo, nas estruturas de lenta transformação. Seus métodos iriam fazer uso de diversos elementos da tradição sociológica, como o uso de séries estatísticas.

No **Quadro 20.1**, você verá algumas das principais mudanças nas concepções de História, e das relações entre esta e a Sociologia, entre o século XIX e a Escola dos Annales.

**Quadro 20.1:** A história no século XIX e nos *Annales*

Historiador	Concepção/definição de história	Concepção de documento	Problema histórico	Relação com a Sociologia
Século XIX (Ranke)	<p>Ciência do passado, narrativa factual do que havia “realmente ocorrido”.</p> <p>A história surge, portanto, como a ciência do particular, do fato único e irrepetível.</p> <p>Ênfase na história política.</p>	<p>A verdade está contida no documento oficial, produzido pelo Estado.</p> <p>Ao historiador, cabe distinguir o documento falso do verdadeiro. Uma vez feita a distinção, o historiador deve anular a sua subjetividade para encontrar a verdade expressa no documento.</p>		<p>Como a história era percebida como uma narrativa de fatos ocorridos no passado, e como buscava institucionalizar-se como disciplina, demarcando suas diferenças com as outras disciplinas, História e Sociologia percorriam caminhos paralelos.</p>
Bloch	<p>Ciência dos homens no tempo.</p> <p>A história não é simples narrativa sobre o que passou, mas uma busca da compreensão da trajetória dos homens através do tempo. Desta forma, o presente ajuda a compreender o passado, assim como o passado ajuda a compreender o presente.</p> <p>A busca da compreensão da trajetória dos homens no tempo rejeita a visão da história factual, narrativa, da história política do século XIX. Busca-se uma história-total, que dê conta de todas as dimensões da vida humana.</p>	<p>Qualquer vestígio humano é considerado documento.</p> <p>A verdade não está contida no documento. O historiador lerá o documento a partir das questões do seu tempo.</p> <p>O estatuto científico da história advém de que essa leitura é feita a partir de um método.</p>	<p>Em seus trabalhos, lidou com diversas questões, como a relativa à letigimação do poder, em <i>Os reis taumaturgos</i>.</p>	<p>Como a história passou a ser entendida como produtora de compreensão, e não como simples narrativa, os métodos e conceitos da Sociologia acabaram por ser incorporados, assim como de outras disciplinas.</p>

Febvre	História-problema. O papel do historiador é formular problemas para o seu objeto e propor hipóteses. Daí o caráter de estudo cientificamente conduzido da história.	A verdade não está contida no documento, que é escolhido de acordo com o problema levantado pelo historiador.  O historiador lerá o documento em busca de respostas para o seu problema.		Ênfase na importância da interdisciplinaridade.
Braudel			A questão do tempo, que surge em <i>O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II</i> . O tempo histórico se desdobra em três: tempo curto, dos acontecimentos, tempo médio, das conjunturas, e tempo longo, das estruturas.	Ênfase na importância da interdisciplinaridade.

Esses desenvolvimentos da tradição dos Annales, a ênfase na longa duração, nas estruturas, acabou por sofrer críticas severas, por seu abandono do tempo curto, dos acontecimentos, da ação humana que se dá, sempre, na curta duração. Já a partir dos anos 1960, a chamada história política renovada vinha afirmar a importância do fato e da narrativa, no que foi corroborada pelo advento da chamada História do Tempo Presente (HTP), na década de 1970. Mas esse retorno ao fato, à narrativa, se deu em

patamares muito diferentes daqueles da história política tradicional. Fiéis às concepções de história-problema e de história produtora de compreensão, a nova história política e a HTP buscaram produzir reflexões utilizando intensamente categorias de outras disciplinas, principalmente da Sociologia e da Ciência Política. O estudo das estruturas partidárias, dos sistemas eleitorais, dos mecanismos de representação dos interesses, dos grupos de interesses, da cultura política, das formas de dominação etc., foram, todos, incorporados à discussão histórica.

Você acompanhou, até aqui, um pouco dos desdobramentos da historiografia francesa e de suas relações com outras disciplinas, com destaque para a Sociologia. É importante você conhecer um pouco essa historiografia, pois ela teve um impacto muito importante na produção historiográfica brasileira. Mas não apenas a tradição historiográfica francesa iria se aproximar de métodos e conceitos da Sociologia. Marx e Weber teriam vários seguidores no campo da produção historiográfica, que utilizariam em seus estudos os conceitos e categorias por eles formulados, como os de classe social e modo de produção, formas de dominação e tipo-ideal. Aliás, você já viu aqui como dois historiadores brasileiros, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, utilizaram categorias de Marx e Weber em seus trabalhos.

### **Norbert Elias**

Nascido em 1897 e falecido em 1990, Elias teve de fugir da Alemanha com a ascensão do nazismo, dado que sua família era de origem judaica. A experiência do exílio, principalmente na França e na Inglaterra, marcou-o fortemente. Muito embora seja hoje considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX, o reconhecimento de sua obra foi tardio.

Mas não foi apenas a História que se aproximou da Sociologia. Também a Sociologia, de início tão marcada pela ênfase nos processos macrossociais, e tão crítica do que considerava as miudezas, as curiosidades, dos historiadores, acabou por se aproximar da História, fazendo surgir uma Sociologia histórica. Talvez ninguém exemplifique melhor esse fenômeno do que **Norbert Elias**.

Muito embora Elias parta de uma visão macrossocial, o que chama processo civilizador, sua obra leva sempre em conta que tal processo não é linear e, mais do que isso, está profundamente articulado à ação humana. Esse ponto é fundamental: ao contrário de outros sociólogos, que pensaram a sociedade a partir de modelos estáticos, Elias sempre buscou pensar a sociedade como processo,

como mudança, tal qual os historiadores. Portanto, sua Sociologia levou em conta a empiria, rejeitando as visões, comuns a vários sociólogos, de que a teoria sociológica seria mais importante do que os fatos. Em seu livro *Os alemães*, Elias faz uma análise de longa duração do que considera ser a trajetória nacional alemã, de modo a construir uma reflexão histórico-sociológica que permitiria compreender a ascensão do nazismo. Nesse sentido, ele retorna às tribos germânicas, analisa o sentimento de inferioridade, desarticulação e permanente ameaça de frágeis unidades políticas, o militarismo prussiano, o fato de a Prússia ter liderado o processo de unificação alemã, até chegar à ascensão do nazismo, propriamente dita. E, para confirmar que sua concepção de processo civilizador não era linear, para Elias o nazismo surge como o colapso da civilização. Não parece coincidência o fato de um dos mais importantes ensaios de Elias chamar-se "Sobre o tempo", conceito-chave para os historiadores.



---

### Atende ao Objetivo 1

#### 1. Leia a seguinte passagem:

Os sociólogos, por exemplo, são treinados para observar ou formular regras gerais e, muitas vezes, analisar e rejeitar as exceções. Os historiadores aprendem a dar atenção aos detalhes concretos em detrimento de padrões gerais (BURKE, 2002, p. 14).

A partir desta passagem, realize uma reflexão de como o conhecimento histórico e o sociológico podem se fecundar mutuamente. Escreva um texto de 10 linhas, de modo a que suas idéias fiquem bem claras e consolidadas.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Você pode chegar a várias conclusões na sua reflexão, mas um aspecto das contribuições mútuas entre Sociologia e História é muito importante e, caso você não tenha pensado nele, reflita agora.

A História, ao pensar processos específicos, corre o risco de perder de vista que tais processos muitas vezes inserem-se em contextos mais amplos. É o caso, por exemplo, do processo de urbanização de um país. Uma coisa é pensar a urbanização brasileira, por exemplo, como um processo específico, achando que só ela acarretou problemas como pobreza, criminalidade, desarticulação social. Outra, completamente diferente, é pensar a urbanização brasileira tendo como pano de fundo o fato de que a urbanização foi um fenômeno global na segunda metade do século XX, e muitos problemas da urbanização brasileira se evidenciam também em outros países. Desse modo, a sociologia urbana pode em muito contribuir para se compreender o caso específico da urbanização brasileira. Por outro lado, a história da urbanização no Brasil, com suas especificidades, pode levar a um aprofundamento da compreensão do fenômeno geral da urbanização, pensado a partir de uma ótica sociológica.

---

## A tensão entre História e Sociologia

Nem tudo são flores, no entanto, nas relações entre História e Sociologia. Muito embora nos dias de hoje já seja plenamente reconhecida, nas duas disciplinas, a fecundidade de um trabalho interdisciplinar, as próprias especificidades de ambas marcam

um espaço de tensão permanente: a Sociologia, enfatizando as generalizações, teorizações, a História enfatizando os processos, especificidades, mudanças.

Você deve se lembrar, por exemplo, do conceito de populismo, que foi discutido na aula *Grandes temas da Sociologia brasileira II: modernização, industrialização e urbanização*. Não vamos rerepresentá-lo, apenas ressaltar que seu sentido básico, na Sociologia brasileira, e latino-americana em geral, refere-se à grande transformação das economias e sociedades latino-americanas, que, de agro-exportadoras, tornaram-se urbano-industriais. Em tal passagem, uma enorme massa de trabalhadores rurais teria se urbanizado rapidamente, não sendo dotada, portanto, de uma consciência de classe adequada à sua nova realidade. Por outro lado, as classes dominantes latino-americanas ainda não teriam conseguido, nesse momento, constituir-se como efetivas classes dirigentes, precisando, portanto, cooptar as massas. Nesse cenário, surge o terceiro elemento do fenômeno populista, o líder carismático, capaz de manipular o povo através de seu magnetismo e de algumas concessões no plano dos direitos trabalhistas e sociais e, simultaneamente, realizar o projeto político e econômico das classes dominantes. Explicam-se, assim, Juan Domingo Perón na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil e Ernesto Cárdenas no México.

Essa visão macrossocial, típica da Sociologia, e que permite uma conceituação geral para diferentes regimes latino-americanos na sua fase de modernização, e que ainda hoje é muito utilizada por sociólogos e historiadores, começou a ser criticada ainda nos anos 1970 e, principalmente, 1980. Muitas dessas críticas surgiram a partir do trabalho de E. P. Thompson, *A formação da classe trabalhadora inglesa*, na qual o autor afirma a historicidade de cada classe trabalhadora nacional, rejeitando, portanto, um conceito único e abrangente para todas as classes trabalhadoras. A partir de Thompson, tornou-se possível rejeitar a visão de que uma classe trabalhadora seria destituída de consciência, por não ter a mesma consciência de uma classe tida como correta, revolucionária.

Cada classe trabalhadora se constrói e constrói sua consciência de acordo com sua historicidade.

Em *A invenção do trabalhismo*, um dos mais importantes estudos sobre as relações entre a classe trabalhadora e o Estado brasileiro, Ângela de Castro Gomes pensa a classe trabalhadora brasileira como agente de sua própria história. Conseqüentemente, a autora propõe pensar as relações entre classe trabalhadora e Estado não a partir do conceito de populismo, mas do conceito de pacto trabalhista, no qual as relações Estado-movimento sindical, no pós-1930, não teriam resultado em mera submissão ou perda de identidade deste, mas em uma troca orientada pela articulação de ganhos materiais com ganhos simbólicos.

Por outro lado, o populismo também acabou por ser criticado por tornar homogêneas, dado que pensadas a partir de uma mesma conceituação, experiências nacionais muito diferentes umas das outras. Assim, por exemplo, como enfatizar as possíveis semelhanças entre o Brasil de Vargas, a Argentina de Perón e o México de Cárdenas, sem levar em conta que, por exemplo, as classes trabalhadoras desses três países eram profundamente heterogêneas? Só para citar um exemplo, a classe trabalhadora argentina era formada fundamentalmente por imigrantes europeus, a brasileira tanto por europeus quanto por brasileiros oriundos do campo, e a mexicana, em sua esmagadora maioria, por ex-camponeses urbanizados. Mas não quaisquer camponeses: camponeses que haviam participado da maior revolução social do século XX, a Revolução Mexicana iniciada em 1910. Seria possível, então, pensar as relações entre tais classes trabalhadoras e o seus respectivos estados nacionais a partir de um mesmo conceito, sobretudo um conceito que pensa tais classes como passivas e cooptáveis?

## CONCLUSÃO

As relações entre História e Sociologia nem sempre foram, são e serão fáceis. Uma disciplina que se volta para o geral e outra que se volta para o particular parecem condenadas a um diálogo de surdos. No entanto, importantes fecundações recíprocas têm ocorrido entre elas há mais de 80 anos. A razão é simples: as duas buscam essencialmente o mesmo: compreender as sociedades humanas. A ênfase dos historiadores reside na compreensão de tais sociedades através do tempo, ao passo que a ênfase dos sociólogos recai na teorização do funcionamento de tais sociedades. Ênfase, contudo, não significa dizer exclusão. Assim, por serem relativamente pobres em conceitos de sua própria disciplina, os historiadores foram, com frequência, buscar conceitos da Sociologia para melhor compreender as sociedades humanas ao longo do tempo. Já os sociólogos foram buscar, na passagem do tempo, elementos que melhor os levassem a compreender as sociedades que estudavam. Se o diálogo entre ambas sempre foi tenso, foi também enriquecedor para as duas.

### *Atividade Final*

---

#### **Atende aos Objetivos 1 e 2**

A sua primeira aula começava assim:

Abra a porta da sua casa. O que você está vendo? Se você mora em uma cidade, possivelmente casas, edifícios, lojas, fábricas, parques e praças, ruas e avenidas cheias de ônibus e carros, muitas pessoas andando para lá e para cá... Caso sua casa seja em uma zona rural, possivelmente animais domésticos e hortas, pessoas passando a cavalo ou a pé, o caminhão do leite... Cenas que, de tanto você ver, acha que são naturais. Afinal, tanto na cidade quanto no campo, todos os dias as pessoas se levantam para trabalhar, se deslocam de um lugar para o outro, as crianças vão para a escola, mercadorias são

produzidas e vendidas, trocas são realizadas, namorados se beijam, pais e mães cuidam de seus filhos. Enfim, você verá a vida como ela é. Ou como você está acostumado a vê-la.

Na ocasião, você estava começando a desenvolver um olhar crítico sobre o mundo à sua volta, aprendendo as diferenças entre o senso comum e o conhecimento sociológico. Refaça agora esse exercício, mas com outro objetivo. Olhe em volta de você com um olhar para o específico e outro para o geral. Tente ver o que é particular na sua vida e na vida da sua família, e o que é comum a todos os moradores do seu bairro.

### *Comentário*

É claro que esse simples exercício não constitui nem o trabalho do sociólogo nem o do historiador. No entanto, ele permite que você tenha uma idéia do que diferencia os dois campos do conhecimento.

## **RESUMO**

A História e a Sociologia, como campos específicos do saber, nasceram no século XIX com grandes diferenças entre si. A História, voltada para a narrativa de fatos passados, a Sociologia voltada para a compreensão de macro-processos sociais associados à emergência do mundo moderno. Ao longo do século XX, no entanto, as duas disciplinas se aproximaram: a História, fazendo uma crítica aos seus postulados iniciais, buscou compreender a aventura humana ao longo do tempo e, para fazê-lo, recorreu a conceitos da área de Sociologia; a Sociologia, por seu lado, na busca da melhor compreensão do funcionamento das sociedades, recuperou as historicidades destas. Tal diálogo, no entanto, muito embora fecundo e enriquecedor para ambas, permaneceu marcado por tensões.

História e Sociologia

Referências

## Aula 11 .....

BIELCHOVSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRENNA, Giovanna Rosso Del. Projetos e estratégias. In: \_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 21.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Reforma e contra-reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982 (Ensaio, 28).

## Aula 12 .....

BIELCHOVSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COPPOLI, Lisino. *Política em versos: sonetos humorísticos*. São Paulo: Antonio de Carvalho, 1953.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOMES, Angela de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

LIMA BARRETO. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1995.

- MONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LIPSET, Seymour. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, n. 53, p. 69-105, 1959.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na formação do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

## **Aula 13 .....**

- HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e o fundamento das desigualdades entre os homens*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Horizonte do desejo: privação relativa e o limiar da sensibilidade social*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCALON, Celi. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Ensaio sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. UniverCidade, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Ed. UnB, 1979.

## **Aula 14 .....**

- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. *Origens e destinos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Horizonte do desejo: privação relativa e o limiar da sensibilidade social*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- SCALON, Celi. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Ensaio sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Ed. da UnB, 1979.
- VILLAS BOAS, Glaucia. *Mudança provocada*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RIOS, A. M. L.; MATTOS, H. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2008.
- IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2008.

## **Aula 15 .....**

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Núcleo temático: violência - nota de apresentação. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, ano 54, n. 1, jul. 2002.
- ARENDT, Hannah. *Eichman em Jerusalém*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, 1991.
- CORREA, Mariza. *Morte em família*: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas*: um estudo sobre mulheres: relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?*: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- HERMANN, Jacqueline; BARSTED Leila de A. Linhares. *O judiciário e a violência contra mulher*: a ordem legal e a (des)ordem familiar. Rio de Janeiro: CEPIA, 1995.
- LIMA; Roberto Kant de; MISSE; Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação*, Rio de Janeiro, n. 50, 2000.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

SOARES, Bárbara. Delegacia de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau. In: SOARES, Luiz Eduardo (Org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume-Dumará, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo (Org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume-Dumará, 1996.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Situação do abuso sexual e da prostituição infanto-juvenil no Brasil*. Brasília, D.F., 1997.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de estudos da violência. Disponível em: <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de pesquisa da violência. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/nupevi>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de estudos da cidadania, conflito e violência urbana. Disponível em: <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

ZALUAR, Alba. Violência e crime: In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS, 1999.

## **Aula 16 .....**

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. Da introdução à sociologia da família a família conjugal. *Revista Antropológicas*, v. 16, n. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volumes-antiores-16\(1\).php](http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volumes-antiores-16(1).php)>. Acesso em: 3 ago. 2008.

THERBORN, Goran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2000.

## Aula 17 .....

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 2 v.
- FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

## Aula 18 .....

- ANTUNES, Ricardo. *Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ARRETCHE, Marta T.S. *Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas*. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1º semestre de 1995.
- BEYNON, Huw. *Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia. *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 24, p. 117-150, setembro de 1991.
- FLINK, James J. *The automobile age*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

MORAES NETO, Benedito Rodriques. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi. *Ford Willys anos 60. Sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

## **Aula 19 .....**

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. *Anuário da indústria automobilística brasileira 2008*. São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario.html>>. Acesso em 18 de jun. 2008.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Trabalhar, verbo intransitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CASTRO, Nadya Araújo. *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CLYCERIO, Carolina. *Setor agrícola de SP 'fechou 700 mil vagas em 30 anos.'* BBC Brasil. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080613\\_agriculturaestudo\\_cg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080613_agriculturaestudo_cg.shtml)>. Acesso em: 16 jun. 2008.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

LICHTENSTEIN, Nelson. *Walther Reuther: the most dangerous man in Detroit*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1995.

LIMONCIC, Flávio. *A insustentável civilização do automóvel: a indústria automotiva brasileira em tempos de reestruturação produtiva*. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

OLIVEIRA, Eurenice de. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Sociologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 73.

## **Aula 20** .....

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1984.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbet. *Sobre el tiempo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

FAUSTO, Boris. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr. 1998.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FINK, Carole. *Marc Bloch, a life in history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Luperj, 1988.

REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.



ISBN 978-85-7648-558-2



9 788576 485582



**UENF**  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

**uff**



**UNIRIO**



**FAPERJ**  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério  
da Educação

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL